

DESENVOLVIMENTO HUMANO



RELATÓRIO DE 2023/2024
SÍNTESE

**Pôr fim
ao**

impasse

Reimaginar a
cooperação num
mundo polarizado

Copyright @ 2024

do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
1 UN Plaza, New York, NY 10017 USA

Todos os direitos reservados. Nenhum excerto desta publicação poderá ser reproduzido, armazenado num sistema de recuperação ou transmitido sob qualquer forma ou por qualquer meio, nomeadamente, eletrónico, mecânico, de fotocópia, de gravação ou outro, sem permissão prévia.

Declarações gerais de exoneração de responsabilidade. As designações empregues e a apresentação do material desta publicação não constituem a expressão de qualquer opinião por parte do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano (GRDH) do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) em relação ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área, nem das respetivas autoridades, nem a respeito da delimitação das respetivas fronteiras ou limites. As linhas pontilhadas e tracejadas nos mapas representam linhas fronteiriças aproximadas, para as quais poderá ainda não haver um consenso.

As conclusões, análises e recomendações do Relatório, à semelhança dos anteriores Relatórios, não representam a posição oficial do PNUD nem de qualquer dos Estados-Membros da ONU que integram o seu Conselho Executivo. Não são, ademais, necessariamente subscritas pelas pessoas citadas ou mencionadas nos agradecimentos.

A referência a empresas específicas não implica que sejam apoiadas nem recomendadas pelo PNUD em detrimento de outras de índole equiparável não mencionadas.

Alguns dos números que constam da parte analítica do relatório foram, nos casos em que tal é indicado, estimados pelo GRDH ou por outros contribuidores para o Relatório e não constituem, necessariamente, as estatísticas oficiais do país, da área ou do território em causa, que poderá recorrer a métodos alternativos. Todos os números que constam do Anexo estatístico provêm de fontes oficiais. O GRDH tomou todas as precauções razoáveis para verificar as informações que constam da presente publicação. Todavia, o material publicado é distribuído sem qualquer garantia de índole alguma, explícita ou implícita.

A responsabilidade pela interpretação e utilização do material incumbe ao/à leitor(a). Em caso algum o GRDH e o PNUD serão responsáveis por prejuízos decorrentes da sua utilização.

As contribuições identificadas pelo nome do autor em caixas e destaques representam as opiniões dos autores e resultam de uma investigação independente da sua responsabilidade. Não representam necessariamente a posição ou as opiniões do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano ou do PNUD. Quaisquer erros ou omissões são da responsabilidade dos respetivos autores. As contribuições em apreço são apresentadas no relatório para estimular o debate e incentivar um diálogo aprofundado entre investigadores e decisores.

Impresso nos EUA por AGS, RR Donnelley, com papel livre de cloro elementar certificado pelo Forest Stewardship Council. Impresso com tinta à base de óleos vegetais.



O Relatório do
Desenvolvimento Humano 2023/2024



RELATÓRIO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO 2023/2024

SÍNTESE

Pôr fim ao impasse

Reimaginar a cooperação num mundo polarizado



Publicado pelo
Programa das
Nações Unidas para o
Desenvolvimento
(PNUD)

*Ao serviço
das pessoas
e das nações*

Agradecimento:

A tradução e a publicação da edição portuguesa do *Relatório de Desenvolvimento Humano 2023/2024* só foram possíveis graças ao apoio do Camões – Instituto da Cooperação e da Língua.

Equipa

Diretor e autor principal

Pedro Conceição

Investigação e estatística

Cecilia Calderón, Pratibha Gautam, Moumita Ghorai, Divya Goyal, Yu-Chieh Hsu, Christina Lengfelder, Brian Lutz, Tasneem Mirza, Rehana Mohammed, Josefin Pasanen, Fernanda Pavez Esbry, Antonio Reyes González, Som Kumar Shrestha, Ajita Singh, Heriberto Tapia e Yanchun Zhang

Digital, gestão de dados e conhecimento, comunicações, operações, Relatórios Nacionais do Desenvolvimento Humano

Nasantuya Chuluun, Jon Hall, Seockhwan Bryce Hwang, Nicole Igloi, Admir Jahic, Mohammad Kumail Jawadi, Fe Juarez Shanahan, Minji Kwag, Ana Porras, Stanislav Sailing, Marium Soomro e Sajia Wais

O Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024

Conselho Consultivo

Copresidentes	Tharman Shanmugaratnam Presidente da República de Singapura	Joseph E. Stiglitz Professor universitário, Universidade de Columbia		
Membros	Olu Ajakaiye Presidente executivo do African Centre for Shared Development Capacity Building (Centro Africano para o Desenvolvimento Partilhado e Reforço de Capacidades), Nigéria	Scott Barrett Professor de Economia de Recursos Naturais de Institute Lenfest-Earth, Universidade de Columbia	Kaushik Basu Professor de Estudos Internacionais, Universidade Cornell	Laura Chincilla ex-Presidente da República da Costa Rica
	Diane Coyle Professora de Políticas Públicas do Instituto Bennett e Codiretora do Instituto Bennett de Políticas Públicas, Universidade de Cambridge	Oeindrila Dube Professor do Philip K. Pearson, Escola Harris de Políticas Públicas, Universidade de Chicago	Cai Fang Perito principal do Grupo de Reflexão Nacional, Academia Chinesa de Ciências Sociais	Marc Fleurbaey Diretor de Investigação do CNRS (Centro Nacional de Investigação Científica); Professor da Escola de Economia de Paris; Professor Associado da École Normale Supérieure, Paris
	Ravi Kanbur Professor da Universidade Cornell	Judith Kelley Reitor da Sanford School of Public Policy, Universidade Duke	Melissa Leach Diretora do Instituto de Estudos de Desenvolvimento	Harini Nagendra Diretora do Centro de Investigação e Professora e Docente Responsável do Centro para as Alterações Climáticas e Sustentabilidade, Universidade Azim Premji
	Abebe Shimeles Professor Honorário do Departamento de Economia da Universidade da Cidade do Cabo, África do Sul e Consultor Económico Sénior; Diretor cessante de Investigação, Consórcio Africano de Investigação Económica	Belinda Reyers Professora da Universidade de Pretória; Investigadora Afiliada do Instituto Beijer de Economia Ecológica, Real Academia das Ciências da Suécia	Ilona Szabo De Carvalho Cofundadora e Presidente do Instituto Igarape, Brasil	Krushil Watene Peter Kraus, Professor Associado de Filosofia, Universidade de Auckland

Prefácio

Vivemos num mundo extremamente coeso. No entanto, os desafios globais comuns e interligados, como as alterações climáticas desenfreadas, ultrapassam a capacidade de resposta das nossas instituições. Enfrentamos um “impasse global”, exacerbado pela crescente polarização nos nossos países, que se traduz em obstáculos à cooperação internacional.

Por que razão, apesar de todas as nossas riquezas e tecnologias, estamos tão estagnados? Será possível mobilizar a ação para dar resposta a desafios coletivos a nível global num mundo fortemente polarizado? Estas são as questões que motivam o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2023/2024. Firmemente assente nos progressos alcançados pelos seus predecessores, o Relatório lembra-nos que as nossas aspirações comuns ao desenvolvimento devem ir além das conquistas de bem-estar. Devem permitir, igualmente, que as pessoas sintam um maior controlo sobre as suas vidas, menos ameaçadas e mais capacitadas para enfrentar os desafios coletivos.

O custo humano deste impasse crescente é enorme. Em vidas perdidas, em oportunidades desperdiçadas, em sentimentos de desespero. Após 20 anos de progresso, e pela primeira vez na história, as desigualdades nos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) — que mede a saúde, a educação e o nível de vida de cada país — estão a aumentar entre os países na base e os países no topo do índice. Na sequência dos decréscimos registados em 2020 e 2021 no valor global do IDH, o mundo teve a oportunidade de construir um futuro melhor. Em vez disso, este Relatório do Desenvolvimento Humano mostra que a nossa comunidade global está aquém das expectativas. As mortes em combate e as deslocações forçadas por conflitos violentos estão a aumentar, atingindo os níveis mais elevados desde a Segunda Guerra Mundial. Antecedendo uma década de temperaturas cada vez mais elevadas, 2023 foi o ano mais quente alguma vez registado. O progresso do desenvolvimento humano registou uma trajetória descendente, situando-se atualmente abaixo da tendência anterior a 2019, ameaçando fortalecer perdas permanentes no desenvolvimento humano.

A menos que mudemos de rumo.

Ainda podemos colmatar as desigualdades no desenvolvimento humano, mas devemos aprender

rapidamente algumas lições. Desde logo, o Relatório defende a necessidade de capitalizarmos as nossas ligações globais, privilegiando a cooperação em detrimento do conflito. O Relatório mostra como a má gestão das interdependências transfronteiriças (a resposta à pandemia de Covid-19, por exemplo) está na origem de diversos desafios contemporâneos, desde o sobre-endividamento de numerosos países com um nível baixo ou médio de rendimento às ameaças à segurança alimentar, passando por um sentimento generalizado de descapacitação em todo o mundo. Uma nova análise do Relatório, com recurso a dados do Inquérito Mundial de Valores, demonstra que apenas metade da população mundial se sente em controlo da própria vida e que apenas um terço das pessoas acredita que a sua voz é ouvida no sistema político em que se insere.

Numa análise prospetiva, existirão cada vez mais oportunidades e desafios coletivos a nível global. Além da forte interdependência económica, existem dois fatores principais de interdependência suscetíveis de moldar o nosso futuro nas próximas décadas. Primeiro, as perigosas mudanças planetárias do Antropoceno estão a aprofundar as ligações globais entre sociedades, economias e ecossistemas: os vírus, os microplásticos nos nossos oceanos e os incêndios florestais não se preocupam com as fronteiras nacionais. Como se defende no Relatório, podemos optar por desglobalizar, mas não podemos “desplanetizar”. Segundo, a revolução digital em curso teve como resultado um aumento vertiginoso da partilha de dados, ideias e culturas entre as sociedades.

Para pôr fim ao impasse, o Relatório convida a reimaginar a cooperação através da aplicação de três ideias por que incentiva o mundo a lutar.

Em primeiro lugar, é imperativo encontrar pontos comuns, aceitando simultaneamente que as pessoas têm o direito de manter interesses e prioridades distintos. A dissipação de um nevoeiro de falsas diferenças, ou de perceções erróneas, é uma das formas mais eficazes de contribuir para uma cooperação que dê resposta a desafios coletivos.

Em segundo lugar, temos de permitir que as pessoas prossigam as suas ambições legítimas e naturais em matéria de segurança humana sem protecionismo. Já passaram 30 anos desde que o Relatório do

Desenvolvimento Humano de 1994 introduziu a ideia de segurança humana, um conceito que se centra naquilo que confere às pessoas a capacidade de moldarem as suas vidas livres de medo, de privações e com dignidade. Da transição energética à inteligência artificial, o debate sobre os riscos e os desafios tem de ser reequilibrado com a articulação coerente do potencial para viver, pela primeira vez, com um excedente de energia e com uma inteligência artificial que exponencia a nossa capacidade de ação.

Em terceiro lugar, precisamos de uma arquitetura do século XXI para a cooperação internacional, com vista a assegurar a disponibilização de bens públicos mundiais. Incluem-se os bens públicos a nível planetário necessários para navegar no Antropoceno — desde a atenuação das alterações climáticas à preparação para as pandemias, passando pela preservação da biodiversidade, bem como os bens e as infraestruturas públicas digitais que possibilitariam que a revolução digital potenciase uma prosperidade mais equitativa. Os bens públicos mundiais são essenciais para o nosso futuro interdependente enquanto cidadãos do mundo e exigem que repensemos o financiamento internacional com o objetivo de complementar a ajuda ao

desenvolvimento (apoio aos países pobres) e a ajuda humanitária (salvar vidas em situações de emergência).

De facto, devemos reconhecer como inegável o facto de termos atualmente acesso a novos mecanismos financeiros, a tecnologias revolucionárias e ao nosso maior trunfo: o engenho humano e as nossas capacidades de cooperação. No entanto, no presente, os psicólogos alertam para um número elevado de crianças que se sentem ansiosas e que sentem que vivem num mundo que não se preocupa com o seu futuro. Este Relatório encerra um apelo: podemos e devemos fazer melhor. Traça caminhos para o futuro e convida a uma conversa sobre reimaginar a cooperação.



Achim Steiner

Administrador

Programa das Nações Unidas para
o Desenvolvimento

Agradecimentos

Como dar sentido à elaboração de um Relatório do Desenvolvimento Humano em tempo de guerra? Não só de guerras entre países e dentro de cada país, mas também com o nosso planeta, conosco próprios e com o nosso futuro? São questões que tiveram um peso significativo nas nossas mentes. Porém, com o passar do tempo, reforçam a determinação da equipa, alimentada pela convicção de que as mensagens recorrentes dos sucessivos Relatórios do Desenvolvimento Humano são mais relevantes do que nunca. Importa repeti-las e reafirmá-las, porque, apesar de já poderem ter sido afirmadas diversas vezes, parece terem sido continuamente relegadas para segundo plano. A primazia das pessoas enquanto objetivo e agentes do desenvolvimento. É fundamental permitir que as pessoas vivam sem carências, sem medo e sem indignidade, fator que permanece relevante 30 anos após a introdução do conceito de segurança humana no Relatório sobre o Desenvolvimento Humano de 1994.

Este Relatório, à semelhança de outros Relatórios do Desenvolvimento Humano, analisa as barreiras que impedem as pessoas de viverem plenamente as suas vidas bem como o que fazer para as superar. Nesta matéria, o mundo atual tem muito de novo. Com base no Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022 — que identificou a polarização enquanto barreira na resposta aos desafios coletivos como um dos novos níveis de incerteza com que o mundo se depara — este Relatório mergulha profundamente nas razões pelas quais a polarização está a aumentar, o modo como paralisa a ação coletiva e de que forma é possível reimaginar a cooperação para pôr fim ao impasse. A conclusão do Relatório só se tornou possível graças ao encorajamento, generosidade e contributo de tantas

pessoas, que reconhecemos, ainda que apenas de modo imperfeito e parcial, nestes agradecimentos.

Os membros do Conselho Consultivo são reconhecidos juntamente com a equipa do relatório, em virtude dos seus contributos fundamentais para o enquadramento e a análise do relatório. Gostaríamos, contudo, de prestar especial reconhecimento ao copresidente Tharman Shanmugaratnam, que tem assumido graciosa e generosamente o cargo de copresidente desde 2019 e que aceitou continuar a desempenhar esta atividade mesmo depois de assumir um alto cargo. Nós, e todos os que se interessam pelo desenvolvimento humano e pelo desenvolvimento em geral, temos uma enorme dívida de gratidão para com o Presidente Tharman.

Em complemento às recomendações do nosso Conselho Consultivo, o Painel de Consultores Estatísticos do Relatório ofereceu orientações sobre questões metodológicas e, também, referentes aos dados do Relatório, em particular no tocante ao cálculo dos índices de desenvolvimento humano do Relatório. Estamos gratos a todos os membros do painel: Mario Biggieri, Camilo Ceita, Ludgarde Coppens, Koen Decancq, Thomas Helgeson, Jason Hickel, Milorad Kovacevic, Steve Macfee-ly, Silvia Montoya, Shantanu Mukherjee, Ekaterina Poleshchuk, Michaela Saisana, Hany Torky, Mohd Uzir e Dany Wazen.

Agradecemos, ainda, todos os dados facultados, contributos escritos e revisões por pares dos rascunhos dos capítulos do Relatório, incluindo os de Barbara Adams, Scott Barret, Cornelia Betsch, Robert Böhm, Wolfgang Buchholz, Leonardo Bursztyn, Fernando Casal Bertoa, Patricia Clavin, Tiago Devesa, Charles Efferson, Charlotte Fiedler, Odd-Helge Fjeldstad, Katha Freistein, Karla Daniela González, Kenneth Harttgen, Nicole Hassoun, Luca

Henkel, Joseph Henrich, Tadashi Hirai, Ingrid Home Sjursen, Eduardo Ibarra-Olivio, Solava Ibrahim, Otto Ilona, Julia Leininger, Andrea Marinucci, Ronald Mendoza, José Antonio Ocampo, Laura Pereira, Hannah Pool, Marcela Rios Tobar, Todd Sandler, Emanuele Sapienza, Armin von Schiller, Tobias Schillings, Phillip Sprengholz, Andrew Thompson, Jurel Yap e Sarah White.

Agradecemos, em especial, a estreita colaboração com os nossos parceiros: o Conselho Internacional da Ciência, incluindo Peter Gluckman e Megha Sud; a Lloyd's Register Foundation, incluindo Suela Aksoy e Ed Morrow; o McKinsey Global Institute, incluindo Anu Madgavkar; o Peace Research Institute Oslo, incluindo Siri Aas Rustad, Andrew Arasmith, Kristine Helskog e Gudrun Østby; a South-North Scholars, incluindo Nino Nadirashvili e Charlie Zong; o Climate Impact Lab, incluindo Hannah Hess; a Gallup, incluindo Jon Clifton e Andrew Rzepa; o Global Policy Laboratory, incluindo Solomon Hsiang, Jonathan Proctor e Luke Sherman; a Associação para o Desenvolvimento Humano e as Capacidades, incluindo Ann Mitchell e Melanie Walker; o Instituto Internacional de Análise de Sistemas Aplicados, incluindo Luis Gomez Echeverri, Pratik Patil e Elena Rovenskaya; a Iniciativa pela Pobreza e Desenvolvimento Humano da Universidade de Oxford, incluindo Sabina Alkire, Maya Evans, Alexandra Fortacz e Usha Kanagaratnam; o Banco Mundial, incluindo Indermit Gill e Luis Felipe López-Calva; o World Inequality Lab, incluindo Lucas Chancel; bem como colaboração no domínio da investigação com Ingvild Almås, David Blanchflower, Alexander Bryson, Erle Ellis, Nicholas Depsky, Paul Hufe, Diren Kocakusak, Justin E. Lane, Stephen Sepaniak e F. LeRon Shults.

Foram realizadas diversas consultas com peritos de várias regiões, sobre

vários temas, bem como um conjunto de consultas informais com inúmeras pessoas que, embora sem um papel consultivo formal, assumiram um papel relevante no processo de preparação do Relatório deste ano. Estamos gratos pelos contributos nestas consultas de Ima Abdul Rahim, Lina Abirafeh, Jeremy Adelman, Arun Agrawal, Aroe Ajani, Fonteh Akum, Henry Alinaitwe, Ingvild Almås, Tariq Al-Olaimy, Sherine Al-Shawarby, Phillip Apuuli Kasaija, Elsie Attafua, Tan Sri Azman Hj Mokhtar, Joe Bak-Coleman, Anne Bardsley, Carl Bergstrom, Amar Bhattacharya, Debapriya Bhattacharya, Haroon Bhorat, Roberto Bissio, Lia Brazil, Carlos Brown, Joanna Bryson, Vural Çakır, Miguel Centeno, Tan Sri Dato Seri Jeffrey Cheah, Sysan Clayton, Sarah Cliffe, Dawnelle Clyne, Flavio Comim, Alistair Cook, Vanessa D'Alessandre, Yves Daccord, Isabel de Saint Malo, Dagomar Degroot, Faisal Devji, Catherine D'Ignazio, Ishac Diwan, Jamie Drummond, Jaco Eyelu, Nadim Farajalla, Hege Fisknes, Peter Frankopan, Jemima Garcia-Godos, Nilanjan Ghosh, Andrew Grotto, John Haldon, Corinne Heckmann, Oli Henman, Luis Hernán Vargas, Eria Hisali, Karla Hoff, Nadim Houry, Saleemul Huq, Nigar Islamli, Andry Ivanov, Jennifer Jacquet, Rasha Jarhum, Xu Jin, Mitzi Jonelle Tan, Tehmina Kaoosji, Ibrahim Kasirye, Lina Khatib, Julius Kiiza, Ruth Kitamirike, Martin Korte, Nagesh Kumar, Oliver Lacey Hall, Michèle Lamont, Lyse Langlois, Julia Leininger, Sharachchandra Lele, Hod Lipson, Genevieve Lively, Hela Lotz-Sisitka, Winnifred Louis, Fatmata Lovetta Sesay, Tan Sri Jamilah Mahmod, Andrés Malamud, Beckie Malay, Yadvinder Malhi, Kanchan K. Malik, Heghine Manasyan, Emma Marris, Steve McCorrison, Tarik Megerisi, Emel Memis, Rana Mitter, Roman Mogilevskii, Petra Molnar, Samar Muhareb, Khalid Mustafa Medani, Mwambutsya Ndebesa, Sjeila Ngatria, Dianah Ngui Muchai, Ibrahim Okumu, Iliana Olivie, Margie Ong, Mavis Owusu-Gyamfi, Foteini Papagiotti, Toril-Iren Pedersen, Tawana Petty, Seeta Prabhu, Cristelle Pratt, Satin Seri Sunita Rajakumar, Michael Robbins, Emma Ruttkamp-Bloem, Silvia Salvatici, Marc Saner, Mahendhiran Sanggaran Nair, Carlos Scartascini, Mario Scharfbilli,

Kareem Shaheen, Binyam Sisay Mendisu, Scott Smith, Masashi Soga, Hema Sridar, Erika Stael von Holstein, Abida Suleri, Zeynep Tufekci, Gatoloaifaana Tilianamua Afamasaga, Lucas Tse, Tania Vásquez Luque, Harvey Whitehouse, Deborah Willing, John Willshire, Jiajun Xu, Ong Keng Yong, Zhang Yujun, Anis Yuszal Yusoff e Yingqin Zheng.

Agradecemos, em especial, o diálogo estreito na Universidade Duke, com Stephanie Alt Lamm, Sarah Bermeo, Nadia Chamberlain, Judith Kelley, Anirudh Krishna, Eddy Malesky e Kerilyn Shewel; na Universidade de Chicago, com Natalie Arsenault, Alison Baulos, Luis Bettencourt, Christopher Blattman, Emily Grant, Michael Greenstone, Gary Herrigel e Mathias Staisch; na Universidade de Georgetown, com Dagomar Degroot; e na Universidade de Yale, com David Alzate, David Engerman, Jessica Faieta, Ardina Hasanbasri, Jim Levinsohn, Costas Meghir, Aishwarya Ratan, Ernesto Zedillo e com Emma Sky do programa Yale Greenberg World Fellow. Agradecemos a colaboração dos académicos do South-South Global Thinkers.

Foi, ainda, prestado apoio por tantas pessoas cuja lista é demasiado numerosa para elencar neste espaço. Está disponível uma lista de consultas em <https://hdr.undp.org/towards-hdr-2023>. Os contributos, o apoio e a assistência de muitos colegas da família da ONU são reconhecidos com gratidão. Incluem o Gabinete Executivo do Secretário-Geral, através de Michèle Griffin; o Gabinete das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul, incluindo Dima Al-Khatib, Zanofer Ismalbebbe e Naveeda Nazir; a Campanha de Ação dos ODS da ONU, incluindo Xavier Longan, Marina Ponti e Olcay Tetik; a Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e o Empoderamento das Mulheres, incluindo Ginette Azcona e Papa Seck; a Organização Internacional do Trabalho, incluindo Rafael Díaz de Medina, Youcef Ghellab, Roger Gomis, Steven Kapsos e Sangeon Lee; a Divisão da População das Nações Unidas, incluindo Patrick Gerland; o Programa das Nações Unidas para o Ambiente, incluindo Dany Ghafari; o Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência

e a Cultura), incluindo Olivier Labé, Alasdair McWilliam, Patrick Montjoudes e Said Ould Ahmedou Voffal; e o Instituto Mundial de Investigação do Desenvolvimento Económico, da Universidade das Nações Unidas, incluindo Rahul Lahoti. Todos os gabinetes regionais e centrais e os escritórios nacionais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) são igualmente reconhecidos com profunda gratidão.

Os colegas do PNUD ofereceram aconselhamento e contributos e organizaram consultas. Estamos gratos a Jairo Acuna Alfaro, Tehmina Akhtar, Abdallah Al Dardari, Darah Aljoudar, Elsie Attafua, Julie Axelsen, Niloy Banerjee, Fiona Bayat-Renoux, Julie Berg, Tessa Bertrand, Georgiana Braga'Orillard, Michele Candotti, Alessandra Casazza, Angélique M. Crumbly, Mirko Ebelshaeuser, Maja Edfast, Ahunna Eziakonwa, Alfonso Fernández, Almudena Fernández, Sara Ferrer, Arvinn Gadgil, Raymond Gilpin, Carolina Given Sjölander, George Gray Molina, Janil Greenaway, Niamh Hanafin, Wenwen He, Caroline Hopper-Box, Vanessa Howe-Jones, Ghida Ismail, Tomohiro Kawase, Julia Kercher, Adithya Kumar, Raquel Lagunas, Bas Leurs, Sarah Lister, Fatmata Lovetta Sesay, Zhaoxi Meng, Ulrika Modeér, Luca Monge Roggarello, Annet Mpabulungi Wakabi, Michelle Muschett, Marcos Athias Neto, Sjeila Ngatria, Shoko Noda, Mizuho Okimoto-Kaewtathip, Robert Opp, Anna Ortubia, Thangavel Palanivel, Prachi Paliwal, Stefano Pettinato, Ricardo Pineda, Sarah Poole, Corli Pretorius, Georgios Profiliotis, Soha Rasheed, Luca Renda, Carolina Rivera Vásquez, Sara Maaria Saastamoinen, Philip Schellekens, Bahdja Sebli, Narue Shiki, Ashvinder Singh Pramjit Singh, Ben Slay, Anca Stoica, Rania Tarazi, David Tat Ui Tan, Claire van der Vaeren, Federico Vaz, Francis Wasswa, Kanni Wignaraja, Bronwyn Williams, Clarise Wilson, Haoliang Xu, Shinobu Yamaguchi e Ivana Živković. Estamos igualmente gratos a todos os Scanners de Sinais do PNUD e aos Laboratórios de Aceleração do PNUD que participaram nas consultas.

Tivemos a felicidade de contar com o apoio dos consultores de operações Judy Austin, Beatrice Chinapen e Milagros

Feliciano e dos talentosos estagiários e verificadores de factos: Dopé Adjor, Natalia Aguilar Ruiz, Edwige Bayili, Parth Chawla, Seussler Daniel, Modi Michael Elisa, Morgane Hamza, Sijie Han, Yingyilong Hu, Jessica Karki, Alive Lassman, Danielle Mallon, Luiza Nakamura, Paricia Nogueira, Nazifa Rafa, Maria Nathalia Ramirez, Yu-Ya Rong, Laura Sanzarello, Zahraa Shabana, Ching To Chung, Diego Vallejo, Yuqing Wang, Xuan Yi e Moya Zhu.

O Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano manifesta, ainda, a sua sincera gratidão para com os governos da República da Coreia, bem como para com os Governos do Japão e Portugal pelos seus contributos financeiros. Agradecemos imenso o seu apoio constante, que permanece essencial.

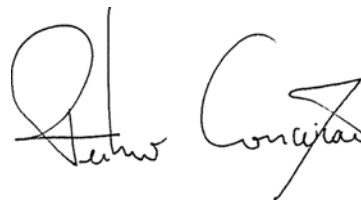
Estamos gratos pelo trabalho altamente profissional dos nossos editores e técnicos

de paginação da Communications Development Incorporated, liderados por Bruce Ross-Larson com Joe Caponio, Meta de Coquereaumont, Mike Crumplar, Christopher Trott e Elaine Wilson. O Bruce, em especial, está tão envolvido no processo que se sente parte da equipa, tal como tem acontecido com todos os Relatórios do Desenvolvimento Humano ao longo das décadas.

Gostaríamos de evocar afetuosamente a memória de Inge Kaul, uma das primeiras líderes do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano e pioneira no domínio dos bens públicos mundiais — a que este Relatório regressa — e uma pensadora e mentora muito ciosa da sua independência. Sentimos muito a falta de Inge.

É difícil exprimir o quanto devemos ao Administrador do PNUD, Achim Steiner.

Ao conceder-nos espaço e liberdade para explorar e correr riscos, para experimentar coisas novas - não só nos Relatórios do Desenvolvimento Humano, mas para além disso, incluindo inovações sem precedentes como a Plataforma Human Climate Horizons (<https://horizons.hdr.undp.org/>), foi sempre generoso na partilha do seu tempo (um bem precioso!) e da sua sabedoria com a equipa. O nosso gabinete tem a designação de Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, mas, como nos recorda sempre, o objetivo não é elaborar um relatório, mas sim promover debates em torno do desenvolvimento humano e convidar os decisores a participar na análise. Como sempre, esforçamo-nos para dar cumprimento a esta aspiração.



Pedro Conceição

Diretor

Gabinete do Relatório do
Desenvolvimento Humano

Índice do Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024

Prefácio

Agradecimentos

Retrato instantâneo

Síntese

PARTE I

Progredir no desenvolvimento humano num mundo interdependente

CAPÍTULO 1

O desenvolvimento humano ressentir-se quando a interdependência é mal gerida

Construir um futuro mais fraco? Uma recuperação desigual e incompleta do desenvolvimento humano a partir do declínio de 2020-2021

Uma má gestão da interdependência implica custos para o desenvolvimento humano

As perspetivas de promover a agência e o bem-estar serão moldadas pela gestão da interdependência

CAPÍTULO 2

A interdependência global persiste, mas está a ser remodelada

A persistência de laços globais: um mundo hiperligado com múltiplas interdependências globais

A interdependência global está a ser remodelada e é muito provável que assim se mantenha no futuro

CAPÍTULO 3

A disponibilização de bens públicos mundiais para gerir a interdependência

O que são bens públicos mundiais?

O que é preciso para fornecer bens públicos mundiais? Nem todos são criados da mesma forma

Utilização de bens públicos mundiais na resposta à Covid-19 — Perspetiva

PARTE II

Reimaginar a cooperação expandindo a agência e reduzindo a polarização

CAPÍTULO 4

Analisar como reforçar a ação coletiva

Começar com um modelo padrão de comportamento de escolha egoísta

Aplicar cuidadosamente conhecimentos da ciência comportamental

Reconhecer como a cultura molda o comportamento e as instituições

CAPÍTULO 5

Expandir a agência para a ação coletiva

Como a falta de agência dificulta a ação coletiva

Reduzir a falta de agência para promover a ação coletiva

Instituições capazes de dar dimensão à ação coletiva: centradas nas pessoas, copropriedade e orientadas para o futuro

CAPÍTULO 6

Pôr fim ao impasse para reforçar a ação coletiva

Como surge a polarização política?

A polarização política põe em risco a cooperação

Reforçar de imediato a ação coletiva internacional

Notas

Referências

CAIXAS

- 0.1** Bens públicos mundiais 101: o que são bens públicos mundiais de soma, de melhor resultado e de elo mais fraco?
- 2.1** A viagem global de um smartphone: uma história de impactos económicos, sociais e ambientais transfronteiriços
- 2.2** A mobilidade humana face às alterações climáticas: o caso do Vietname
- S2.2.1** Bem-estar relacional e interdependente
- 3.1** Infraestruturas públicas digitais e bens públicos digitais
- 3.2** Que fatores motivam os países a contribuírem para os bens públicos mundiais?
- 4.1** Um modelo padrão de comportamento de escolha egoísta
- 4.2** Um modelo de escolha comportamental para a tomada de decisões
- 4.3** As preferências sociais podem ser ampliadas
- 4.4** “Não é mentira se acreditarmos nela”: crenças, normas sociais e ação coletiva
- 4.5** A promessa e o perigo dos estímulos na mudança de comportamentos
- 4.6** O contexto social molda as ações das pessoas e a forma como se veem a si próprias
- 4.7** Onde estão as políticas?
- 5.1** Promoção de formas mais deliberativas de participação dos cidadãos
- 5.2** O diálogo social no mundo do trabalho
- 6.1** Raciocínio e deliberação públicos para o desenvolvimento humano

FIGURAS

- S.1** Uma mudança permanente na trajetória do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)?
- S.2** Prevê-se que a recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desde o declínio de 2020-2021 seja altamente desigual

S.3	A desigualdade entre os países com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado e os países com um IDH baixo está a aumentar, contrariando os declínios de longo prazo	2.5	Já antes de 2020, as preocupações e o <i>stress</i> estavam a aumentar na maioria dos países
S.4	Os autorrelatos de <i>stress</i> aumentaram na maioria dos países, mesmo antes da pandemia de Covid-19	2.6	As elites têm conseguido tirar partido da hiperglobalização, uma vez que a transferência de lucros para paraísos fiscais disparou
S.5	O paradoxo da democracia? Apoio inabalável à democracia, a par de um apoio crescente aos líderes que a podem comprometer	2.7	O descontentamento é dispendioso: trajetórias do PIB inferiores em países com episódios populistas
S.6	Motivos para ter esperança: melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano sem aumentar as pressões sobre o planeta	2.8	Os conflitos violentos afetaram 15 por cento da população mundial em 2022
S.7	A falta de agência na ação coletiva é superior à do controlo sobre a própria vida	2.9	As desigualdades e o Antropoceno: os países com um Índice de Desenvolvimento Humano mais elevado exercem mais pressões sobre o planeta
O.1	As mortes em guerra e as deslocações forçadas estão a agravar-se	2.10	Expandir as fronteiras de possibilidades: valores mais elevados do Índice de Desenvolvimento Humano com menores pressões sobre o planeta
O.2	As alterações climáticas podem provocar uma explosão de desigualdades	2.11	Dissociação entre as pressões sobre o planeta e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
O.3	A interdependência económica está a estabilizar em níveis muito elevados	2.12	As tecnologias digitais estão a impulsionar mudanças na interdependência económica global, com aumentos dramáticos nas exportações de serviços modernos desde 2000
O.4	A transferência de lucros para paraísos fiscais disparou	3.1	O processo de autorização para as vacinas contra a Covid-19 foi rápido e sem precedentes
O.5	Baixa confiança no governo nacional tende a correlacionar-se com baixa confiança nas Nações Unidas	S3.1.1	Cerca de um terço das unidades populacionais de peixes do mundo são objeto de sobrepesca
O.6	A liberdade de expressão anda de mãos dadas com a agência e tem vindo a diminuir nos últimos anos	4.1	As mudanças comportamentais e a reforma institucional influenciam-se reciprocamente, moldando e sendo moldadas conjuntamente por procedimentos de opção social
O.7	Quanto maior for a perceção da insegurança humana, menor será o sentimento de controlo sobre a própria vida	4.2	Esforços generalizados recorrem a conhecimentos comportamentais para informar as políticas públicas
O.8	A perceção de agência (controlo sobre a própria vida) é moldada pelo rendimento	4.3	Os efeitos de vários fenómenos comportamentais são mais fortes nos segmentos mais instruídos e mais ricos da população
O.9	A igualdade de género na política está a ser limitada por normas sociais tendenciosas contra as mulheres	4.4	Existem diferenças generalizadas nas preferências de justiça em todo o mundo
1.1	O valor global do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é inferior à sua tendência anterior a 2019	4.5	O mundo atravessa um período de grande transição da aceleração para a desaceleração do crescimento demográfico
1.2	A recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) está incompleta	S4.2.1	A identificação de 180 enviaamentos cognitivos dificulta a obtenção de informações sobre a forma de alterar o comportamento para melhorar a ação coletiva
1.3	Prevê-se que a recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) seja altamente desigual	S4.4.1	A maioria das pessoas nos países africanos acredita que o não pagamento de impostos sobre o rendimento é, no mínimo, "errado, mas compreensível" e está mais propensa a concordar do que a discordar que a autoridade fiscal tem sempre o direito de obrigar as pessoas a pagarem impostos
1.4	Os países com um baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foram deixados para trás	S4.4.2	A redistribuição através da tributação não é um tema de eleição relevante na maioria dos países africanos, nem os seus cidadãos lhe atribuem grande prioridade
1.5	O valor do Índice de Desenvolvimento Humano previsto para 2023 em cada região em desenvolvimento é inferior à sua tendência anterior a 2019	5.1	O paradoxo da democracia? Apoio incondicional à democracia, em paralelo com um apoio crescente aos líderes que a podem comprometer
1.6	Declínios sem precedentes nos resultados da aprendizagem, conforme medido pelos resultados dos testes PISA	5.2	Uma importante e crescente percentagem da população apoia líderes suscetíveis de contornar as normas e práticas democráticas, 1994-2022
1.7	As mortes de civis resultantes de conflitos estão a aumentar após anos de declínio	5.3	Os choques económicos estão associados a uma menor confiança depositada nas instituições, mas a relação é mais fraca no que se refere à confiança nas Nações Unidas e entre si
1.8	O número de pessoas forçadas a fugir de suas casas está a aumentar para níveis máximos	5.4	A falta de agência na ação coletiva é superior à do controlo sobre a própria vida
1.9	As pressões sobre o planeta estão dissociadas dos seus efeitos geográficos e temporais	5.5	A redução da corrupção aumenta a confiança no governo, mas o mesmo acontece com a redução da falta de agência
1.10	As alterações climáticas podem provocar uma explosão de desigualdades no desenvolvimento humano	5.6	Agência no controlo sobre a própria vida e confiança
1.11	A tendência de redução da fome a nível mundial inverteu-se	5.7	A perceção de agência (controlo sobre a própria vida) é moldada pelo rendimento
1.12	A pandemia de Covid-19 pode ter alterado permanentemente a trajetória de redução da pobreza		
1.13	Liberdade de expressão: em regressão nos últimos anos		
2.1	A hiperglobalização está a diminuir, mas a interdependência mantém-se a um nível elevado sem precedentes		
2.2	As remessas para os países com um nível baixo ou médio de rendimento estão a aproximar-se do nível de investimento direto estrangeiro		
2.3	O apoio à política antielitista está a aumentar		
2.4	A interdependência mal gerida induz a procura de populismo através de crenças e de perdas de bem-estar		

5.8	Quanto maior o rendimento, maior a probabilidade de as pessoas declararem interesse na política e em votar
5.9	Quanto maior o nível de educação, maior é a probabilidade de as pessoas declararem interesse na política e em votar
5.10	Quanto maior a percepção da insegurança humana, menor o sentimento de controlo sobre a própria vida
5.11	A percepção da insegurança humana está relacionada com a confiança generalizada, especialmente nos grupos com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais elevado
5.12	A percepção da insegurança humana está relacionada com a confiança nas instituições do Estado
5.13	As normas sociais com preconceitos de género limitam a agência política das mulheres
5.14	As desigualdades de género na falta de agência para enfrentar futuras catástrofes são generalizadas
S5.1.1	Elementos de coesão social propostos
6.1	O apoio à redistribuição nacional está correlacionado com o apoio à redistribuição global na Alemanha, mas algumas pessoas querem uma redistribuição nacional alargada e muito pouco global e vice-versa
6.2	As crenças mais universalistas estão correlacionadas com as preocupações com os pobres e com o ambiente a nível mundial
6.3	As crenças universalistas estão associadas à redistribuição global e ao ambiente global nos países com rendimentos elevados, mas o contexto cultural é importante
6.4	A confiança nas instituições nacionais está correlacionada com a confiança nas instituições multilaterais, fundamentais para a ação coletiva internacional
6.5	A confiança em várias instituições está altamente correlacionada com a confiança no governo nacional
6.6	A percepção errada da percentagem de imigrantes na população é elevada e amplamente partilhada na sociedade
S6.1.1	De que forma a identificação de grupo pode aumentar a polarização
S6.2.1	0,5 mil milhões de pessoas vivem em situações de afastamento político, cerca de cinco vezes mais do que em 2010

DESTAQUES

2.1	O custo humano da má gestão da interdependência: percepções da história nacional e internacional <i>Patricia Clavin</i>
2.2	Gerir a interdependência global para promover o desenvolvimento humano
3.1	Os bens comuns da pesca no alto mar <i>Scott Barrett</i>
3.2	Avaliar os benefícios líquidos dos bens públicos mundiais e a sua distribuição <i>Ronald U. Mendoza e Jurel Yap</i>
3.3	Como evoluiu a desigualdade no acesso às vacinas contra a Covid-19: um relato utilizando a perspetiva dos bens públicos mundiais
4.1	Uma abordagem centrada na tecnologia para as negociações sobre as alterações climáticas <i>Scott Barrett</i>
4.2	Utilizar os conhecimentos da ciência comportamental: atenção!

4.3	Evolução cultural e política de desenvolvimento <i>Joseph Henrich</i>
4.4	O papel da confiança e das normas no cumprimento das obrigações fiscais em África <i>Odd-Helge Fjeldstad e Ingrid Hoem Sjurseth</i>
5.1	Reforçar a coesão social para atenuar a insegurança humana: promessa e perigo <i>Julia Leininger, Armin von Schiller e Charlotte Fiedler</i>
5.2	Solidariedade e determinação criativa <i>Nicole Hassoun</i>
5.3	O papel dos bancos multilaterais de desenvolvimento na disponibilização de bens públicos mundiais <i>José Antonio Ocampo e Karla Daniela González</i>
6.1	Identidade, polarização e respetivas consequências sociais e políticas <i>Robert Böhm, Philipp Sprengholz, Luca Henkel e Cornelia Betsch</i>
6.2	Ação coletiva internacional em tempos de convulsões geopolíticas
6.3	A geopolítica e o início da história das Nações Unidas: amigos ou inimigos? <i>Andrew Thompson</i>
6.4	Interpretar (mal) os outros <i>Leonardo Bursztyn</i>

TABELAS

3.1	Recomendações sobre como melhorar a disponibilização de diferentes tipos de bens públicos mundiais
S3.2.1	Resumo das avaliações dos bens públicos mundiais: cinco casos
S4.4.1	Tipos de normas e exemplos
6.1	A confiança nas instituições nacionais e internacionais é maior entre as pessoas que confiam nos outros

ANEXO ESTATÍSTICO

Guia do leitor

ÍNDICES COMPOSTOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO

1	Índice de Desenvolvimento Humano e seus componentes
2	Tendências do Índice de Desenvolvimento Humano, 1990–2022
3	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado à Desigualdade
4	Índice de Desenvolvimento Humano por Género
5	Índice de Desigualdade de Género
6	Índice de Pobreza Multidimensional: países em vias de desenvolvimento
7	Índice de Desenvolvimento Humano Ajustado às Pressões sobre o Planeta

Regiões em vias de desenvolvimento

Referências estatísticas

Pôr fim ao impasse

Um retrato instantâneo do Relatório do
Desenvolvimento Humano de 2023/2024

Pôr fim ao impasse

Um retrato instantâneo do Relatório do
Desenvolvimento Humano de 2023/2024

Podemos fazer melhor do que isto. Melhor do que alterações climáticas desenfreadas e pandemias. Melhor do que uma série de transferências inconstitucionais de poder no contexto de uma maré crescente e globalizada de populismo. Melhor do que a violação em cascata dos direitos humanos e do que massacres inconcebíveis de pessoas nas suas casas, em espaços cívicos, em hospitais, em escolas e em abrigos.

Temos de fazer melhor do que um mundo permanentemente à beira do abismo, um castelo de cartas socioecológico. Devemo-lo a nós próprios, uns aos outros, aos nossos filhos e aos filhos deles.

Temos tanto a nosso favor.

Sabemos quais são os desafios globais e quem será mais afetado por eles. Sabemos também que existirão certamente mais desafios do que aqueles que podemos antecipar atualmente.

Sabemos quais são as escolhas que oferecem melhores oportunidades de paz, prosperidade e sustentabilidade partilhadas, melhores formas de navegar em dimensões interativas de incerteza e através de diversas surpresas interligadas a uma escala planetária.¹

Usufruímos de uma riqueza, de conhecimentos e de tecnologias sem precedentes – inimagináveis para os nossos antepassados – que, com uma distribuição e uma utilização mais equitativas, poderiam permitir escolhas ousadas, mas necessárias, para a paz e para o desenvolvimento humano sustentável e inclusivo do qual essa paz depende.

Por que razão, então, a prossecução das ambições da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e do Acordo de Paris se assemelha a uma tarefa hercúlea, mas inconsistente e hesitante, por entre areias movediças?

Por que razão, em muitos locais, o restabelecimento da paz, mesmo as pausas ou os cessar-fogos como prelúdios esperançosos para a paz, parece uma meta tão difícil de alcançar?

Por que razão estamos imobilizados em matéria de governação digital, enquanto a inteligência artificial avança a toda a velocidade numa corrida desenfreada pelos dados?

Em suma, por que razão estamos tão estagnados? Como podemos libertar-nos dessa estagnação sem recorrer à violência ou ao isolacionismo? Estas são as questões que motivam o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2023/2024.

Perguntas incisivas desmentem a sua complexidade; questões que têm no seu cerne disparidades de poder desafiam frequentemente uma explicação fácil. Poções mágicas seduzem, mas enganam: cantos de sereia vendidos por discursos propagandísticos que exploram as queixas de grupos. Soluções habilidosas e receitas simples inquinam a nossa vontade de empreender o trabalho árduo para ultrapassar a polarização.

Os pântanos geopolíticos abundam, impulsionados por dinâmicas de poder variáveis entre estados e por

olhares nacionais voltados para dentro, motivados pelas desigualdades, insegurança e polarização. Todos estes temas são recorrentes neste e nos recentes Relatórios do Desenvolvimento Humano. No entanto, não podemos ficar de braços cruzados apenas porque a concorrência entre as grandes potências está a intensificar-se, enquanto os países sub-representados na governação mundial procuram ter maior voz nas questões de importância global. Recordemos que a cooperação global na erradicação da varíola e na proteção da camada de ozono, entre outras questões importantes como a não proliferação nuclear, ocorreu durante a Guerra Fria.

Ainda hoje surgem laivos de esperança. O acordo sobre os cereais ucranianos, antes da sua suspensão em 2023, evitou a insegurança alimentar generalizada, que teria afetado sobretudo os países e as pessoas mais pobres. A produção das vacinas contra a Covid-19, que salvou milhões de vidas, depende de cadeias de abastecimento mundiais, embora, tragicamente, muitas mais vidas pudessem ter sido salvas se a cobertura vacinal tivesse sido mais equitativa.² Os países continuam a cooperar na sequenciação genómica das variantes, mesmo quando persistem desigualdades lamentáveis no acesso às vacinas.³ Na 28.ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, o mundo criou um novo fundo para perdas e danos que beneficiará mais de 3 mil milhões de pessoas, com promessas de auxílio que totalizam mais de 600 milhões de dólares.⁴ O investimento global em energia limpa, bem como os empregos e as oportunidades que o acompanham, atingiu um máximo histórico de 1,8 biliões de dólares em 2023 (equivalente à dimensão da economia da República da Coreia), quase o dobro do valor registado em 2020.⁵

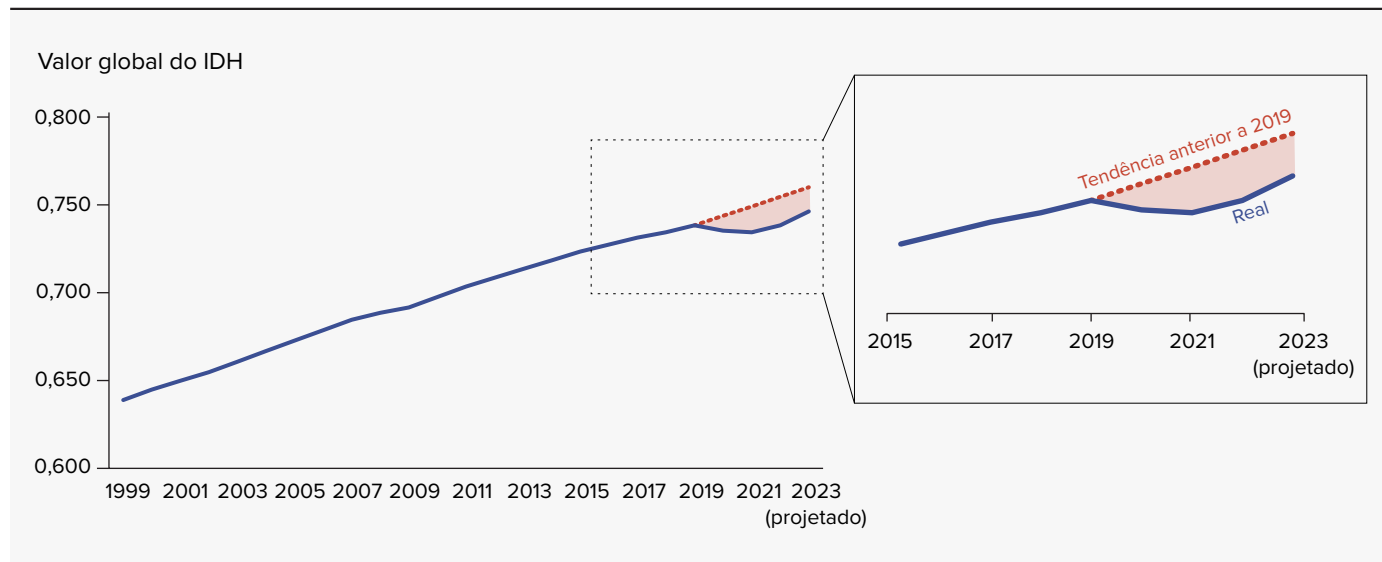
Por mais desafiadora que seja, a geopolítica não pode ser uma desculpa para ficar preso num impasse. Existem caminhos possíveis para se sair desse impasse. Reimaginar e fornecer de forma plena bens públicos mundiais de forma a satisfazer simultaneamente as necessidades de desenvolvimento nacional é um deles.

O Relatório do Desenvolvimento Humano de 2021-2022 argumentou que um novo complexo de incerteza está a perturbar vidas em todo o mundo e a arrastar o desenvolvimento humano. O valor global do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) caiu pela primeira vez, tanto em 2020 como em 2021.

Desde então, o valor global do IDH recuperou para um valor recorde previsto para 2023 (figura S.1). Prevê-se que todos os elementos do valor global do IDH ultrapassem os seus valores anteriores a 2019.⁶

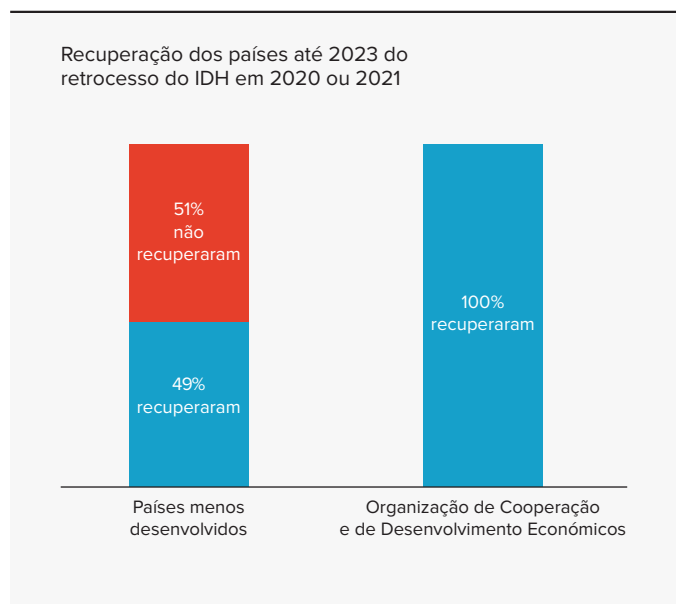
Apesar de se prever que atinja um novo máximo, o valor global do IDH continuará a ser inferior à tendência. Além disso, o valor global esconde uma divergência perturbadora entre países: prevê-se que todos os países da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económicos tenham recuperado, mas apenas cerca de

Figura S.1 Uma mudança permanente na trajetória do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)?



Nota: O valor do IDH global para 2023 é uma projeção. A tendência anterior a 2019 baseia-se na evolução do valor global do IDH nos 20 anos anteriores.
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

Figura S.2 Prevê-se que a recuperação dos valores do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) desde o declínio de 2020-2021 seja altamente desigual



Nota: os países menos desenvolvidos têm baixos níveis de rendimento e enfrentam vulnerabilidades que os tornam "o segmento mais pobre e mais fraco" da comunidade internacional (<https://www.un.org/ohrlls/content/about-least-developed-countries>). A recuperação significa que os países que sofreram um declínio no valor do IDH em 2020 ou 2021 deverão atingir ou ultrapassar o seu valor de IDH anterior ao declínio até 2023.

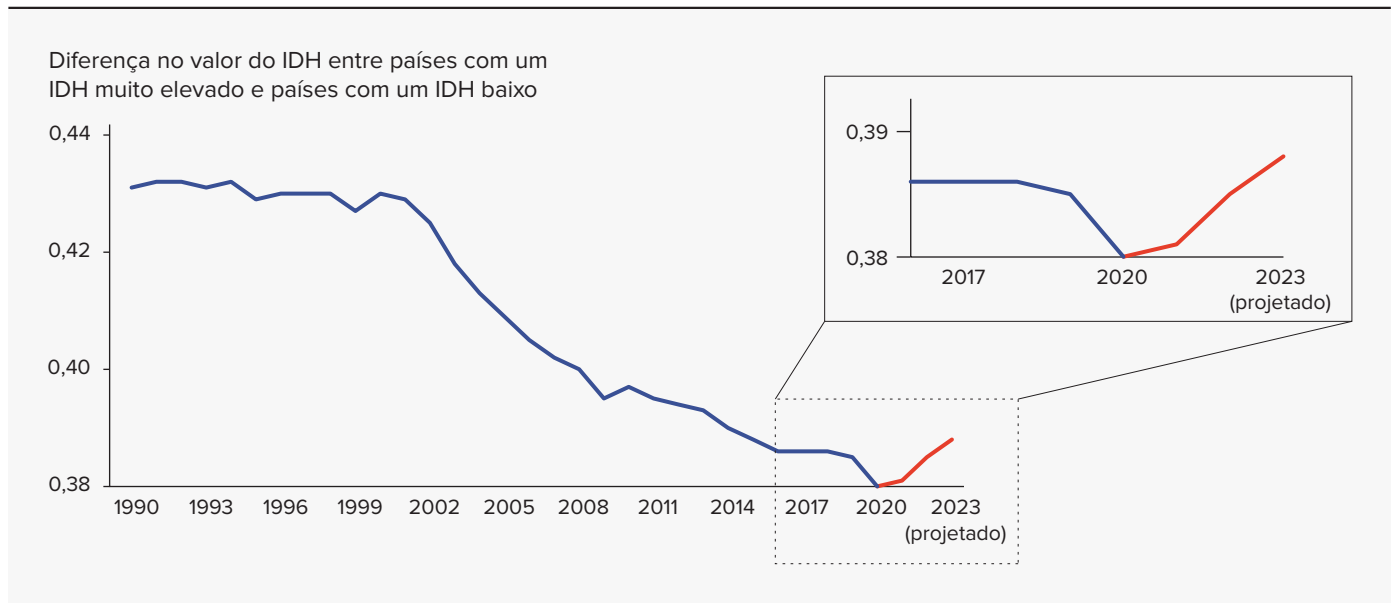
Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023d), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

metade dos países menos desenvolvidos o terão feito (figura S.2). Após 20 anos de progresso constante, a desigualdade entre os países nos extremos superior e inferior do IDH inverteu o curso, registrando um aumento anual desde 2020 (figura S.3).

Se o valor global do IDH continuar a evoluir abaixo da tendência anterior a 2019, como tem acontecido desde 2020, as perdas serão permanentes. Com base na tendência de 1999-2019, o valor global do IDH estava em vias de ultrapassar o limiar que define um desenvolvimento humano muito elevado (um valor de 0,800) até 2030, coincidindo com o prazo para cumprir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Atualmente, o mundo não está no bom caminho. Com efeito, o valor do IDH previsto para 2023 em todas as regiões é inferior à sua tendência anterior a 2019. Qualquer que seja a sua trajetória futura, o valor global do IDH captará – de forma incompleta, se é que captará – muitos outros elementos importantes, como os efeitos debilitantes das doenças crônicas, os picos nas perturbações mentais ou nos atos de violência contra as mulheres, que restringem as possibilidades de vida das pessoas. Tanto para os países ricos como para os países pobres, algumas perdas nunca serão recuperadas. Independentemente do que os gráficos e indicadores possam dizer sobre as pessoas atualmente, a pandemia de Covid-19 ceifou cerca de 15 milhões de vidas.⁷ Não podemos tê-las de volta. Nem o tempo desperdiçado de tantas formas: no isolamento, na prestação de cuidados, na não frequência da escola.

O IDH é um indicador importante, ainda que grosseiro, do desenvolvimento humano. Ainda há poucos anos, o bem-estar nunca tinha sido tão elevado, a pobreza nunca tinha sido tão baixa. No entanto, em todo

Figura S.3 A desigualdade entre os países com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) muito elevado e os países com um IDH baixo está a aumentar, contrariando os declínios de longo prazo



Nota: a diferença nos valores do IDH para 2023 baseia-se em projeções.

Fonte: Cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano baseados em dados de Barro e Lee (2018), FMI (2023), DAESNU (2022, 2023), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e Banco Mundial (2023).

o mundo, as pessoas relatam níveis elevados de tristeza, *stress* e preocupação (figura S.4).⁸ Desde então, estes indicadores manifestados pelas próprias aumentaram para quase 3 mil milhões de pessoas.⁹ Por sua vez, embora 9 em cada 10 pessoas demonstrem um apoio inabalável ao ideal da democracia, tem-se verificado um aumento do número daqueles que apoiam líderes suscetíveis de a comprometer: atualmente, pela primeira vez na história, mais de metade da população mundial apoia esse tipo de líderes (figura S.5).¹⁰

O complexo de incerteza lançou uma longa sombra sobre o desenvolvimento humano em geral, com os últimos anos a marcarem, possivelmente, uma infeliz e evitável bifurcação no seu caminho, em vez de um retrocesso transitório.

O que está a acontecer?

O progresso parece mais difícil de apreender, sobretudo quando as pressões sobre o planeta são tidas em conta; os nossos indicadores convencionais de desenvolvimento estão claramente a passar ao lado de um conjunto de questões. Uma delas pode ser a descapacitação das pessoas – falhas na agência humana – que está a ser atingida pelas novas configurações globais de complexidade e interdependência, de incerteza, de insegurança e de polarização.

As pessoas estão à procura de respostas e de um caminho a percorrer. Tal pode ser canalizado de forma útil através de uma ambição partilhada que leve todos a participar (não necessariamente em tudo) em áreas de cooperação que não sejam de soma zero, possibilitada por narrativas e instituições cooperativas construídas

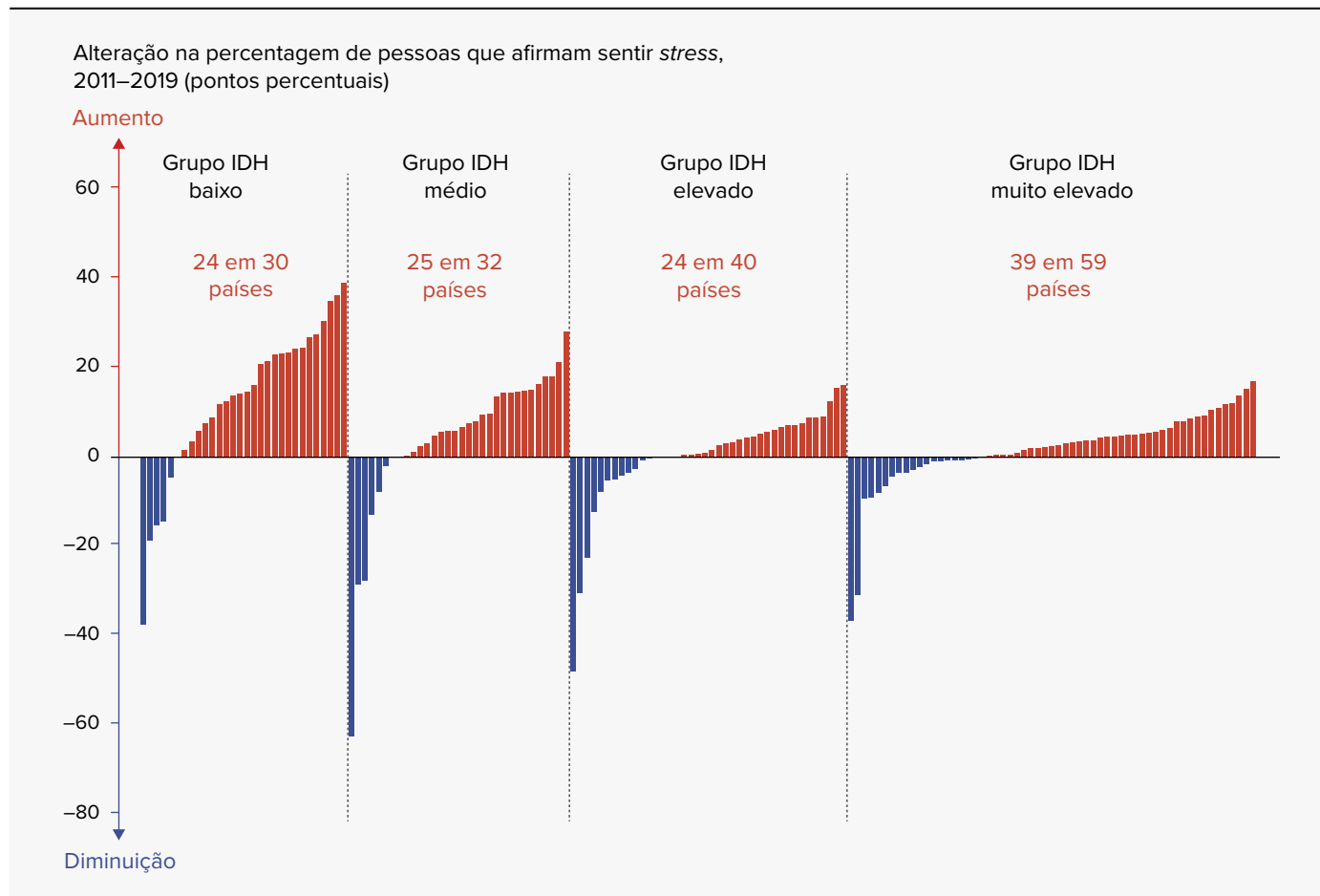
sobre uma base de confiança generalizada. Nos últimos 10 anos, tanto os países com um IDH muito elevado como os países com um IDH elevado melhoraram os seus valores de IDH sem aumentarem as pressões sobre o planeta. Isso representa uma mudança em relação às tendências anteriores de aumento simultâneo dos dois valores. Assim sendo, existem motivos para esperar que tal seja possível (figura S.6).

Pode, em alternativa e como parece estar a acontecer, ser canalizado para ciclos viciosos de jogos de demonização e culpabilização que geram, na melhor das hipóteses, suspeitas e desconfiança e, na pior, preconceitos, discriminação e violência.

É preocupante o facto de o populismo ter explodido, ultrapassando os picos do século passado, que corresponderam aproximadamente a períodos de globalização mal gerida.¹¹ Este fenómeno está a acontecer paralelamente e, em muitos casos, a explorar formas perversas de polarização, tais como a redução e o endurecimento de identidades limitadas, uma espécie de coerção ou falta de liberdade permitida, se não mesmo celebrada, por uma fetichização contínua do chamado interesse próprio racional.

A capacidade de as pessoas determinarem por si próprias o que significa viver uma vida boa, incluindo a definição e a reavaliação das suas responsabilidades para com os outros e para com o planeta, tem sido anulada de diversas formas. O dogma metastático de não envolvimento esconde o saque feito ao mealheiro económico e ecológico. As mentalidades do estilo “salve-se quem puder” e de “empobrecimento dos vizinhos” são

Figura S.4 Os autorrelatos de *stress* aumentaram na maioria dos países, mesmo antes da pandemia de Covid-19



O IDH é o Índice de Desenvolvimento Humano.

Nota: os valores referem-se à variação da percentagem de pessoas que referiram ter sentido *stress* “durante grande parte do dia de ontem”.

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, com base em Gallup (2023).

retrógradas e remontam a épocas mercantilistas. Ademais, as políticas e as instituições – incluindo as que geriram mal a dinâmica do mercado globalizado – preferem o “eu” ao “nós”.

Encontramo-nos numa infeliz encruzilhada. A polarização e a desconfiança estão em rota de colisão com um planeta doente. A insegurança e as desigualdades estão intimamente ligadas a este fenómeno. Assim como uma constelação de narrativas descapacitantes que geram um fatalismo defensivo e uma inércia catastrófica, tudo circunscrito e, em certo sentido, alimentado por uma polarização política vertiginosa.

O que podemos fazer para ajudar a mudar essa situação? Bastante.

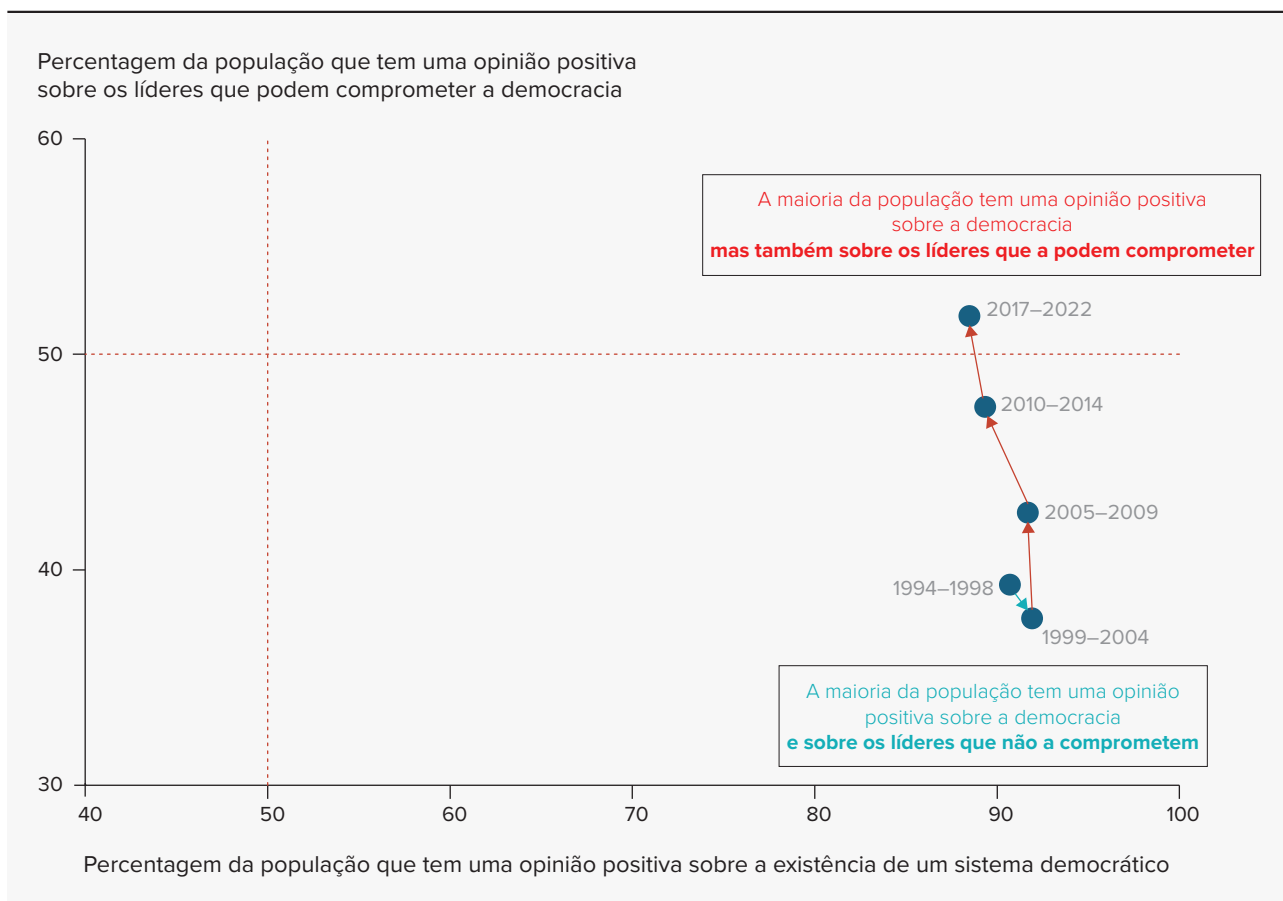
Construir uma arquitetura do século XXI para os bens públicos mundiais

Em primeiro lugar, devemos construir uma arquitetura do século XXI para fornecer os bens públicos mundiais

de que todos dependemos. Tal funcionaria como uma terceira via da cooperação internacional, complementando a ajuda ao desenvolvimento centrada nos países mais pobres e a ajuda humanitária centrada nas situações de emergência. Estas vias não são silos. Em particular, uma arquitetura de bens públicos mundiais visaria transferências dos países ricos para os países mais pobres que promovessem objetivos que beneficiassem todos os países. Todos os países têm a oportunidade de expressar a sua opinião, bem como a oportunidade de contribuir. Como tal, esta terceira via é intrinsecamente multilateral.

Os bens públicos mundiais exigirão um financiamento adicional como um complemento, e não um substituto ou concorrente, da assistência ao desenvolvimento nos moldes tradicionais. O financiamento pode assumir várias formas. Por exemplo, quando uma parte de um investimento num país mais pobre gera benefícios globais, o financiamento correspondente (ou a transferência de tecnologia) deve ser tendencialmente preferencial, de modo que exista um alinhamento entre quem beneficia

Figura S.5 O paradoxo da democracia? Apoio inabalável à democracia, a par de um apoio crescente aos líderes que a podem comprometer



Nota: Os dados são médias ponderadas em função da população de um painel de países que representam 76% da população mundial. A percentagem da população no eixo vertical refere-se às pessoas que responderam que ter um líder forte que não tem de se preocupar com o parlamento e as eleições é “muito bom” ou “bastante bom”. A percentagem da população no eixo horizontal refere-se às pessoas que responderam que ter um sistema político democrático é “muito bom” ou “bastante bom”.

Fonte: Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano com base em dados de várias ondas de pesquisa do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

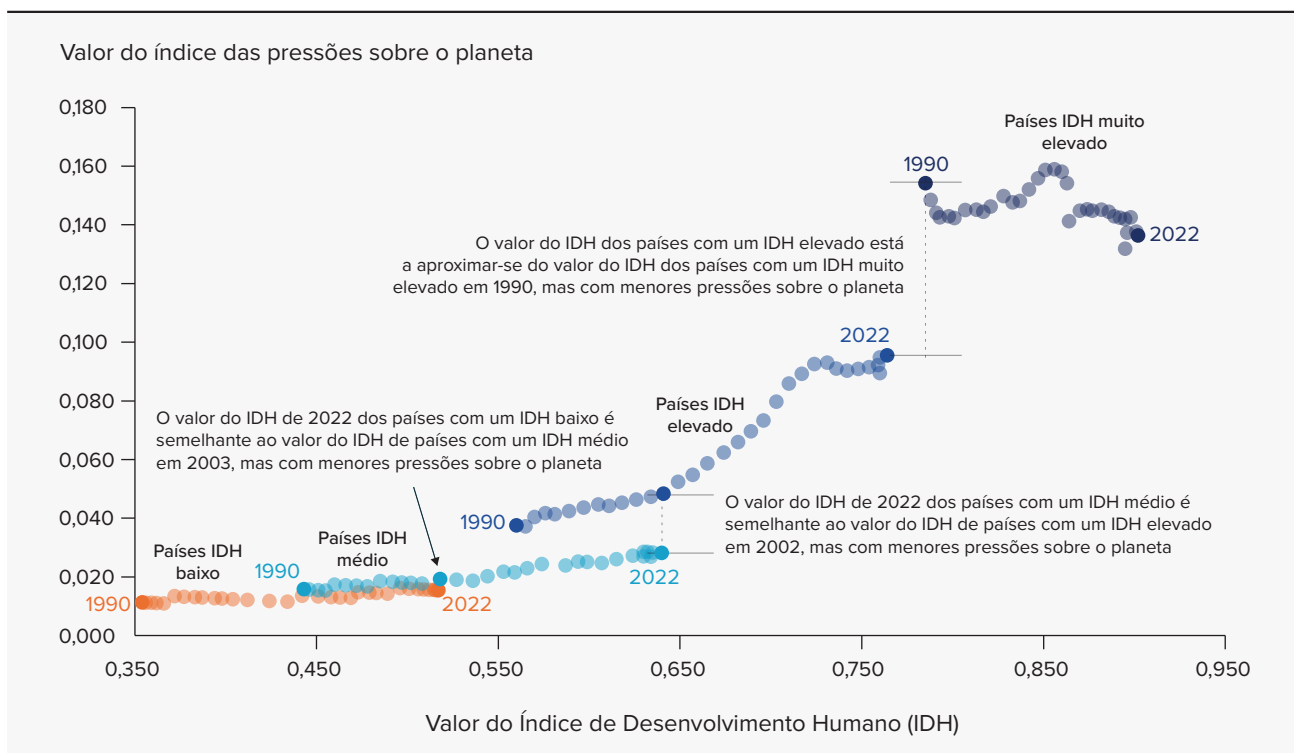
(o resto do mundo) e quem paga (o resto do mundo). Em contrapartida, existem riscos ou choques que não são da responsabilidade de um único país. Nestas situações, o acionamento automático de apoio pode consistir em obrigações financeiras ou em acordos de empréstimo, em especial instrumentos de dívida condicionados pelo Estado, que permitam ajudar os países mais pobres a enfrentarem crises nas quais não tiveram, praticamente, qualquer responsabilidade, como no caso das alterações climáticas. Isto criaria condições mais previsíveis para navegar num mundo incerto, mobilizando e atraindo financiamento privado para esses países.

Baixar as temperaturas e fazer recuar a polarização

Em segundo lugar, precisamos de baixar as temperaturas e de fazer recuar a polarização, que envenena praticamente tudo em que toca e impede a cooperação

internacional. A disponibilização de bens públicos mundiais ajudará. O mesmo acontece com a correção de perceções erradas sobre as preferências e as motivações das outras pessoas. Com muita frequência, as pessoas fazem suposições tendenciosas sobre os outros, incluindo aqueles com visões políticas diferentes. Muitas vezes, as pessoas concordam umas com as outras mais do que aquilo que pensam. Por exemplo, enquanto 69% das pessoas em todo o mundo afirmam estar dispostas a sacrificar uma parte do seu rendimento para contribuir para a atenuação das alterações climáticas, apenas 43% consideram que os outros acreditam no mesmo (uma diferença de perceção errada de 26 pontos percentuais).¹² O resultado é uma falsa realidade social de ignorância pluralista – em que crenças incorretas sobre os outros dificultam a cooperação – que, se fosse reconhecida e corrigida, poderia ajudar a construir uma ação coletiva em matéria de clima.

Figura S.6 Motivos para ter esperança: melhorias no Índice de Desenvolvimento Humano sem aumentar as pressões sobre o planeta



Nota: o índice das pressões sobre o planeta é construído utilizando os níveis *per capita* das emissões de dióxido de carbono (produção) e a pegada material em cada país (1 deduzido o fator de correção relativo às pressões sobre o planeta apresentado na tabela 7 do Anexo estatístico do relatório completo).

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano. Ver fontes específicas nas tabelas 2 e 7 do Anexo estatístico do relatório completo.

Por muito relevantes que sejam, nem toda a polarização pode ser reconduzida a erros de percepção. Torna-se, assim, importante criar espaços de deliberação para atenuar as clivagens. As assembleias de cidadãos podem funcionar desta forma, mas não são o único meio. Um conjunto de esquemas práticos que permitam facilitar um processamento mais deliberativo da informação pode ajudar a contrariar o perigo crescente de as pessoas ficarem presas a crenças que não têm por base factos.¹³ Em contextos de conflito intergrupal, a apresentação de informação num enquadramento que não despolette indignação pode ser despolarizante.¹⁴ As intervenções assentes em abordagens qualitativas e baseadas em narrativas, como a narração de histórias e vinhetas, são particularmente eficazes.¹⁵

As palavras-chave são: deliberado e deliberativo. A polarização tem mais probabilidades de se autodestruir de forma deficiente do que de se autocorrigir de forma útil. A pressão positiva constante que incentiva a empatia, constrói a confiança interpessoal e realça a sobreposição de identidades partilhadas é o caminho a seguir.

Reduzir a falta de agência

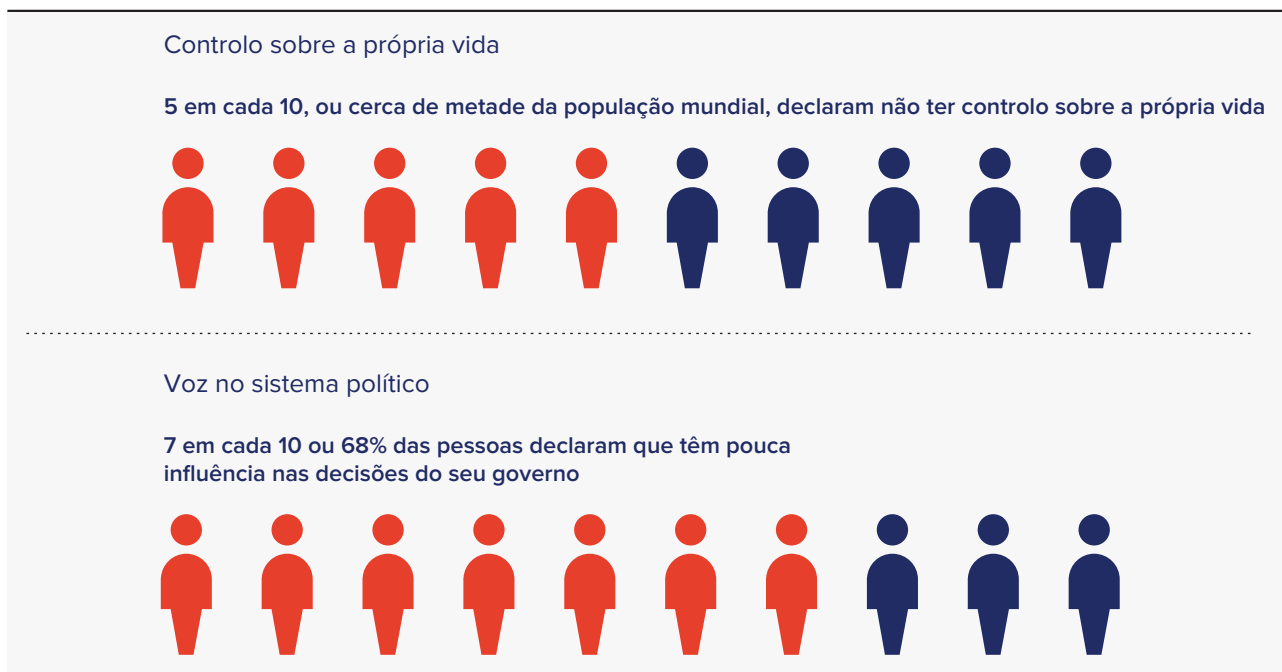
Em terceiro lugar, temos de reduzir a falta de agência – alimentada, em parte, pela divergência entre o que as pessoas acreditam ser possível ou provável e aquilo que é objetivamente possível.¹⁶ A falta de agência é também evidente no facto de metade das pessoas em todo o mundo afirmarem que não têm qualquer controlo ou têm um controlo limitado sobre as suas vidas e mais de dois terços considerarem que têm pouca influência nas decisões do seu governo (figura S.7).

Para ajudar a reduzir a falta de agência, as instituições têm de ser mais centradas nas pessoas, tornar-se copropriedade e orientadas para o futuro.

Centradas nas pessoas significa estabelecer objetivos últimos, no que respeita ao desenvolvimento humano e à segurança humana, reconhecendo a interdependência entre pessoas e planeta.

Copropriedade diz respeito à distribuição equitativa do poder de definir objetivos coletivos, das responsabilidades pela sua prossecução e dos resultados daí resultantes. Realça, ainda, a formação de normas sociais que

Figura S.7 A falta de agência na ação coletiva é superior à do controle sobre a própria vida



Nota: agência é a capacidade de as pessoas agirem como sujeitos capazes de empreender ações eficazes com base nos seus compromissos (Sen 2013). É representada por dois indicadores: a percentagem da população que afirma sentir que tem controlo sobre a sua vida (medida numa escala de 1 a 10, em que 1-3 indica uma falta de agência acentuada, 4-7 indica uma falta de agência moderada e 8-10 indica que não há falta de agência) e a percentagem da população que afirma sentir que a sua voz é ouvida no sistema político (os que responderam “Muito” ou “Bastante”). Os dados são calculados utilizando microdados e uma ponderação igual entre os países.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 (2017-2022) do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

cultivam o valor dos feitos coletivos e do comportamento cooperativo.¹⁷

Orientadas para o futuro consiste em estabelecer o foco naquilo que podemos moldar e criar se trabalharmos em conjunto, enriquecendo o espaço de deliberação e de entendimento.¹⁸ Perante os desafios, uma perspetiva orientada para o futuro abre possibilidades de esperança e de resolução criativa.

A adaptação destes princípios a diferentes contextos irá colocar-nos na via do diálogo e da ação produtivos,

que devem ser flexíveis e iterativos num contexto de elevada incerteza, para que os ensinamentos sirvam de base às correções de rumo.

Ajudar-nos-ão a pôr termo à tirania das narrativas contraditórias das singularidades e das identidades restritivas e únicas.

Ajudar-nos-ão a gerir melhor a interdependência global em evolução.

Ajudar-nos-ão a ultrapassar, em cooperação e de forma pacífica, o impasse global.

SÍNTESE

**Gerir a
interdependência
num mundo
polarizado**

Gerir a interdependência num mundo polarizado

A interdependência global mal gerida prejudica as pessoas

O custo humano da interdependência mal gerida é enorme, seja em vidas perdidas ou pessoas desalojadas, em oportunidades perdidas ou em sentimentos de desespero. A agressão, o conflito e a violência são realidades extremas quando as complexas teias de interdependência se instalam, especialmente num cenário de desequilíbrios de poder prolongados.

Desde as guerras em Gaza e na Ucrânia até ao Sudão, Iémen e outros locais, passando pela violência de bandos e pela insegurança civil, a paz e a estabilidade estão sob tensão ou em rutura a um ritmo alarmante. Os conflitos de larga escala envolvendo grandes potências estão a aumentar vertiginosamente. As mortes em guerra aumentaram (figura O.1). Infelizmente, vivemos numa nova era marcada pela violência, com o maior número de conflitos armados entre Estados desde 1945 e um número crescente de conflitos unilaterais nos quais se atacam populações civis desarmadas.¹

Tanto a violência como a paz podem ser contagiosas. Importantes acontecimentos políticos, como os golpes de Estado, as revoluções e as transições democráticas, tendem a ultrapassar as fronteiras. Os conflitos alteram frequentemente a perceção da guerra, tornando-a mais aceitável e aumentando a probabilidade de surtos de violência noutros locais.

Em 2022, o número de pessoas que foram obrigadas a deslocar-se em todo o mundo atingiu 108 milhões, o nível mais elevado desde a Segunda Guerra Mundial (figura O.1) e mais de duas vezes e meia o nível registado em 2010.²

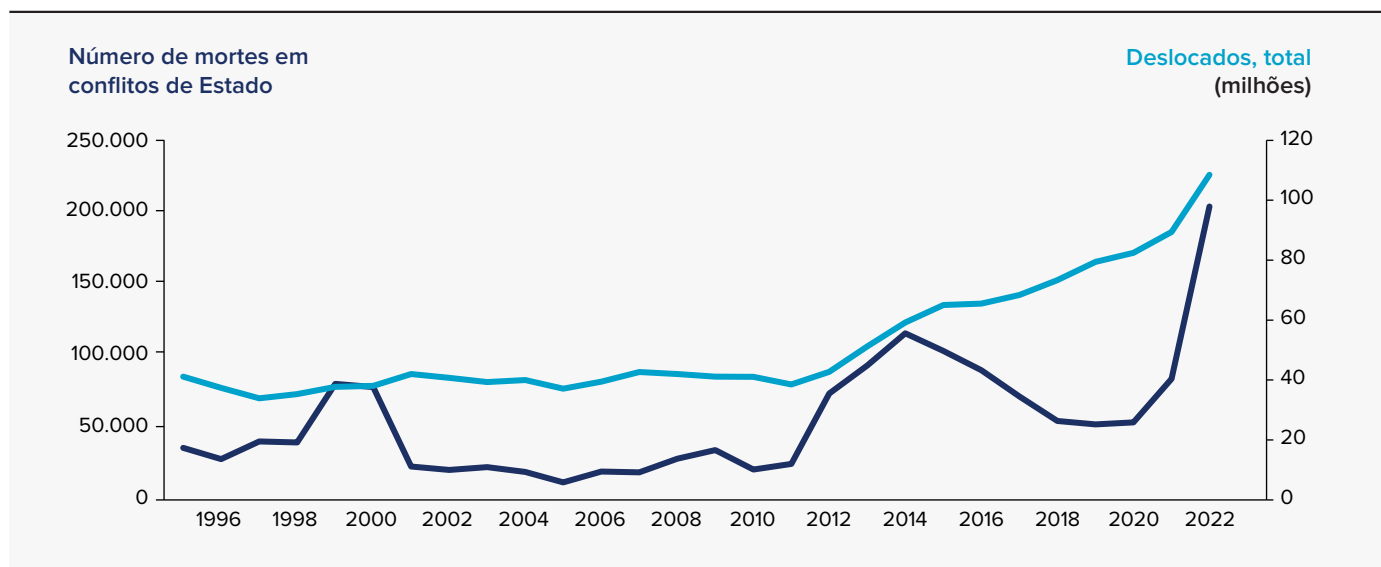
Os conflitos violentos e as suas consequências para as pessoas são a ponta do icebergue. O impasse significa que os riscos sistémicos decorrentes da interdependência global são mal geridos ou simplesmente nem são abordados e que as pessoas são apanhadas por surpresas que não capitalizam. Em casos extremos, tais surpresas transformam-se em verdadeiras crises, que ricocheteiam e amplificam de formas inesperadas num mundo desigual e extremamente interligado. Os extremos estão a tornar-se a norma.

Uma longa série de surtos de doenças precedeu a pandemia de Covid-19, que apanhou o mundo desprevenido e a lutar por um mínimo de coerência global durante o período de emergência. Cerca de 15 milhões de pessoas (talvez mais) morreram em todo o mundo,³ e o valor do Índice de Desenvolvimento Humano a nível mundial entrou em declínio.

Além das enormes e injustas discrepâncias no acesso a vacinas eficazes, um ingrediente que faltou foi a confiança nos nossos governos e uns nos outros.⁴ De acordo com uma estimativa, se todos os países tivessem atingido os níveis de confiança interpessoal observados no quartil superior dos países, as infeções globais poderiam ter sido reduzidas em 40%, salvando milhões de vidas.⁵ Nas sociedades polarizadas de todo o mundo, a identificação do estatuto de vacinado tornou-se noutro indicador faccionário que separa as pessoas umas das outras.⁶

A história da vacina contra a Covid-19 exemplifica as possibilidades da cooperação global, bem como as graves injustiças que podem resultar quando esta falha. O desenvolvimento de vacinas de mRNA dependia fortemente de parcerias transfronteiriças e transregionais para o aprovisionamento de componentes,⁷ para o desenvolvimento e ensaios clínicos⁸ e para o fabrico.

Figura O.1 As mortes em guerra e as deslocações forçadas estão a agravar-se



Fonte: Programa de Dados sobre Conflitos de Uppsala 2023; ACNUR 2023.

Contudo, a história da vacina contra a Covid-19 segue padrões perniciosos de desigualdade no acesso às tecnologias em geral, incluindo as que salvam vidas.⁹ O padrão é demasiado familiar e deve ser quebrado em benefício próprio. Além disso, como as trajetórias tecnológicas, da inteligência artificial à biologia sintética, são tão íngremes, tão rápidas e tão poderosas, as profundas clivagens entre os ricos e os pobres podem agravar-se.

Talvez a maior vítima do impasse global, as alterações climáticas, já esteja a exacerbar essas clivagens.

O ano passado foi o ano mais quente em mais de 140 anos.¹⁰ A média desmente diferenças regionais consideráveis que, segundo a plataforma Human Climate Horizons do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD),¹¹ se agravarão em cenários climáticos inalterados (figura O.2), com as alterações climáticas a provocarem uma explosão de desigualdades.

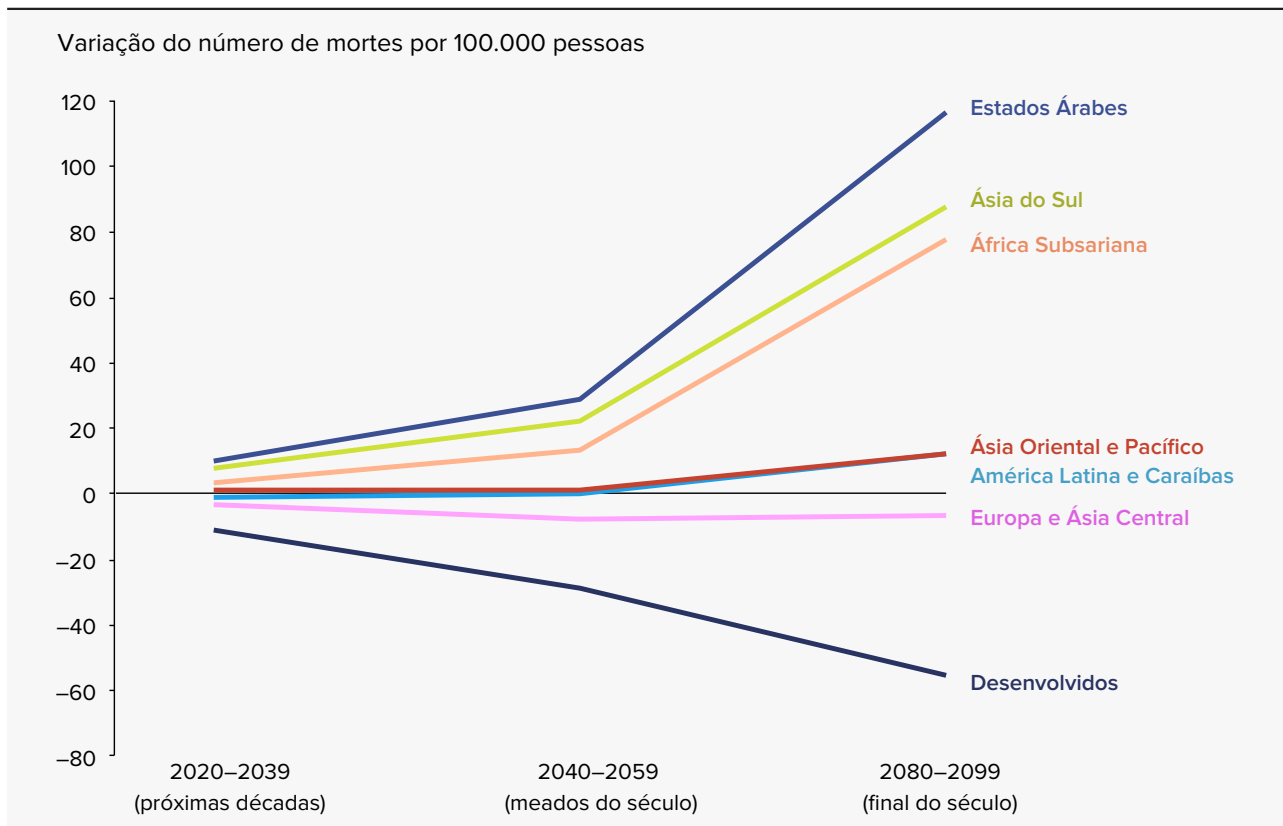
As consequências das alterações climáticas já estão a abalar as comunidades e as sociedades, cobrando um preço social, emocional e mental. Entre os vários fatores de *stress* das alterações climáticas encontra-se uma eco-ansiedade debilitante, uma “sensação generalizada de que as fundações ecológicas da existência estão em vias de colapsar”.¹² O desaparecimento da biodiversidade, das paisagens e dos modos de vida pode ser paralisante, afetando decisões importantes na vida, como

o investimento em educação ou ter um filho.¹³ Efetivamente, trata-se de uma restrição ao desenvolvimento humano — em termos de liberdades e possibilidades na vida — devido tanto à realidade das pressões sobre o planeta induzidas pelo homem como à forma como essa realidade é mediada por relatórios técnicos, pela imprensa popular e pelos líderes políticos. As narrativas de futuros comuns enraizadas no negacionismo, no fatalismo ou na cultura de medo deixam pouco espaço para a agência e para a imaginação.

Os sistemas políticos medeiam, para o bem ou para o mal (ou ambos), os impactos das crises sobre as pessoas, e os próprios sistemas são frequentemente abalados por crises, incluindo as decorrentes de uma interdependência global mal gerida. Os efeitos desestabilizadores dos choques, juntamente com a incapacidade notória das instituições para proteger as pessoas contra os mesmos, podem fomentar o populismo.¹⁴

Devido a um choque ou a outra causa, as viragens populistas perturbam frequentemente as normas e as práticas democráticas e tendem a ser muito dispendiosas do ponto de vista económico.¹⁵ Paralelamente, a literatura recente sugere que as perdas económicas de certos tipos de choques nunca são totalmente recuperadas e que as trajetórias de crescimento ou de redução da pobreza sofrem uma redução permanente após as crises.¹⁶ Quando

Figura O.2 As alterações climáticas podem provocar uma explosão de desigualdades



Nota: cenário de emissões muito elevadas.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em Carleton e outros (2022) e na plataforma Human Climate Horizons (<https://horizons.hdr.undp.org/>).

as crises e outros choques precedem viragens populistas e, nalguns casos, as precipitam, estas viragens populistas podem funcionar como refratores e agravadores de crises, em vez de amortecedores e atenuadores, distorcendo e propagando ondas de choque num mundo interdependente.

A interdependência global está a evoluir

A pandemia de Covid-19, as alterações climáticas, o aumento global do populismo e dos conflitos apontam para uma dura realidade: ignorar ou gerir mal a interdependência global prejudica as pessoas. Revertê-la em qualquer horizonte temporal relevante, seja pelo clima, pela segurança nacional ou por qualquer outro motivo, é igualmente imprudente.

Nem o figurino habitual nem as fantasias de desglobalização servirão. Em vez disso, devemos aceitar a complexidade da interdependência global e gerir melhor as suas formas, antigas e novas, de modo a proteger e expandir as possibilidades das pessoas, ainda que o nevoeiro geopolítico — aliado à incerteza, à insegurança, às desigualdades e à polarização — complique os caminhos de esperança rumo ao futuro.

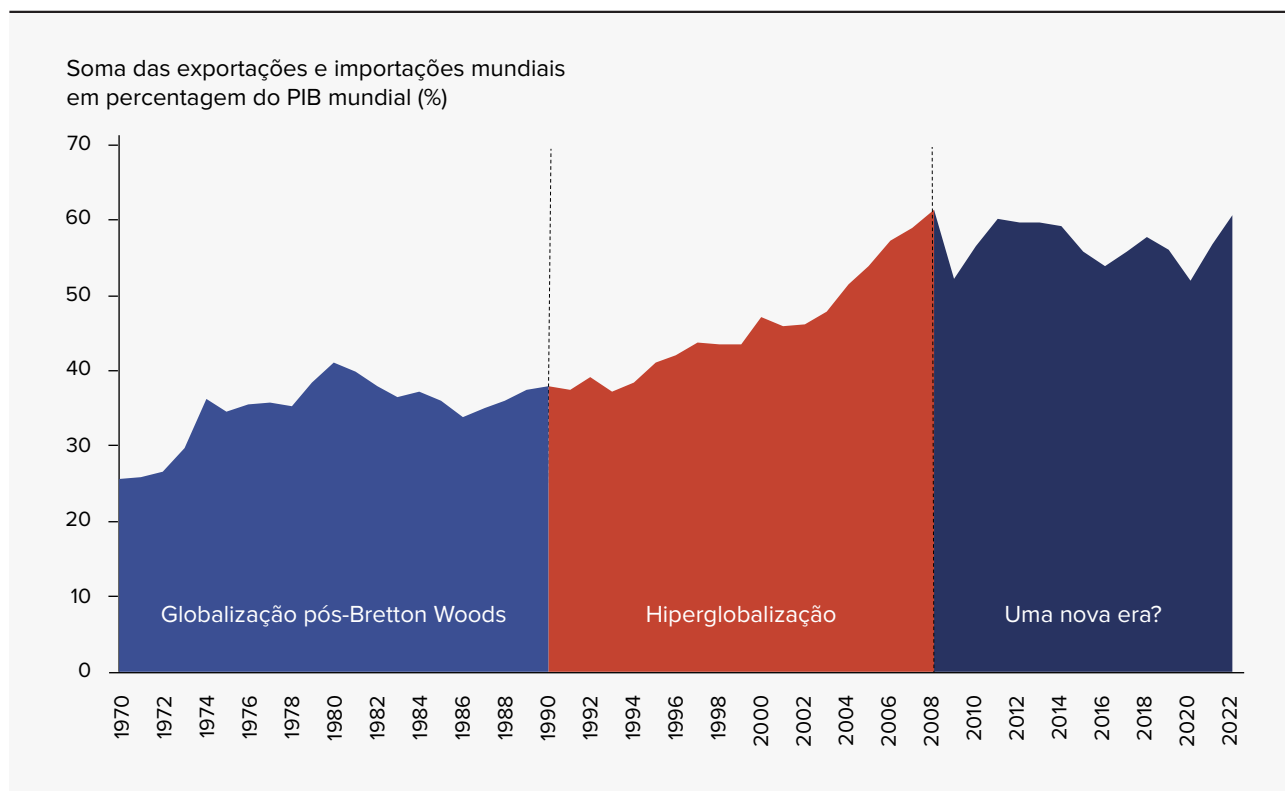
Segundo alguns indicadores, a interconectividade global atingiu níveis máximos, com a estabilização do ritmo da integração económica (figura 0.3).¹⁷ O comércio de

bens intermédios é agora ligeiramente superior ao comércio de bens finais.¹⁸ No total, os bens percorrem atualmente o dobro da distância que percorriam há 60 anos e atravessam mais fronteiras antes do consumo final.¹⁹ A produção de *smartphones*, por exemplo, não se assemelha em nada com a linha de montagem do século passado. Vários fatores de produção, desde o cobalto extraído até às baterias e módulos de câmaras, atravessam o globo, por vezes repetindo o mesmo percurso e, com demasiada frequência, deixando pelo caminho cicatrizes sociais e ambientais evitáveis.

A interdependência financeira global permanece elevada, ainda que o ritmo de integração tenha estagnado um pouco após a crise financeira de 2007/2008.²⁰ O custo do serviço da dívida dos países com um nível baixo ou médio de rendimento disparou nos últimos dois anos, na sequência de uma torrente de subida nas taxas de juro desencadeada pelos bancos centrais para combater a inflação.²¹

Os fluxos transfronteiriços de informação batem recordes todos os anos. As exportações de serviços digitais representam atualmente mais de metade do comércio mundial de serviços comerciais.²² Quase toda a população mundial tem atualmente acesso a uma rede de banda larga móvel e 5,4 mil milhões de pessoas eram utilizadores da Internet em 2023, embora as desigualdades continuem a ser gigantes.²³

Figura 0.3 A interdependência económica está a estabilizar em níveis muito elevados



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano, com base em dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial; recriado a partir de Aiyar e outros (2023).

O número de pessoas que vivem fora do país em que nasceram triplicou desde 1970, passando de 84 milhões para quase 280 milhões em 2020, ou seja, quase 3,6% da população mundial.²⁴ A migração internacional é um exercício da agência das pessoas, que alarga as suas escolhas e o seu potencial humano.²⁵ Cria laços sociais, culturais e económicos entre os países de acolhimento e de origem²⁶ e impulsiona os fluxos financeiros transfronteiriços.²⁷

É de esperar que as formas familiares de interdependência se mantenham no futuro. Uma regulamentação que otimize a sua gestão será crucial, a menos que o objetivo seja privatizar as recompensas e socializar os riscos.²⁸ Com efeito, por vezes construímos estradas com lombas. No entanto, a interdependência no século XXI é muito mais do que contar feijões com base, em larga medida, em métricas do século XX, ou seja, quantos bens, pessoas ou *bits* atravessam as fronteiras. As qualidades das interligações também são importantes. A nossa interdependência é cada vez mais planetária e instantânea.

Estão a surgir e a aprofundar-se muitas interdependências entre as economias, as pessoas e o planeta, à medida que a revolução digital avança e adentramos no Antropoceno: a era dos humanos. A expansão do comércio mundial ajudou a gerar uma enorme riqueza, especialmente para alguns, e a libertar milhões de pessoas da pobreza.²⁹ Lamentavelmente, foi também acompanhada pelo dismantelamento de barreiras de segurança sociais, económicas e ecológicas que, de outro modo, protegeriam e promoveriam o desenvolvimento humano. Os mercados tornaram-se mais concentrados, incentivando a procura de uma renda monopolista (*rent seeking*). Quase 40% do comércio mundial de bens está concentrado em três ou menos países, incluindo no caso de bens em que existem mais fornecedores.³⁰

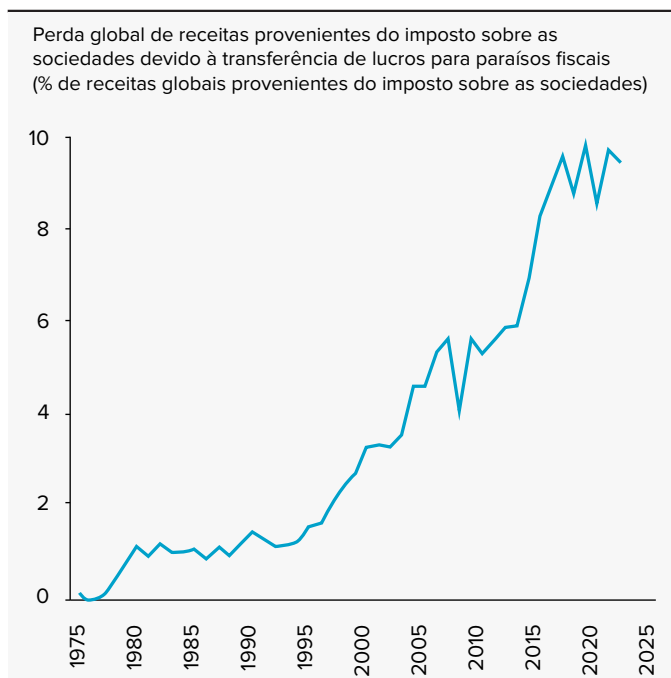
O sentimento antiglobalização tornou-se mais audível no discurso partidário global.³¹ A ira antielitista dos populistas tem dimensões globais e é alimentada por um sentimento de que as forças da globalização beneficiaram aqueles que estão no topo e deixaram os demais para trás. As empresas multinacionais podem ter transferido até 1 bilião de dólares de lucros para paraísos fiscais em 2022.³² As perdas globais de receitas provenientes do imposto sobre as sociedades dispararam desde meados da década de 1990, em decorrência da transferência de lucros (figura O.4). Apanhada no turbilhão antiglobalização, a cooperação internacional está a ser politizada.

Os defensores da desglobalização ou de qualquer um dos seus parentes lexicais — o “shoring” (transferência de atividades produtivas ou comerciais para o país de origem), o “nearshoring” (transferência de atividades produtivas ou comerciais para países próximos geograficamente) e o “friendshoring” (transferência de atividades produtivas ou comerciais para países amigos e vizinhos) — podem ter as suas razões, mas estas têm

pouco que ver com a abordagem prática das novas formas de interdependência global e planetária, que estão a evoluir e que, em alguns casos, são inevitáveis. Qualquer redução do comércio internacional e dos fluxos de capitais não seria suficiente para compensar as viagens de avião, os *smartphones*, o dióxido de carbono e outros meios da hiperligação transfronteiriça. Por motivos de segurança alimentar e do abastecimento de água, entre outros, alguns países enfrentam grandes restrições à sua capacidade de restringir o comércio e seriam prejudicados se outros optassem por o fazer. Nenhum país ou região está próximo da autossuficiência, uma vez que todos dependem de importações de outras regiões para 25% ou mais dos bens e serviços essenciais.³³ O clima mantém-se largamente indiferente às fronteiras nacionais e os seus impactos cada vez mais graves continuarão a ignorá-las. O mesmo se aplica às pandemias, atuais e futuras.

Por outras palavras, se enveredarmos pela desglobalização — ainda que parcialmente — não podemos desplanetizar, não no Antropoceno. Temos de encarar os bens públicos mundiais do século XXI, desde a preparação para pandemias e a paz à governação climática e digital, como oportunidades a aproveitar em vez de desafios a evitar. A resposta a uma interdependência mal gerida não passa por fugir dela, retirando-se para dentro de fronteiras permeáveis, mas antes por abraçá-la e geri-la melhor, aprendendo e melhorando ao longo do caminho empreendido. Em vez de ser suprimida ou invertida, a globalização pode e deve ser feita de forma

Figura O.4 A transferência de lucros para paraísos fiscais disparou



Fonte: Alstadsæter e outros 2023.

diferente, não destruindo o planeta, não concentrando excessivamente as cadeias de abastecimento e não gerando crises do custo de vida que alimentam crises de dívida nos países de rendimento baixo e médio. A interdependência global é tenaz, profunda e está em constante evolução. É essencial que as mentalidades, as políticas e as instituições sofram uma alteração, para que a sua gestão seja mais eficaz e para nos libertarmos da estagnação.

A disponibilização de bens públicos mundiais ajudará

A aplicação de uma perspectiva assente nos bens públicos mundiais pode trazer muitos benefícios. Quando totalmente disponibilizados, os bens públicos mundiais contribuem de forma significativa para uma melhor gestão da interdependência global, profundamente enraizada e em evolução, para salvaguardar e promover o desenvolvimento humano, incentivando, assim, ciclos virtuosos de cooperação e de criação de confiança. Tais bens ajudam-nos a trabalhar com a complexidade em vez de a ignorar. Desafiam o pensamento corrosivo de soma nula que coloca os grupos uns contra os outros. Despertam a nossa imaginação para enquadrar e reenquadrar problemas comuns em oportunidades mutuamente vantajosas. E revigoram o nosso sentido de dever uns para com os outros e para com o nosso planeta, único e comum. Tudo sem afastar os interesses divergentes ou mesmo as divergências.

O que é um bem público mundial?³⁴ Em poucas palavras, um bem público mundial é qualquer coisa — um objeto, uma ação ou inação, uma ideia — que, quando fornecida, pode ser usufruída por todos em todo o mundo. A atenuação das alterações climáticas é um bem público mundial. Assim como também o é a obra do poeta do século XIII, Rumi. E como também o é a liberdade dos mares. Uma subcategoria especial de bens públicos mundiais é a dos bens públicos a nível planetário, que correspondem à interdependência planetária e dão resposta a impactos colaterais entre países que não podem ser geridos ou atenuados nas suas fronteiras. Outra dessas subcategorias pode ser a das infraestruturas públicas digitais e dos designados bens públicos digitais, associados à revolução digital.

Embora os bens públicos mundiais possam servir como um apelo à reparação de injustiças ou ineficiências, não são apenas algo desejável. De facto, os bens públicos mundiais são menos “bens” ou coisas concretas e mais uma escolha sobre a forma como nós, humanos, podemos usufruir deles em conjunto. Podem ser vistos também como uma mentalidade — uma aspiração — e podem mobilizar a cooperação de muitas formas. Como tal, são limitados, a partir da base, pela nossa imaginação e vontade coletiva e, a partir do topo, pela forma como o poder é estruturado e exercido. São,

portanto, escolhas sociais, não só pela forma como os imaginamos, mas também pelo simples facto de decidirmos imaginá-los.

Compreender que o desenvolvimento de vacinas e, por exemplo, a destruição de um asteroide que se aproxima da Terra podem ser considerados bens públicos mundiais — e, além disso, um tipo específico de bem público mundial conhecido como de melhor resultado (caixa O.1) — significa que não precisamos de começar do zero quando respondermos. Tempo significa vidas. Tal significa que podemos pensar em todos os setores e em todos os silos e estar mais bem preparados. Significa que podemos tirar partido da nossa experiência com a pandemia de Covid-19, por exemplo, quando surgir um asteroide, um novo agente patogénico mortal ou uma fase de instabilidade financeira global. É certo que acabarão por aparecer. Mas não temos de correr atrás da crise de ontem.

“Uma perspectiva assente nos bens públicos mundiais ajuda-nos a deslindar questões complexas, muitas das quais são complexas precisamente porque os seus diferentes aspetos exigem diferentes formas de nos organizarmos.

Uma perspectiva assente nos bens públicos mundiais ajuda-nos a deslindar questões complexas, muitas das quais são complexas precisamente porque os seus diferentes aspetos exigem diferentes formas de nos organizarmos. Grande parte da nossa resposta à pandemia de Covid-19, bem como às suas deficiências, pode ser compreendida através da aplicação dessa perspectiva assente nos bens públicos mundiais, com ideias sobre como estruturar incentivos para promover a cooperação e como conceber um financiamento de apoio.

Uma coisa é reconhecer que os bens públicos mundiais podem ser usufruídos por todos, outra é a distribuição dos seus benefícios. Considerando que os países têm interesses e recursos diferentes, o valor de cada bem público mundial para cada país será determinado por esses fatores. Alguns dos desafios que se colocam à disponibilização de bens públicos mundiais resultam desta assimetria em termos de benefícios.

Uma perspectiva assente nos bens públicos mundiais também pode oferecer ideias sobre a reformulação dos desafios. Por exemplo, a atenuação das alterações climáticas (um bem público mundial de soma) poderia ser promovida através de um aceleração das tecnologias e inovações para as fontes de energia renováveis e limpas (incluindo passos gigantescos, como a fusão nuclear), o que reformula o desafio por uma melhor disponibilização de bens públicos mundiais. Imaginemos centrais de retenção maciça de carbono, alimentadas por fusão nuclear, na tundra Ártica ou no Saara. Enquadrar as alterações climáticas como uma oportunidade tecnológica a ser resolvida poderia ter um efeito

Destacam-se três tipos de bens públicos mundiais: de soma, de melhor resultado e de elo mais fraco. A atenuação das alterações climáticas é um exemplo típico de um bem público mundial de soma, em que o nível global de atenuação depende da soma das contribuições de cada agente individual, ou país. As instituições devem agregar contribuições, grandes e pequenas, trabalhar na resolução do parasitismo e navegar nos problemas da teoria dos jogos, nomeadamente os que decorrem do clássico dilema do prisioneiro (onde se percebe que a cooperação produz um melhor resultado do que agir separadamente tendo em vista o interesse próprio).

Imaginemos agora um asteroide cataclísmico, mas destrutível, a aproximar-se da Terra. Qual seria a melhor forma de atuação? A probabilidade de destruir o asteroide depende de um qualquer país ou de outro agente desenvolver a tecnologia de destruição de asteroides mais precisa; por outras palavras, um bem público mundial de melhor resultado. O benefício para todas as pessoas no planeta é determinado pelo agente (neste exemplo, um país ou grupo de países) que investe mais recursos de forma eficaz. Grande parte da produção de tecnologia, como a corrida para sequenciar o genoma humano, bem como o conhecimento no domínio público, podem, de um modo geral, ser considerados bens públicos mundiais de melhor resultado.

As bolsas persistentes de poliomielite endémica ilustram o terceiro tipo de bem público mundial: de elo mais fraco. Embora tenham sido erradicados dois dos três vírus selvagens (naturais) que causam a poliomielite (o tipo 2 em 2015 e o tipo 3 em 2019),¹ os esforços para a erradicação da poliomielite não surtiram qualquer efeito até à data — e falharam várias datas-alvo — porque a terceira estirpe do vírus (o poliovírus selvagem (natural) tipo 1) persiste apenas em algumas pequenas áreas no Afeganistão e no Paquistão, e o poliovírus de tipo 2 derivado de vacina também continua a circular.²

A erradicação de doenças, como a varíola, é um bem público mundial. No entanto, tal como acontece com a poliomielite, enquanto o agente patogénico circular em qualquer lugar, o mundo inteiro continua em risco. O benefício global está então vinculado às circunstâncias do agente mais fraco. As implicações para a concentração de recursos comuns são claras. A vigilância das doenças é também, regra geral, considerada um bem público mundial de elo mais fraco.³

Notas

1. <https://www.who.int/news-room/feature-stories/detail/two-out-of-three-wild-poliovirus-strains-eradicated>. 2. Barrett 2011; Cohen 2023.
3. As avaliações pós-pandemia de Covid-19 concluíram que os países com capacidades de saúde pública mais genéricas conseguiram controlar melhor a doença, destacando a importância não só de uma resposta de emergência, mas também do fortalecimento das capacidades de vigilância e de saúde pública onde estas não existem (Neill e outros 2023).

“crowding-in” (atração), criando a sua própria dinâmica positiva, em vez da desaceleração das reduções voluntárias de emissões de carbono.

Por muito importante que a escolha humana seja para estabelecer, enquadrar e fornecer bens públicos mundiais, por si só não chega. A tecnologia também desempenha um papel importante. O aparecimento dos serviços de difusão de rádio e televisão abriu o acesso à informação transmitida através das ondas de rádio a qualquer pessoa com um dispositivo de receção. A televisão por cabo — e, mais tarde, os serviços de *streaming* — criou oportunidades para impedir o acesso livre à programação, excluindo os não pagadores e conduzindo à proliferação de serviços por assinatura, que podem ser classificados, económica e incomparavelmente, como excludentes. O desaparecimento dos telefones públicos após a entrada em cena dos telemóveis gera um fenómeno semelhante: a tecnologia criou oportunidades de exclusão que as opções políticas permitiram, se não mesmo encorajaram.

Tal como a tecnologia em si, os bens públicos mundiais muitas vezes não são dados, mas criados. Por nós!

Pela nossa imaginação e opções sociais. É aí que reside uma boa medida do seu poder. Exigem e, por conseguinte, ativam a nossa imaginação para um mundo diferente, uma forma diferente de fazer as coisas, exatamente o que é necessário para navegar em tempos de incerteza. A combinação dessa criatividade com os incentivos e as arquiteturas institucionais certas, cujas características gerais já podemos anteciper, contribuirá em muito para nos fazer avançar e para construir uma arquitetura global do século XXI capaz de disponibilizar bens públicos mundiais.

Formas perversas de polarização constituem um obstáculo

Claro que é mais fácil dizer do que fazer. O que nos está a impedir?

Para começar, nós.

A polarização de grupos está generalizada e a aumentar em todo o mundo.³⁵ Está a afetar as políticas nacionais e internacionais que moldarão a forma como os desafios globais comuns serão abordados nas próximas

décadas.³⁶ Uma vez que a polarização se traduz frequentemente em intolerância e aversão ao compromisso e à negociação, pode conduzir ao impasse político e a disfunções. Isto acontece, em parte, através do desgaste da confiança entre as comunidades, dificultando os esforços empreendidos para enfrentar desafios sociais importantes, como as crises sanitárias, os conflitos violentos e as alterações climáticas. Na medida em que muitas destas questões geram crenças opostas e uma intensa competição política, a polarização coloca um grande obstáculo societal à resolução de problemas comuns.³⁷

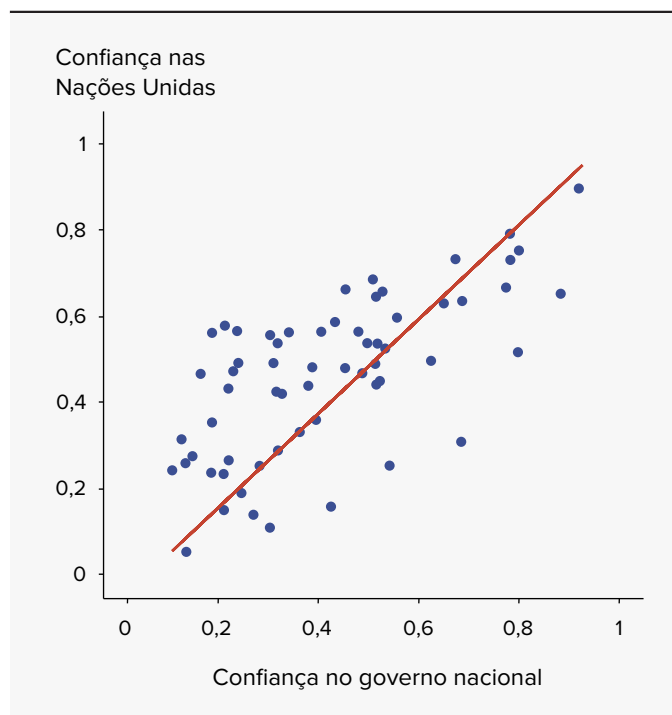
Polarização não é sinónimo de diferença ou de divergência, mesmo que forte e acentuada. A diversidade de preferências e perspetivas enriquece a tomada de decisões e as ações coletivas.³⁸ De facto, as instituições políticas foram concebidas para aproveitar a rivalidade para servir o interesse público. Por exemplo, os argumentos invocados por James Madison para elaborar a Constituição dos EUA não pressupunham a ausência de interesses concorrentes, mas antes a criação de instituições que tirassem partido dessas diferenças para serem adaptáveis e para servirem o interesse público.³⁹

Porém, a polarização apresenta novos desafios que estão a desgastar essas instituições.⁴⁰ Todas as divergências de opinião são reduzidas a questões de uma identidade estreita ou única. O referendo do Brexit deu origem a novas identidades sociais — o lado “Leaver” (sair) e o lado “Remainer” (ficar) — que estiveram na base de uma polarização de grupo acrescida.⁴¹ Nos Estados Unidos e noutros países, a identificação do estatuto de vacinado contra a Covid-19 tornou-se um indicador faccionário que separa as pessoas umas das outras.⁴²

A polarização a nível nacional tem consequências a nível mundial; é um entrave à cooperação internacional, nomeadamente à disponibilização de bens públicos mundiais. Entre 1970 e 2019, foram realizados 84 referendos tendo como objeto a cooperação internacional (como a adesão a organizações internacionais), com um aumento nas décadas mais recentes.⁴³ Houve campanhas para a saída de instituições internacionais.⁴⁴ A União Europeia, a Organização Mundial do Comércio e as instituições de justiça internacional foram descritas como sujeitas a desafios de legitimidade.⁴⁵

Por um lado, as sociedades altamente polarizadas que oscilam entre extremos políticos tornam os parceiros internacionais menos fiáveis. Existe também um problema de confiança. A polarização implica um desgaste e um menor grau de confiança — ou falta dela, em termos mais gerais: nas instituições nacionais tende a estar associado a uma menor confiança nas organizações internacionais, como as Nações Unidas (figura O.5). Além disso, a polarização tende a alimentar o pensamento de soma nula e a gerar cinismo em relação ao compromisso e à tolerância, o que é a verdadeira antítese dos bens públicos mundiais.

Figura O.5 Baixa confiança no governo nacional tende a correlacionar-se com baixa confiança nas Nações Unidas



Nota: a confiança nas instituições (o governo nacional e as Nações Unidas) implica a declaração de “muita” ou “bastante” confiança (outras opções possíveis são: “não muita” ou “nenhuma”).

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 (2017-2022) do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

A disponibilização de bens públicos mundiais não exige um momento de “kumbaya” entre as nações (intervenção divina para a harmonia). Mas também não vive no outro extremo do espectro, onde os pressupostos predominantes sobre o comportamento humano (e o dos países) se limitam ao interesse próprio e onde a cooperação é relegada para a reciprocidade, ou seja, para a repetição de jogos do dilema do prisioneiro. A disponibilização de bens públicos mundiais definhará em ambos os extremos. As pessoas e os seus países têm outras motivações, frequentemente mais dominantes, que são moldadas por preferências e normas sociais, muitas das quais são culturalmente contingentes. Para a cooperação, o “crowding-in” (efeito atração), é tão possível quanto o “crowding-out” (efeito evicção) — se não mais mesmo — não em tudo, mas em desafios que não são de soma nula.

Para o efeito, será necessário um financiamento adicional para os bens públicos mundiais como um complemento, e não como um substituto ou concorrente, da ajuda ao desenvolvimento tradicional. Os custos da inação na não disponibilização de bens públicos mundiais em nada se comparam aos benefícios.⁴⁶ As mentalidades e as narrativas também são importantes neste

domínio. Muitos motivos para apoiar a cooperação global, incluindo a redistribuição global, ultrapassam o interesse próprio. Prendem-se com as opiniões das pessoas em matéria de justiça e equidade e com o facto de o seu sentido de dever estar circunscrito à fronteira do seu país ou se estender a todo o mundo. Quando disponibilizados, os bens públicos mundiais são vantajosos para todos, o oposto de uma soma nula. Se os quisermos disponibilizar, será crucial dar mais relevo à natureza desses desafios e criar instituições que facilitem a sua disponibilização.

Uma interdependência global mal gerida, sobretudo quando culmina em choques e crises, alimenta a polarização de muitas formas. Em primeiro lugar, ao fazer com que as pessoas se sintam inseguras e, em segundo lugar, quando o discurso propagandístico transforma a insegurança em medo e é explorado para proveito político e pessoal. É por isso que é tão importante disponibilizar bens públicos mundiais. Contribuindo para a gestão da interdependência global, atenuarão um dos principais fatores de polarização em todo o mundo.

“Contribuindo para a gestão da interdependência global, os bens públicos mundiais atenuarão um dos principais fatores de polarização em todo o mundo.

A polarização também pode ser atenuada de forma direta. Uma das formas de o fazer é corrigindo as percepções erradas sobre as crenças dos outros, percepções essas que são generalizadas. Por exemplo, a prevalência de crenças a favor do clima nos Estados Unidos é o dobro do que as pessoas acreditam.⁴⁷ O resultado é uma realidade social falsa que dificulta a ação coletiva em matéria de alterações climáticas.

Outra forma de atenuar essa polarização é a criação de espaços de deliberação para ultrapassar as divisões. As assembleias de cidadãos são uma possibilidade. Espaços de interação pessoal estruturada e repetida são muito importantes. É muito mais fácil objetivar, rejeitar e caluniar atrás da segurança impessoal de uma publicação nas redes sociais ou insultar através de uma câmara de televisão do que quando se partilha uma refeição com alguém, mesmo com inimigos políticos. Talvez seja por isso que a narração de histórias e as vinhetas tenham sido consideradas formas eficazes de atenuar a polarização.⁴⁸ Tornam a “alterização” mais difícil.

Precisamos de reduzir a falta de agência

As nossas instituições estão a lutar para acompanhar a evolução e o aprofundamento das formas de interdependência global e para disponibilizarem bens públicos mundiais. A polarização é uma grande parte do problema. O mesmo acontece com os pressupostos redutores e autorrealizáveis sobre o comportamento humano

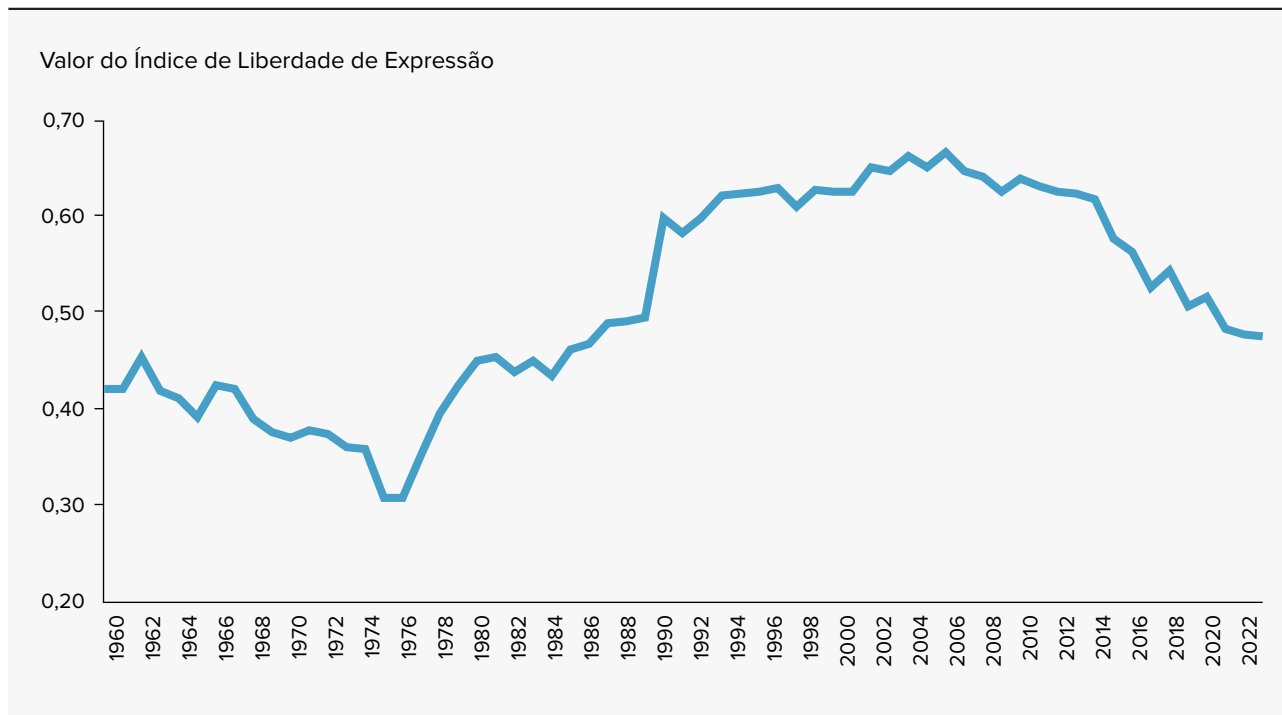
que o limitam ao interesse próprio, pressupostos que há muito dominam as instituições a todos os níveis. O espaço para as preferências sociais, as normas, os deveres e a cultura foi subtraído. O populismo tornou-se uma válvula de pressão inútil. Como resultado, as instituições não estão a cumprir as suas obrigações. Não é de admirar que, embora a grande maioria das pessoas apoie a democracia como um ideal, mais de metade apoie atualmente líderes que, na prática, podem comprometê-la.

A agência é uma pedra angular do desenvolvimento humano. Embora seja difícil de medir diretamente, a agência na prossecução da ação coletiva⁴⁹ pode estar a degradar-se (figura O.6), pelo menos para uma parte considerável da humanidade.⁵⁰ Para muitas pessoas, há um sentimento — evidente no aumento generalizado das medidas de *stress*, preocupação e desespero comunicadas pelos próprios — de que as opções para exercerem escolhas nas suas vidas, com base naquilo que têm razões para valorizar, estão a diminuir. Com um conjunto cada vez menor de opções, têm menos certezas — mais insegurança — na possibilidade de concretização da escolha desejada.

Estas são ameaças à psique humana: ao nosso sentido de identidade e autonomia (ao nosso sentido de pertença segura e ao nosso compromisso com a intencionalidade comum,⁵¹ à nossa capacidade de decidir o que valorizamos e como podemos e agimos de acordo com esses valores) não menos importante do que as ameaças colocadas por um super tufão, um surto de doença ou um ato de violência. As métricas convencionais, como o PIB ou mesmo o Índice de Desenvolvimento Humano, estão a ignorar algo importante que está a ser verbalizado em voz alta nas ruas, nas urnas e no aumento do apoio a líderes que podem comprometer a democracia. A agência pode ser uma forma de compreender as lacunas e, juntamente com conceitos de insegurança, é um domínio propício a medidas inovadoras. De facto, em todas as regiões, a segurança humana e a falta de agência são temas que caminham a par (figura O.7).

Acrescentemos agora a desigualdade. Verifica-se um declínio acentuado na percentagem de pessoas que declaram ter muito pouco controlo sobre as suas vidas ao longo da distribuição do rendimento para os 50 por cento da base da distribuição do rendimento (figura O.8). Ou seja, a agência aumenta à medida que o rendimento aumenta para os 50 por cento da base da distribuição. Mesma na base, a falta de agência é particularmente acentuada (a falta de agência é três vezes maior entre as pessoas no decil de rendimento mais baixo do que no decil 6 e acima). Além disso, a percentagem de pessoas que declaram ter um controlo muito elevado sobre as suas vidas é baixa e relativamente igual para os 50 por cento da base da população, mas aumenta com o rendimento para os decis 6 e acima. Por conseguinte, as desigualdades de rendimento, que muitas

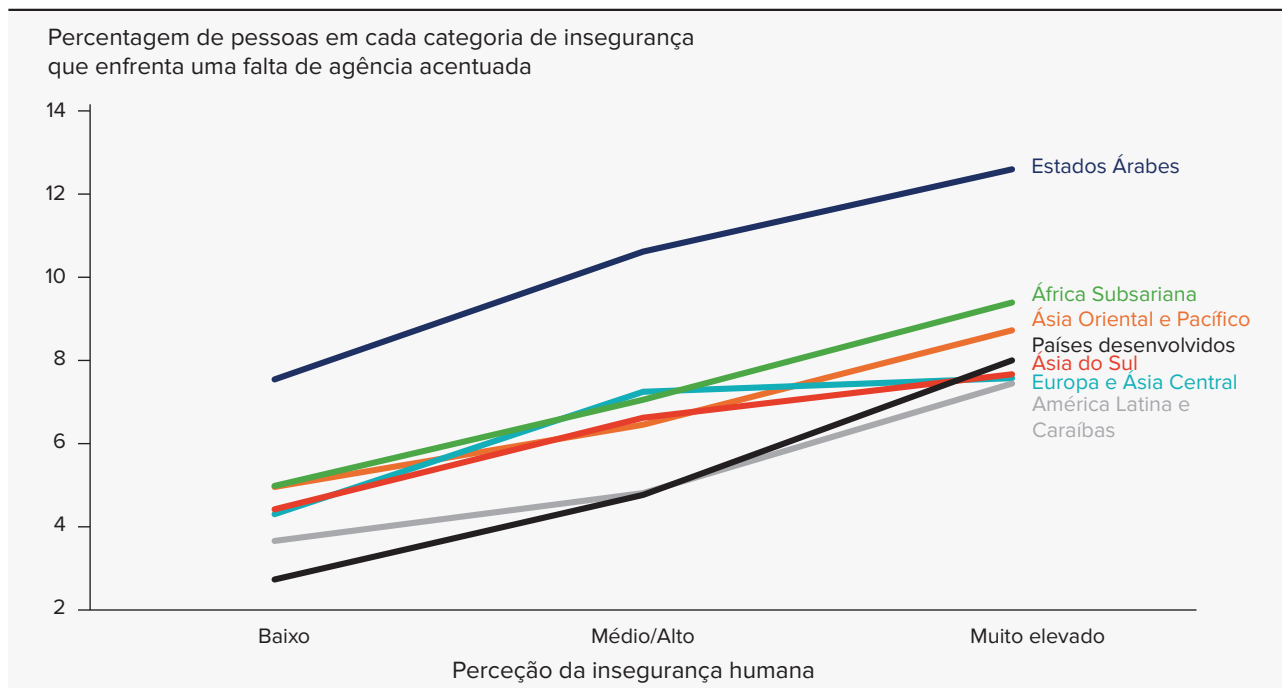
Figura O.6 A liberdade de expressão anda de mãos dadas com a agência e tem vindo a diminuir nos últimos anos



Nota: os dados são médias globais ponderadas em função da população.

Fonte: cálculos do Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados do projeto Varieties of Democracy e da base de dados dos Indicadores de Desenvolvimento Mundial do Banco Mundial.

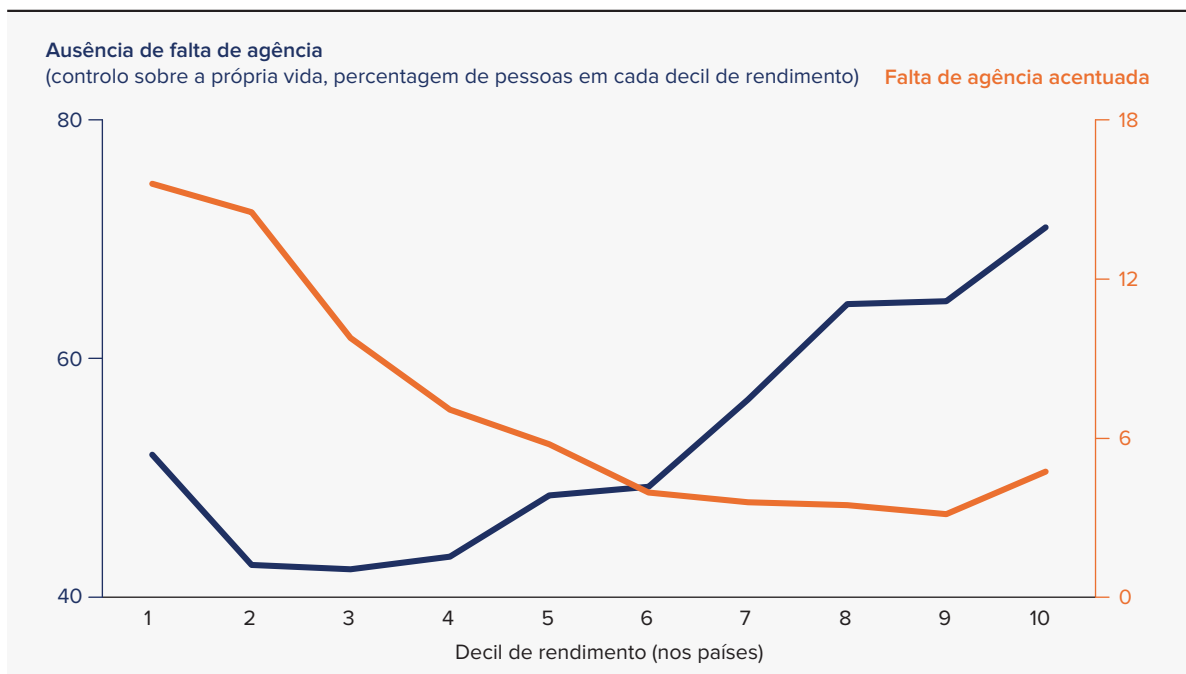
Figura O.7 Quanto maior for a percepção da insegurança humana, menor será o sentimento de controlo sobre a própria vida



Nota: a percepção da insegurança humana é medida como “baixa”, “média e alta” e “muito alta”, utilizando microdados e uma ponderação igual entre os países, e baseia-se no índice descrito no anexo 1.2 do PNUD (2022d). A falta de agência acentuada mede a percentagem da população que declara sentir que não tem ou tem muito pouco controlo sobre a própria vida (opções 1-3 numa escala de 1-10).

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base nos últimos dados disponíveis da wave 6 (2010–2014) e da wave 7 (2017–2022) do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

Figura O.8 A percepção de agência (controle sobre a própria vida) é moldada pelo rendimento



Nota: os dados são calculados utilizando microdados e uma ponderação igual entre os países.

Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 (2017-2022) do Inquérito Mundial de Valores (Inglehart e outros 2022).

vezes se cruzam e estão associadas a outras desigualdades no desenvolvimento humano, moldam a agência.

A polarização, a insegurança, a desigualdade e as narrativas redutoras acarretam um preço humano que pode ser entendido através da agência, que une estas vertentes como um denominador comum e uma referência para a ação.

A falta de agência não diz respeito apenas às instituições formais. As normas, que interagem dinamicamente com as instituições, também são muito importantes. No início do século XX, na maioria dos países, as mulheres estavam oficialmente proibidas de participar em vários papéis sociais, desde o direito de ser proprietária e frequentar universidades até à participação na política. A falta de agência das mulheres era gritante e generalizada. Ao longo do século XX, profundas reformas empreendidas em todo o mundo reconheceram a igualdade de direitos jurídicos, sociais, económicos e políticos entre homens e mulheres. Embora as mulheres em muitos países ainda enfrentem restrições legais que afetam a sua agência, os progressos nas reformas institucionais têm sido notáveis. A falta de agência codificada em leis formais tendeu a desaparecer. O direito legal de votar em eleições — uma forma fundamental de agência política — constitui um exemplo claro desta evolução.

No entanto, a agência efetiva das mulheres continua a ser limitada em muitas áreas. Um exemplo flagrante é o acesso das mulheres a altos cargos políticos: o pínaculo da agência política. As mulheres são chefes de

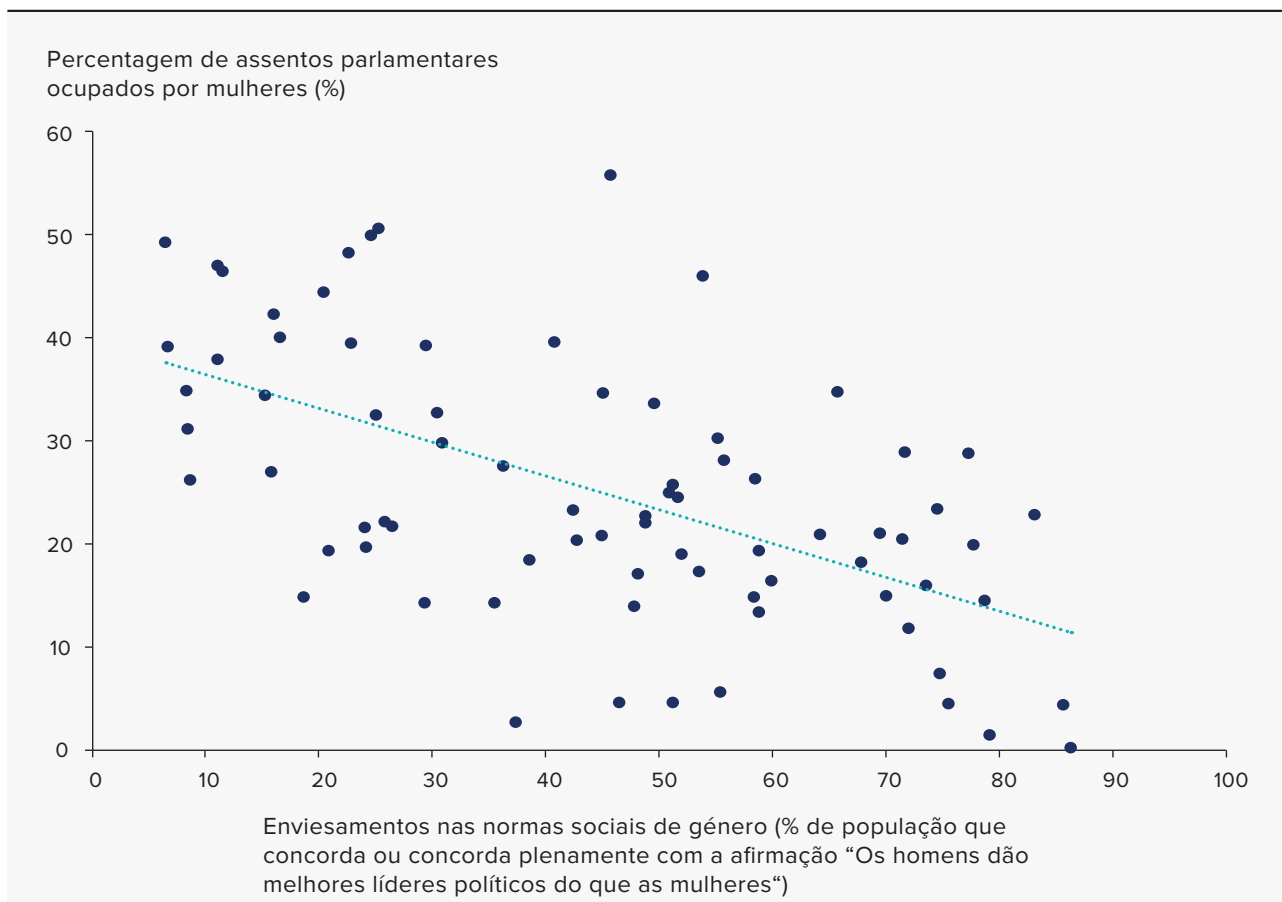
Estado ou de Governo em apenas cerca de 10 por cento dos países, uma estatística que sofreu poucas alterações nas últimas décadas.⁵²

O Índice das Normas Sociais de Género de 2023 do PNUD, que trata os enviesamentos como desvios de normas globais comuns de igualdade de género, mostra que a igualdade de género está a ser limitada por normas sociais tendenciosas contra as mulheres (figura O.9).⁵³ Quase metade das pessoas acredita que os homens são melhores líderes políticos do que as mulheres.⁵⁴ E as normas tendenciosas podem estar tão enraizadas que julgamos com mais severidade as mulheres que ocupam altos cargos políticos. Estes enviesamentos permeiam as cabinas de voto, os painéis de entrevista, as reuniões dos conselhos de administração e muito mais, limitando a agência das mulheres.

Para ajudar a reduzir a falta de agência, as instituições têm de ser centradas nas pessoas, tornar-se copropriedade e orientadas para o futuro. Que significam estes princípios para as instituições multilaterais existentes?

Um indicador das abordagens centradas nas pessoas é o desenvolvimento humano, que as instituições multilaterais reconhecem, na melhor das hipóteses, de forma limitada ou parcial. O desempenho económico continua a dominar a agenda. É por essa razão que a iniciativa “Para lá do PIB”, destacada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, é tão importante.⁵⁵ As lacunas na copropriedade manifestam-se na continuação dos acordos de governação

Figura O.9 A igualdade de género na política está a ser limitada por normas sociais tendenciosas contra as mulheres



Fonte: Gabinete do Relatório do Desenvolvimento Humano com base em dados da wave 7 (2017-2022) do Inquérito Mundial de Valores (para enviesamentos nas normas sociais) e dados da União Interparlamentar (para a percentagem de assentos parlamentares ocupados por mulheres em 2021). Ver também PNUD (2023a).

através de regras escritas e não escritas que refletem um legado da distribuição de poder no mundo após a Segunda Guerra Mundial. Esta situação estende-se desde as instituições financeiras internacionais até às Nações Unidas, tendo sido apresentadas várias propostas ao longo dos anos para corrigir a atual falta de representatividade dos acordos de governação.⁵⁶

A copropriedade implica uma distribuição justa do ónus da ação do Estado, evitando as desigualdades resultantes da evasão e da fraude fiscais. Ao longo da última década, registaram-se progressos consideráveis no controlo da evasão fiscal, principalmente através de uma maior informação e transparência em todo o mundo.⁵⁷ A Assembleia Geral das Nações Unidas deu início ao processo de elaboração de uma Convenção-Quadro sobre Cooperação Fiscal Internacional, com o objetivo de facilitar a coordenação das políticas relativas a estas questões.⁵⁸ As taxas mínimas globais de imposto, como a taxa de imposto efetiva mínima para as empresas, não têm de ser muito elevadas para arrecadar montantes substanciais se forem bem aplicadas.⁵⁹ A aplicação é, em

grande medida, uma escolha política e depende da coordenação internacional.

Orientada para o futuro significa ter em conta a forma como a interdependência está a ser remodelada no Antropoceno e em resultado da revolução digital. Significa, também, encontrar formas de fornecer bens públicos mundiais de forma mais sistemática, eficiente e equitativa.

Para uma visão do desenvolvimento centrada na agência

O que é o desenvolvimento e qual a melhor forma de o concretizar? Esta é uma questão central na era pós-guerra cuja resposta mudou ao longo do tempo face às realidades emergentes. Atualmente, as interações dinâmicas entre as pressões sobre o planeta do Antropoceno, por um lado, e as crescentes desigualdades e insegurança, por outro, constituem um desafio para todas as narrativas de desenvolvimento.

Até mesmo para o desenvolvimento humano.

O primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano, em 1990, proclamava com orgulho que “as pessoas são a verdadeira riqueza de uma nação”. Continuam a sê-lo e sê-lo-ão sempre. De que serve o desenvolvimento se não for em prol das pessoas? No entanto, a forma como falamos e tratamos as métricas relativas às pessoas tem de ir além das realizações de bem-estar, tal como são medidas pelo Índice de Desenvolvimento Humano e por outros indicadores convencionais, de modo a incluir a agência: a capacidade única e ilimitada de as pessoas formarem e reformarem objetivos, compromissos e valores; de fazerem escolhas fundamentadas que podem ou não promover o seu próprio bem-estar; e, em última análise, de prosseguirem vidas com objetivos, que podem ser maiores do que o seu eu individual.

A agência tem sido largamente ignorada, de forma explícita, nas agendas de desenvolvimento. E isso é notório. A falta de agência coincide com tendências preocupantes em matéria de normas e práticas democráticas, polarização e declínio generalizado da confiança nos governos e nas instituições internacionais. A própria cooperação internacional está a tornar-se mais politizada. As nossas instituições estão a debater-se com falta de agência.

Na sua obra fundamental *Development as Freedom*, Amartya Sen reformula o desenvolvimento como a procura de “uma maior liberdade [que] aumenta a capacidade das pessoas para se ajudarem a si próprias e também para influenciarem o mundo [...] A preocupação aqui relaciona-se com aquilo a que poderemos apelidar de [...] o «aspeto da agência»”.⁶⁰

O Relatório do Desenvolvimento Humano 2023/2024 começa a esboçar aquilo que se poderá apelidar de visão emancipatória do desenvolvimento, que faz brilhar a noção de desenvolvimento de Sen como liberdade sobre o grande desafio do nosso tempo: pessoas e planeta na gestão conjunta de crises. Esta visão do desenvolvimento centra a expansão da agência na interseção do desenvolvimento humano, dos direitos humanos e da sustentabilidade. O seu objetivo é a expansão das liberdades nas suas muitas formas, incluindo a liberdade face às tiranias de identidades únicas e restritivas, de crenças de soma nula e de modelos de comportamento demasiado simplificados que reduzem as pessoas ao exercício de uma atividade contabilística narcisista.

As instituições do século XXI reduziriam a falta de agência e alargariam, em vez de substituírem, as do

Estado-providência do século XX. A liberdade ganha significados mais amplos, indo além dos necessários e importantes “sem” — liberdade sem medo, sem carência, sem privação — para os ambiciosos e importantes “de” — liberdade de si, de pensamento e de ação, incluindo a ação coletiva útil.

“Os Estados de todos os quadrantes políticos e rendimentos têm a oportunidade e a obrigação de conceber políticas e instituições centradas na agência, enraizadas no desenvolvimento humano e orientadas pelos direitos humanos.

Os Estados de todos os quadrantes políticos e rendimentos têm a oportunidade e a obrigação de conceber políticas e instituições centradas na agência, enraizadas no desenvolvimento humano e orientadas pelos direitos humanos e pela proteção do planeta. Por instituições que nos libertem de uma estagnação disfuncional, que respondam melhor às pessoas e as capacitem, e que nos libertem a todos de narrativas rígidas e divisionistas de soma nula sobre nós próprios e sobre os outros. Quando as pessoas se sentem mais livres para viver identidades múltiplas e sobrepostas, quando o diálogo fundamentado e baseado em temáticas prevalece sobre a retórica emocionalmente carregada que explora as queixas de grupo, quando as pessoas se encontram umas com as outras em vez de enviarem *tweets*, são mais capazes e revelam-se mais propensas a prosseguir os seus próprios objetivos. Também assumem um compromisso e uma cooperação assente em objetivos comum que tornam os seus próprios objetivos mais tangíveis.

É este o ciclo virtuoso a que aspira uma visão do desenvolvimento centrada na agência, cujos elementos constitutivos são delineados no presente relatório. O impasse global começa a dar lugar à cooperação, incluindo para os bens públicos mundiais, mesmo quando persistem preferências diferentes - e devemos esperar que persistam. De facto, as diferenças entre o que as pessoas valorizam é uma observação motivadora subjacente ao desenvolvimento humano e, tal como defendido em anteriores Relatórios do Desenvolvimento Humano, a diversidade, nas suas múltiplas formas, é essencial para navegar em novas e interativas dimensões de incerteza.

Podemos fazer melhor. Temos muito a nosso favor. Mãos à obra.

Notas

RETRATO INSTANTÂNEO

- 1 Ver PNUD (2020, 2022a).
- 2 Watson e outros 2022.
- 3 Ver o Painel global para a equidade das vacinas do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em <https://data.undp.org/insights/vaccine-equity>.
- 4 Vaidyanathan 2024. Estas promessas de auxílio ficam ainda aquém das perdas e dos danos anuais associados às alterações climáticas, que se estimam em cerca de 400 mil milhões de dólares por ano
- 5 <https://about.bnef.com/blog/global-clean-energy-investment-jumps-17-hits-1-8-trillion-in-2023-according-to-bloombergnef-report/> (acedido em 31 de janeiro de 2024).
- 6 Os dados do IDH até 2022 constam da tabela 1 do *Anexo estatístico* do relatório completo. Os valores para 2023 são projeções que utilizam as mesmas fontes de dados utilizadas para essa tabela.
- 7 Msemburi e outros 2023.
- 8 Ver PNUD (2022a).
- 9 Cerca de 3 mil milhões de pessoas declaram sentir-se preocupadas atualmente, o que representa um aumento de 687 milhões de pessoas na última década; 2 mil milhões de pessoas declaram sentir-se tristes, mais 540 milhões de pessoas do que há uma década; e 2,9 mil milhões de pessoas sofrem de stress, o que representa um aumento de 596 milhões de pessoas na última década (cálculos do Gabinete do Relatório sobre o Desenvolvimento Humano baseados em dados de Gallup 2023). Daly e Macchia (2023) documentam um aumento da prevalência de sentimentos de angústia emocional entre 2009 e 2021.
- 10 Ver Kurlantzick (2022), Nichols (2021) e PNUD (2023b).
- 11 Funke, Schularick e Trebesch 2023.
- 12 Andre e outros 2024.
- 13 Fernbach e Van Boven 2022.
- 14 Gur, Ayal e Halperin 2021.
- 15 Graeber, Roth e Zimmerman 2023; Vogt e outros 2016.
- 16 Demeritt e Hoff 2023. Expandir a agência significa aumentar a capacidade das pessoas para serem sujeitos de mudança. As políticas não realçaram suficientemente o papel central da agência como um pilar fundamental do desenvolvimento humano. Reduzir as desigualdades nessa capacidade de agência

permite que as pessoas participem na argumentação pública e na tomada de decisões através de instituições em que confiam.

- 17 Sobre a importância da copropriedade para as instituições políticas, ver Allen (2023)
- 18 Sobre a mobilização do futuro como ideia política, ver White (2023)

SÍNTESE

- 1 Persson e Bennich 2023.
- 2 IRC 2023; ACNUR 2023b, 2023c.
- 3 Msemburi e outros 2023; Wang e outros 2022;
- 4 Bolyky e outros 2022; Lenton, Boulton e Scheffer 2022.
- 5 Bolyky e outros 2022.
- 6 Henkel e outros 2023.
- 7 Kumar e outros 2022.
- 8 Druedahl, Minssen e Price 2021.
- 9 Gleeson e outros 2023.
- 10 NASA 2023.
- 11 A plataforma Human Climate Horizons do PNUD é uma plataforma de visualização interativa (<https://horizons.hdr.undp.org/>) que consiste num recurso público digital dinâmico que projeta, até ao final do século XXI, os impactos das alterações climáticas nas pessoas e as suas implicações para o desenvolvimento humano.
- 12 Albrecht 2012, p. 250. Ver também Clayton and Karazsia (2020), Stanley e outros (2021) e Wullenkord e outros (2021).
- 13 Hickman e outros 2021.
- 14 Funke, Schularick and Trebesch 2016; Guiso e outros 2019; Gyöngyösi e Verner 2022; Mian, Sufi e Trebbi 2014.
- 15 Funke, Schularick e Trebesch 2023.
- 16 Cerra, Fatás e Saxena 2023.
- 17 Aiyar e outros 2023.
- 18 Aiyar e outros 2023; Xing, Gentile e Dollar 2021.
- 19 Ganapati e Wong 2023.
- 20 Chen, Mrkaic e Nabar 2019; Lane e Milesi-Ferretti 2018.
- 21 Holland e Pazarbasioglu 2024.
- 22 OMC 2023.

- 23 Desde 2023, com base nos dados da União Internacional das Telecomunicações (<https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Pages/stat/default.aspx>, acedido em 16 de novembro de 2023).
- 24 OIM 2022.
- 25 PNUD 2009.
- 26 Koczan e outros 2021.
- 27 Engler e outros 2020.
- 28 Stiglitz 1998.
- 29 Ver Alcalá e Ciccone (2004), Bartley Johns e outros (2015); Frankel e Romer (2017) e FMI (2001). Ver Birdsall e outros (1993) para reflexões sobre o milagre da Ásia Oriental. O comércio também afetou de forma diferente os grupos populacionais (Engel e outros 2021).
- 30 White e outros 2023.
- 31 Walter 2021.
- 32 Alstadsæter e outros 2023.
- 33 Minerais, energia, culturas fundamentais, eletrónica, produtos farmacêuticos, metais de base, produtos químicos, serviços financeiros, serviços profissionais, propriedade intelectual (Seong e outros 2022).
- 34 As contribuições para a concretização dos bens públicos mundiais ganharam força na viragem do século XX (Kanbur, Sandler e Morrison 1999; Kaul, Grunberg e Stern 1999; Sandler 1997). Uma primeira vaga de interesse político pelos bens públicos mundiais está contemplada em Kaul e Conceição (2006), Kaul e outros (2003) e Zedillo e outros (2006). Para uma análise recente da importância crescente dos bens públicos mundiais no mundo atual, ver Buchholz e Sandler (2021).
- 35 Boese e outros 2022; Card e outros 2022; Iyengar, Sood e Lelkes 2012; McCoy e Somer 2019; Wagner 2021.
- 36 Levin, Milner e Perrings 2021.
- 37 Ver Van Bavel e outros (a publicar) sobre os custos da polarização de uma pandemia.
- 38 Schimmelpfennig e outros 2022.
- 39 Tal como argumentado em Bednar (2021).
- 40 Bednar 2021.
- 41 Hobolt, Leeper e Tilley 2021.
- 42 Henkel e outros 2023.
- 43 De Vries, Hobolt e Walter 2021.
- 44 Bearce e Jolliff Scott 2019.
- 45 Deitelhoff 2020; Dellmuth e Tallberg 2015; Nye Jr 2001; Schneider 2018.

-
- 46 Ver Conceição e Mendoza (2006) e capítulo 3 do Relatório completo
-
- 47 Sparkman, Geiger e Weber 2022.
-
- 48 Graeber, Roth e Zimmerman 2023.
-
- 49 A noção de agência associada a resultados coletivos tem sido referida como “agência coletiva”. Ver, por exemplo, Ibrahim (2006), Leßmann (2022), Pelenc, Bazile e Ceruti (2015) e Rauschmayer e outros (2018).
-
- 50 Ver também Prados de la Escosura (2022).
-
- 51 O'Madagain e Tomasello 2022; Tomasello 2022.
-
- 52 PNUD 2023a.
-
- 53 PNUD 2023a.
-
- 54 PNUD 2023a.
-
- 55 ONU 2023.
-
- 56 Por exemplo, a Comissão Stiglitz para a Reforma do Sistema Financeiro e Monetário Internacional (que se reuniu em 2008, em plena crise financeira mundial de 2007-2008) sugeriu, como opção, a criação de um Conselho de Coordenação Económica Mundial (Comissão Stiglitz 2009).
-
- 57 Através dos 171 membros do Fórum Mundial sobre a Transparência e a Troca de Informações para Fins Fiscais. Em 2022, foram trocadas automaticamente informações sobre quase 12 biliões de euros em ativos. Ver OCDE (2024).
-
- 58 Secretário-Geral das Nações Unidas 2023.
-
- 59 Alstadsæter e outros 2023.
-
- 60 Sen 1999, p. 18.

Índices de desenvolvimento humano

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)			IDH Ajustado à Desigualdade (IHAD)		Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desigualdade de Género		Índice de Pobreza Multidimensional			IDH ajustado à pressão sobre o planeta	
	Valor	Valor	Perda global (%)	Valor	Grupo	Valor	Classificação	Valor	Contagem de pessoas (%)	Intensidade da privação (%)	Valor	Diferença do valor do IDH (%)		
	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2011-2022	2011-2022	2011-2022	2022	2022		
Desenvolvimento humano muito elevado														
1	Suíça	0,967	0,891	7,9	0,971	2	0,018	3	0,826	14,6	
2	Noruega	0,966	0,903	6,5	0,986	1	0,012	2	0,808	16,4	
3	Islândia	0,959	0,910	5,1	0,975	1	0,039	9	0,806	16,0	
4	Hong Kong, China (RAE)	0,956	0,840	12,1	0,972	2	
5	Dinamarca	0,952	0,898	5,7	0,981	1	0,009	1	0,839	11,9	
5	Suécia	0,952	0,878	7,8	0,983	1	0,023	4	0,839	11,9	
7	Alemanha	0,950	0,881	7,3	0,966	2	0,071	19	0,833	12,3	
7	Irlanda	0,950	0,886	6,7	0,991	1	0,072	20	0,814	14,3	
9	Singapura	0,949	0,825	13,1	0,991	1	0,036	8	0,745	21,5	
10	Austrália	0,946	0,860	9,1	0,978	1	0,063	17	0,763	19,3	
10	Países Baixos	0,946	0,885	6,4	0,960	2	0,025	5	0,796	15,9	
12	Bélgica	0,942	0,878	6,8	0,975	1	0,044	11	0,803	14,8	
12	Finlândia	0,942	0,886	5,9	0,989	1	0,032	6	0,787	16,5	
12	Listenstaine	0,942	0,949	3	
15	Reino Unido	0,940	0,865	8,0	0,976	1	0,094	28	0,846	10,0	
16	Nova Zelândia	0,939	0,856	8,8	0,970	2	0,082	23	0,814	13,3	
17	Emirados Árabes Unidos	0,937	0,859	8,3	0,986	1	0,035	7	0,688	26,6	
18	Canadá	0,935	0,864	7,6	0,988	1	0,069	18	0,726	22,4	
19	Coreia (República da)	0,929	0,841	9,5	0,948	3	0,062	16	0,775	16,6	
20	Luxemburgo	0,927	0,839	9,5	0,993	1	0,043	10	0,685	26,1	
20	Estados Unidos	0,927	0,823	11,2	1,005	1	0,180	44	0,740	20,2	
22	Áustria	0,926	0,859	7,2	0,972	2	0,048	12	0,789	14,8	
22	Eslovénia	0,926	0,882	4,8	0,999	1	0,049	13	0,832	10,2	
24	Japão	0,920	0,844	8,3	0,968	2	0,078	22	0,809	12,1	
25	Israel	0,915	0,808	11,7	0,991	1	0,092	26	0,780	14,8	
25	Malta	0,915	0,837	8,5	0,980	1	0,117	35	0,806	11,9	
27	Espanha	0,911	0,796	12,6	0,988	1	0,059	15	0,839	7,9	
28	França	0,910	0,820	9,9	0,986	1	0,084	24	0,823	9,6	
29	Chipre	0,907	0,827	8,8	0,977	1	0,253	62	0,803	11,5	
30	Itália	0,906	0,802	11,5	0,969	2	0,057	14	0,825	8,9	
31	Estónia	0,899	0,835	7,1	1,022	1	0,093	27	0,766	14,8	
32	Chéquia	0,895	0,848	5,3	0,988	1	0,113	32	0,782	12,6	
33	Grécia	0,893	0,801	10,3	0,969	2	0,120	37	0,809	9,4	
34	Barém	0,888	0,937	3	0,181	45	0,673	24,2	
35	Andorra	0,884	0,810	8,4	
36	Polónia	0,881	0,797	9,5	1,009	1	0,105	31	0,780	11,5	
37	Letónia	0,879	0,802	8,8	1,022	1	0,142	39	0,742	11,0	
37	Lituânia	0,879	0,795	9,6	1,028	2	0,098	30	0,748	14,9	
39	Croácia	0,878	0,817	6,9	0,993	1	0,087	25	0,807	8,1	
40	Catar	0,875	1,027	2	0,212	54	0,450	48,6	
40	Arábia Saudita	0,875	0,928	3	0,229	55	0,690	21,1	
42	Portugal	0,874	0,774	11,4	0,998	1	0,076	21	0,807	7,7	
43	São Marino	0,867	0,966	2	
44	Chile	0,860	0,704	18,1	0,973	2	0,190	49	0,786	8,6	
45	Eslováquia	0,855	0,808	5,5	1,002	1	0,184	46	0,776	9,2	
45	Turquia	0,855	0,717	16,1	0,941	3	0,259	63	0,783	8,4	
47	Hungria	0,851	0,800	6,0	0,989	1	0,230	56	0,769	9,6	
48	Argentina	0,849	0,747	12,0	0,995	1	0,292	71	0,001	0,4	34,0	0,782	7,9	
49	Koweit	0,847	1,014	1	0,199	51	0,580	31,5	
50	Montenegro	0,844	0,756	10,4	0,978	1	0,114	33	0,005	1,2	39,6	
51	São Cristóvão e Neves	0,838	
52	Uruguai	0,830	0,720	13,3	1,020	1	0,240	60	0,784	5,5	
53	Roménia	0,827	0,739	10,6	0,981	1	0,230	56	0,759	8,2	
54	Antígua e Barbuda	0,826	
55	Brunei Darussalá	0,823	0,727	11,7	0,983	1	0,279	68	0,576	30,0	
56	Federação Russa	0,821	0,747	9,0	1,021	1	0,178	43	0,725	11,7	
57	Bahamas	0,820	0,663	19,1	1,007	1	0,333	79	0,744	9,3	
57	Panamá	0,820	0,647	21,1	1,017	1	0,392	95	0,773	5,7	
59	Omã	0,819	0,721	12,0	0,937	3	0,267	66	0,593	27,6	
60	Geórgia	0,814	0,728	10,6	1,005	1	0,283	69	0,001	0,3	36,6	0,767	5,8	

Continuação -

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero		Índice de Desigualdade de Gênero		Índice de Pobreza Multidimensional			IDH ajustado à pressão sobre o planeta		
	Valor	Valor	Perda global (%)	Valor	Grupo	Valor	Classificação	Valor	Contagem de pessoas (%)	Intensidade da privação (%)	Valor	Diferença do valor do IDH (%)	
	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2011-2022	2011-2022	2011-2022	2022	2022	
60	Trindade e Tobago	0,814	0,992	1	0,264	64	0,002	0,6	38,0
62	Barbados	0,809	0,617	23,7	1,030	2	0,289	70	0,009	2,5	34,2
63	Malásia	0,807	0,692	14,3	0,973	2	0,202	52	0,704	12,8
64	Costa Rica	0,806	0,656	18,6	0,995	1	0,232	58	0,002	0,5	37,1	0,763	5,3
65	Sérvia	0,805	0,740	8,1	0,986	1	0,119	36	0,000	0,1	38,1	0,732	9,1
66	Tailândia	0,803	0,681	15,2	1,011	1	0,310	74	0,002	0,6	36,7	0,750	6,6
67	Cazaquistão	0,802	0,734	8,5	0,998	1	0,177	42	0,002	0,5	35,6	0,688	14,2
67	Seicheles	0,802	0,715	10,8	1,064	3	0,003	0,9	34,2
69	Bielorrússia	0,801	0,750	6,4	1,003	1	0,096	29
Desenvolvimento humano elevado													
70	Bulgária	0,799	0,703	12,0	0,995	1	0,206	53	0,720	9,9
71	Palau	0,797	0,633	20,6	1,007	1
72	Maurícia	0,796	0,625	21,5	0,976	1	0,369	87
73	Granada	0,793	0,976	1
74	Albânia	0,789	0,687	12,9	0,977	1	0,116	34	0,003	0,7	39,1	0,747	5,3
75	China	0,788	0,662	16,0	0,962	2	0,186	47	0,016	3,9	41,4	0,679	13,8
76	Arménia	0,786	0,721	8,3	1,026	2	0,198	50	0,001	0,2	36,2	0,752	4,3
77	México	0,781	0,641	17,9	0,979	1	0,352	84	0,016	4,1	40,5	0,734	6,0
78	Irão (República Islâmica do)	0,780	0,584	25,1	0,880	5	0,484	121	0,715	8,3
78	Sri Lanca	0,780	0,630	19,2	0,947	3	0,376	90	0,011	2,9	38,3	0,762	2,3
80	Bósnia-Herzegovina	0,779	0,667	14,4	0,952	2	0,148	40	0,008	2,2	37,9	0,710	8,9
81	São Vicente e Granadinas	0,772
82	República Dominicana	0,766	0,627	18,1	1,029	2	0,433	107	0,009	2,3	38,8	0,732	4,4
83	Equador	0,765	0,630	17,6	0,990	1	0,371	89	0,008	2,1	38,0	0,733	4,2
83	Macedónia do Norte	0,765	0,679	11,2	0,950	2	0,134	38	0,001	0,4	38,2	0,715	6,5
85	Cuba	0,764	0,973	2	0,300	73	0,003	0,7	38,1	0,740	3,1
86	Moldávia (República da)	0,763	0,698	8,5	1,033	2	0,156	41	0,004	0,9	37,4	0,731	4,2
87	Maldivas	0,762	0,597	21,7	0,976	1	0,328	76	0,003	0,8	34,4
87	Peru	0,762	0,607	20,3	0,952	2	0,360	85	0,026	6,6	38,9	0,733	3,8
89	Azerbaijão	0,760	0,707	7,0	0,961	2	0,329	77	0,719	5,4
89	Brasil	0,760	0,577	24,1	1,000	1	0,391	94	0,016	3,8	42,5	0,702	7,6
91	Colômbia	0,758	0,568	25,1	0,998	1	0,392	95	0,020	4,8	40,6	0,725	4,4
92	Líbia	0,746	0,988	1	0,266	65	0,007	2,0	37,1	0,661	11,4
93	Argélia	0,745	0,588	21,1	0,881	5	0,460	114	0,005	1,4	39,2	0,702	5,8
94	Turquemenistão	0,744	0,001	0,2	34,0	0,662	11,0
95	Guiana	0,742	0,992	1	0,416	104	0,007	1,8	39,3
96	Mongólia	0,741	0,645	13,0	1,032	2	0,297	72	0,028	7,3	38,8	0,619	16,5
97	Domínica	0,740
98	Tonga	0,739	0,654	11,5	0,996	1	0,462	115	0,003	0,9	38,1
99	Jordânia	0,736	0,615	16,4	0,863	5	0,449	111	0,002	0,4	35,4	0,706	4,1
100	Ucrânia	0,734	0,676	7,9	1,021	1	0,188	48	0,001	0,2	34,4	0,685	6,7
101	Tunísia	0,732	0,574	21,6	0,928	3	0,237	59	0,003	0,8	36,5	0,701	4,2
102	Ilhas Marshall	0,731	0,620	15,2	0,945	3
102	Paraguai	0,731	0,582	20,4	0,994	1	0,429	106	0,019	4,5	41,9	0,684	6,4
104	Ilhas Fiji	0,729	0,632	13,3	0,940	3	0,332	78	0,006	1,5	38,1
105	Egito	0,728	0,561	22,9	0,884	5	0,389	93	0,020	5,2	37,6	0,695	4,5
106	Usbequistão	0,727	0,924	4	0,242	61	0,006	1,7	35,3	0,696	4,3
107	Vietname	0,726	0,607	16,4	1,007	1	0,378	91	0,008	1,9	40,3	0,681	6,2
108	Santa Lúcia	0,725	0,539	25,7	1,013	1	0,347	82	0,007	1,9	37,5
109	Libano	0,723	0,928	3	0,365	86	0,680	5,9
110	África do Sul	0,717	0,462	35,6	0,985	1	0,401	99	0,025	6,3	39,8	0,667	7,0
111	Palestina (Estado da)	0,716	0,587	18,0	0,880	5	0,002	0,6	35,0	0,695	2,9
112	Indonésia	0,713	0,588	17,5	0,940	3	0,439	109	0,014	3,6	38,7	0,685	3,9
113	Filipinas	0,710	0,590	16,9	0,966	2	0,388	92	0,024	5,8	41,8	0,687	3,2
114	Botsuana	0,708	0,488	31,1	0,998	1	0,483	120	0,073	17,2	42,2	0,677	4,4
115	Jamaica	0,706	0,584	17,3	1,016	1	0,350	83	0,011	2,8	38,9	0,676	4,2
116	Samoa	0,702	0,602	14,2	0,968	2	0,406	101	0,025	6,3	39,1
117	Quirguistão	0,701	0,634	9,6	0,975	1	0,345	81	0,001	0,4	36,3	0,683	2,6
118	Belize	0,700	0,982	1	0,454	113	0,017	4,3	39,8	0,668	4,6
Desenvolvimento humano médio													
119	Venezuela (República Bolivariana da)	0,699	0,600	14,2	1,002	1	0,521	134	0,664	5,0
120	Bolívia (Estado Plurinacional da)	0,698	0,560	19,8	0,965	2	0,418	105	0,038	9,1	41,7	0,662	5,2
120	Marrocos	0,698	0,508	27,2	0,851	5	0,440	110	0,027	6,4	42,0	0,672	3,7
122	Nauru	0,696	1,037	2
123	Gabão	0,693	0,526	24,1	0,982	1	0,524	136	0,070	15,6	44,7	0,667	3,8
124	Suriname	0,690	0,987	1	0,405	100	0,011	2,9	39,4
125	Butão	0,681	0,465	31,7	0,970	2	0,334	80	0,615	9,7
126	Tajiquistão	0,679	0,585	13,8	0,919	4	0,269	67	0,029	7,4	39,0	0,664	2,2

Continuação -

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)			IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)		Índice de Desenvolvimento Humano por Género		Índice de Desigualdade de Género		Índice de Pobreza Multidimensional			IDH ajustado à pressão sobre o planeta	
	Valor	Valor	Perda global (%)	Valor	Grupo	Valor	Classificação	Valor	Classificação	Valor	Contagem de pessoas (%)	Intensidade da privação (%)	Valor	Diferença do valor do IDH (%)
	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2011-2022	2011-2022	2011-2022	2011-2022	2022	2022	
127 El Salvador	0,674	0,548	18,7	0,972	2	0,369	87	0,032	7,9	41,3	0,649	3,7		
128 Iraque	0,673	0,519	22,9	0,786	5	0,562	143	0,033	8,6	37,9	0,643	4,5		
129 Bangladeche	0,670	0,470	29,9	0,914	4	0,498	127	0,104	24,6	42,2	0,656	2,1		
130 Nicarágua	0,669	0,507	24,2	0,949	3	0,397	97	0,074	16,5	45,3	0,642	4,0		
131 Cabo Verde	0,661	0,471	28,7	0,981	1	0,325	75		
132 Tuvalu	0,653	0,545	16,5	0,975	1	0,008	2,1	38,2		
133 Guiné Equatorial	0,650	0,624	4,0		
134 Índia	0,644	0,444	31,1	0,852	5	0,437	108	0,069	16,4	42,0	0,625	3,0		
135 Micronésia (Estados Federados da)	0,634	0,950	2		
136 Guatemala	0,629	0,453	28,0	0,931	3	0,474	117	0,134	28,9	46,2	0,604	4,0		
137 Quiribati	0,628	0,528	15,9	0,849	5	0,080	19,8	40,5		
138 Honduras	0,624	0,480	23,1	0,974	2	0,413	102	0,051	12,0	42,7	0,606	2,9		
139 República Democrática Popular do Laos	0,620	0,466	24,8	0,919	4	0,467	116	0,108	23,1	47,0	0,580	6,5		
140 Vanuatu	0,614	0,936	3		
141 São Tomé e Príncipe	0,613	0,459	25,1	0,048	11,7	40,9		
142 Essuatíni (Reino de)	0,610	0,372	39,0	0,987	1	0,491	124	0,081	19,2	42,3		
142 Namíbia	0,610	0,399	34,6	1,006	1	0,450	112	0,185	40,9	45,2	0,584	4,3		
144 Mianmar	0,608	0,475	21,9	0,941	3	0,479	119	0,176	38,3	45,9	0,596	2,0		
145 Gana	0,602	0,378	37,2	0,933	3	0,512	130	0,111	24,6	45,1	0,586	2,7		
146 Quênia	0,601	0,438	27,1	0,948	3	0,533	139	0,171	37,5	45,6	0,590	1,8		
146 Nepal	0,601	0,424	29,5	0,885	5	0,495	126	0,074	17,5	42,5	0,581	3,3		
148 Camboja	0,600	0,438	27,0	0,926	3	0,486	122	0,070	16,6	42,3	0,572	4,7		
149 Congo	0,593	0,385	35,1	0,909	4	0,572	144	0,112	24,3	46,0	0,580	2,2		
150 Angola	0,591	0,344	41,8	0,905	4	0,520	133	0,282	51,1	55,3	0,581	1,7		
151 Camarões	0,587	0,362	38,3	0,900	4	0,555	142	0,232	43,6	53,2	0,577	1,7		
152 Comores	0,586	0,334	43,0	0,914	4	0,181	37,3	48,5		
153 Zâmbia	0,569	0,344	39,5	0,930	3	0,526	137	0,232	47,9	48,4	0,561	1,4		
154 Papua-Nova Guiné	0,568	0,407	28,3	0,927	3	0,604	151	0,263	56,6	46,5	0,558	1,8		
155 Timor-Leste	0,566	0,407	28,1	0,904	4	0,415	103	0,222	48,3	45,9		
156 Ilhas Salomão	0,562	0,959	2		
157 República Árabe da Síria	0,557	0,805	5	0,487	123		
158 Haiti	0,552	0,335	39,3	0,929	3	0,621	158	0,200	41,3	48,4	0,546	1,1		
159 Uganda	0,550	0,377	31,5	0,899	5	0,527	138	0,281	57,2	49,2	0,543	1,3		
159 Zimbabué	0,550	0,370	32,7	0,936	3	0,519	132	0,110	25,8	42,6	0,541	1,6		
Desenvolvimento humano baixo														
161 Niéria	0,548	0,369	32,7	0,886	5	0,677	165	0,175	33,0	52,9	0,539	1,6		
161 Ruanda	0,548	0,377	31,2	0,921	4	0,400	98	0,231	48,8	47,3	0,541	1,3		
163 Togo	0,547	0,345	36,9	0,848	5	0,578	147	0,180	37,6	47,8	0,541	1,1		
164 Mauritània	0,540	0,351	35,0	0,874	5	0,603	150	0,327	58,4	56,0	0,520	3,7		
164 Paquistão	0,540	0,360	33,3	0,834	5	0,522	135	0,198	38,3	51,7	0,528	2,2		
166 Costa do Marfim	0,534	0,318	40,4	0,861	5	0,612	156	0,236	46,1	51,2		
167 Tanzânia (República Unida da)	0,532	0,372	30,1	0,940	3	0,513	131	0,284	57,1	49,8	0,525	1,3		
168 Lesoto	0,521	0,332	36,3	0,999	1	0,552	141	0,084	19,6	43,0		
169 Senegal	0,517	0,334	35,4	0,925	3	0,505	129	0,263	50,8	51,7	0,503	2,7		
170 Sudão	0,516	0,331	35,9	0,868	5	0,548	140	0,279	52,3	53,4	0,506	1,9		
171 Jibuti	0,515	0,341	33,8	0,844	5	0,493	4,3		
172 Maláui	0,508	0,359	29,3	0,926	3	0,579	148	0,231	49,9	46,3	0,501	1,4		
173 Benim	0,504	0,309	38,7	0,848	5	0,649	160	0,368	66,8	55,0	0,494	2,0		
174 Gâmbia	0,495	0,311	37,2	0,940	3	0,585	149	0,198	41,7	47,5	0,489	1,2		
175 Eritreia	0,493	0,487	1,2		
176 Etiópia	0,492	0,324	34,1	0,922	4	0,494	125	0,367	68,7	53,3	0,485	1,4		
177 Libéria	0,487	0,310	36,3	0,860	5	0,656	161	0,259	52,3	49,6	0,482	1,0		
177 Madagáscar	0,487	0,328	32,6	0,945	3	0,574	145	0,386	68,4	56,4	0,483	0,8		
179 Guiné-Bissau	0,483	0,310	35,8	0,862	5	0,631	159	0,341	64,4	52,9		
180 Congo (República Democrática do)	0,481	0,315	34,5	0,891	5	0,605	152	0,331	64,5	51,3	0,477	0,8		
181 Guiné	0,471	0,285	39,5	0,818	5	0,609	154	0,373	66,2	56,4	0,462	1,9		
182 Afeganistão	0,462	0,300	35,1	0,622	5	0,665	162	0,272	55,9	48,6	0,459	0,6		
183 Moçambique	0,461	0,270	41,4	0,929	3	0,477	118	0,372	61,9	60,0	0,456	1,1		
184 Serra Leoa	0,458	0,277	39,5	0,885	5	0,613	157	0,293	59,2	49,5	0,452	1,3		
185 Burquina Fasso	0,438	0,261	40,4	0,881	5	0,577	146	0,433	1,1		
186 Iémen	0,424	0,285	32,8	0,456	5	0,820	166	0,245	48,5	50,6	0,420	0,9		
187 Burundi	0,420	0,273	35,0	0,926	3	0,499	128	0,409	75,1	54,4	0,417	0,7		
188 Mali	0,410	0,277	32,4	0,830	5	0,607	153	0,376	68,3	55,0	0,404	1,5		
189 Chade	0,394	0,238	39,6	0,776	5	0,671	163	0,517	84,2	61,4	0,382	3,0		
189 Niqer	0,394	0,262	33,5	0,826	5	0,609	154	0,601	91,0	66,1	0,389	1,3		
191 República Centro-Africana	0,387	0,237	38,8	0,461	80,4	57,4	0,383	1,0		
192 Sudão do Sul	0,381	0,222	41,7	0,376	1,3		
193 Somália	0,380	0,769	5	0,674	164	0,376	1,1		

Continuação -

Classificação do IDH	Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)	IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD)	Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero	Índice de Desigualdade de Gênero	Índice de Pobreza Multidimensional			IDH ajustado à pressão sobre o planeta				
	Valor	Valor	Perda global (%)	Valor	Grupo	Valor	Classificação	Valor	Contagem de pessoas (%)	Intensidade da privação (%)	Valor	Diferença do valor do IDH (%)
	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2022	2011-2022	2011-2022	2011-2022	2022	2022
Outros países ou territórios												
Coreia (República Popular Democrática da)
Mônaco
Agrupamentos por IDH												
Desenvolvimento humano muito elevado	0,902	0,807	10,5	0,988	-	0,150	-	0,002	0,5	35,9	0,779	13,6
Desenvolvimento humano elevado	0,764	0,628	17,8	0,962	-	0,339	-	0,016	3,8	40,7	0,691	9,6
Desenvolvimento humano médio	0,640	0,447	30,2	0,870	-	0,476	-	0,091	20,5	44,1	0,622	2,8
Desenvolvimento humano baixo	0,517	0,341	34,0	0,868	-	0,579	-	0,274	51,6	53,2	0,509	1,5
Países em vias de desenvolvimento	0,694	0,524	24,5	0,929	-	0,485	-	0,088	18,2	48,5	0,652	6,1
Regiões												
Estados Árabes	0,704	0,534	24,1	0,877	-	0,523	-	0,074	15,1	48,9	0,658	6,5
Ásia Oriental e Pacífico	0,766	0,640	16,4	0,962	-	0,340	-	0,022	5,1	42,4	0,683	10,8
Europa e Ásia Central	0,802	0,708	11,7	0,963	-	0,224	-	0,004	1,2	37,1	0,743	7,4
América Latina e Caraíbas	0,763	0,605	20,7	0,991	-	0,386	-	0,024	5,6	43,1	0,716	6,2
Ásia do Sul	0,641	0,443	30,9	0,855	-	0,478	-	0,091	20,5	44,6	0,622	3,0
África Subsaariana	0,549	0,363	33,9	0,915	-	0,565	-	0,262	49,5	52,9	0,539	1,8
Países menos desenvolvidos	0,542	0,363	33,0	0,890	-	0,556	-	0,268	51,7	52,0	0,533	1,7
Pequenos Estados insulares em vias de desenvolvimento												
Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico	0,906	0,803	11,4	0,984	-	0,194	-	0,017	4,2	40,5	0,787	13,1
Mundo	0,739	0,576	22,1	0,951	-	0,462	-	0,088	18,2	48,5	0,685	7,3

Definições

Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): Um índice composto que mede as realizações médias em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: uma vida longa e saudável, o conhecimento e um padrão de vida digno. Para saber mais sobre o cálculo do IDH, consultar a *Nota técnica 1* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf.

IDH Ajustado à Desigualdade (IDHAD): O valor do IDH ajustado à desigualdade nas três dimensões básicas do desenvolvimento humano. Para saber mais sobre o cálculo do IDH, consultar a *Nota técnica 2* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf.

Perda global: Diferença percentual entre o valor do IDHAD e o valor do IDH, calculada apenas para países para os quais é calculado um valor de IDHAD.

Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero: Valores do rácio feminino/masculino do IDH. Para saber mais sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero, consultar a *Nota técnica 3* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf.

Grupos do Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero: Os países estão classificados em cinco grupos, por desvio absoluto da paridade de gênero nos valores do IDH. Grupo 1: países com uma igualdade elevada entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto inferior a 2,5%; Grupo 2: países com uma igualdade média-alta entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 2,5% e 5%; Grupo 3: países com uma igualdade média entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 5% e 7,5%; Grupo 4: países com uma igualdade média-baixa entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto entre 7,5% e 10%; Grupo 5: países com uma igualdade reduzida entre homens e mulheres em matéria de resultados do IDH, com um desvio absoluto superior a 10%.

Índice de Desigualdade de Gênero: Uma avaliação composta que reflete a desigualdade de realização entre mulheres e homens em três dimensões: saúde reprodutiva, capacitação e mercado de trabalho. Para saber mais sobre o cálculo do Índice de Desenvolvimento Humano por Gênero, consultar a *Nota técnica 4* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf.

Índice de Pobreza Multidimensional: Proporção da população que é multidimensionalmente pobre ajustada pela intensidade das privações. Nem todos os indicadores estavam disponíveis para todos os países; deve ser usada cautela nas comparações transnacionais. Nos casos em que falta um indicador, a ponderação dos indicadores disponíveis foi ajustada para totalizar 100 por cento. Para saber mais sobre o cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional, consultar a *Nota técnica 5* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf.

Contagem de pessoas em situação de pobreza multidimensional: População com uma pontuação de privações de, pelo menos, 33,3%. Expressa em percentagem da população no ano do inquérito, número de pessoas multidimensionalmente pobres no ano do inquérito e número projetado de pessoas multidimensionalmente pobres em 2021.

Intensidade da privação da pobreza multidimensional: A pontuação média de privações sentidas pelas pessoas em estado de pobreza multidimensional.

IDH Ajustado às Pressões sobre o Planeta (IDHP): Valor do IDH ajustado em função do nível de emissões de dióxido de carbono e da pegada material *per capita*, de modo a ter em conta a pressão humana excessiva sobre o planeta. Deve ser encarado como um incentivo à transformação. Para saber mais sobre o cálculo do IDHP, consultar a *Nota técnica 6* em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf.

Diferença do valor do IDH: Diferença percentual entre o valor do IDHP e o valor do IDH.

Fontes de dados principais

Colunas 1 e 4: Cálculos do GRDH baseados em dados de Barro e Lee (2018), do FMI (2023), do DAESNU (2022, 2023), do Instituto de Estatística da UNESCO (2023), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e do Banco Mundial (2023).

Coluna 2: Calculado como a média geométrica dos valores do índice de esperança de vida ajustado à desigualdade, do índice de educação ajustado à desigualdade e do índice de rendimento ajustado à desigualdade, utilizando a metodologia descrita na *Nota técnica 2* (disponível em http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr2023_technical_notes.pdf).

Coluna 3: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 2.

Coluna 5: Cálculos baseados nos dados da coluna 4.

Coluna 6: Cálculos do GRDH baseados em dados de Barro e Lee (2018), Inquéritos Demográficos e de Saúde do ICF Macro, OIT (2023), UIP (2023), OCDE (2023), DAESNU (2022), Instituto de Estatística da UNESCO (2023), Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos e OMS, UNICEF, FNUAP, Grupo do Banco Mundial e Divisão de População do DAESNU (2023).

Coluna 7: Cálculos baseados nos dados da coluna 6.

Colunas 8–10: Cálculos do GRDH e da OPHI baseados em dados sobre as privações das famílias em termos de saúde, educação e padrões de vida, provenientes de vários anos dos Inquéritos Demográficos e de Saúde do ICF Macro e dos Inquéritos de Grupo para Indicadores Múltiplos da UNICEF.

Coluna 11: Cálculos do GRDH baseados em dados de Barro e Lee (2018), do FMI (2023), do DAESNU (2022, 2023), do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (2023), do Instituto de Estatística da UNESCO (2023), da Divisão de Estatística das Nações Unidas (2023) e do Banco Mundial (2023).

Coluna 12: Cálculos baseados nos dados das colunas 1 e 11.

Referências

- Aiyar, S., Chen, J., Ebeke, C. H., Garcia-Saltos, R., Gudmundsson, T., Ilyina, A., Kangur, A., e outros. 2023. "Geo-Economic Fragmentation and the Future of Multilateralism." Nota de discussão da equipa 2023/001. Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Albrecht, G. 2012. "Psychoterratic Conditions in a Scientific and Technological World." In Kahn Jr., P. H., e Hasbach, P. H., (eds.), *Ecopsychology: Science, Totems, and the Technological Species*. Cambridge, MA: MIT Press.
- Alcalá, F., e Ciccone, A. 2004. "Trade and Productivity." *The Quarterly Journal of Economics* 119(2): 613–646.
- Allen, D. 2023. *Justice by Means of Democracy*. Chicago, IL: The University of Chicago Press.
- Alstadsæter, A., Godar, S., Nicolaidis, P., e Zucman, G. 2023. *Global Tax Evasion Report 2024*. Paris: Observatório Fiscal da UE.
- Andre, P., Boneva, T., Chopra, F., e Falk, A. 2024. "Globally Representative Evidence on the Actual and Perceived Support for Climate Action." *Nature Climate Change*.
- Barrett, S. 2011. "Stop! The Polio Vaccination Cessation Game." *The World Bank Economic Review* 24(3): 361–385.
- Barro, R. J., e J.-W. Lee. 2018. Dataset of Educational Attainment, Revisão de junho de 2018. <http://www.barrolee.com>. Acedido em 9 de agosto de 2023.
- Bartley Johns, M., Brenton, P., Cali, M., Hoppe, M., e Piermartini, R. 2015. *The Role of Trade in Ending Poverty*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Bearce, D. H., e Jolliff Scott, B. J. 2019. "Popular Non-Support for International Organizations: How Extensive and What Does This Represent?" *The Review of International Organizations* 14: 187–216.
- Bednar, J. 2021. "Polarization, Diversity, and Democratic Robustness." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2113843118.
- Birdsall, M., Campos, J. E. L., Kim, C.-S., Corden, W. M., MacDonald, L., Pack, H., Page, J., e outros. 1993. "The East Asian Miracle: Economic Growth and Public Policy: Main Report." Documento de trabalho de investigação de políticas do Banco Mundial, Banco Mundial, Washington, DC.
- Boese, V. A., Alizada, N., Lundstedt, M., Morrison, K., Natsika, N., Sato, Y., Tai, H., e Lindberg, S. I. 2022. Democracy Report 2022. *Autocratization Changing Nature?* Gothenburg, Suécia: Varieties of Democracy Institute at the University of Gothenburg.
- Bolyky, T. J., Hulland, E. N., Barber, R. M., Collins, J. K., Kiernan, S., Moses, M., Pigott, D. M., e outros. 2022b. "Pandemic Preparedness and Covid-19: An Exploratory Analysis of Infection and Fatality Rates, and Contextual Factors Associated with Preparedness in 177 Countries, from Jan 1, 2020, to Sept 30, 2021." *The Lancet* 399(10334): 1489–1512.
- Buchholz, W., e Sandler, T. 2021. "Global Public Goods: A Survey." *Journal of Economic Literature* 59(2): 488–545.
- Card, D., Chang, S., Becker, C., Mendelsohn, J., Voigt, R., Boustan, L., Abramitzky, R., e Jurafsky, D. 2022. "Computational Analysis of 140 Years of US Political Speeches Reveals More Positive but Increasingly Polarized Framing of Immigration." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 119(31): e2120510119.
- Carleton, T., Jina, A., Delgado, M., Greenstone, M., Houser, T., Hsiang, S., Hultgren, A., e outros. 2022. "Valuing the Global Mortality Consequences of Climate Change Accounting for Adaptation Costs and Benefits." *The Quarterly Journal of Economics* 137(4): 2037–2105.
- Cerra, V., Fatás, A., e Saxena, S. C. 2023. "Hysteresis and Business Cycles." *Journal of Economic Literature* 61(1): 181–225.
- Chen, M. W., Mrkaic, M. M., e Nabar, M. M. S. 2019. "The Global Economic Recovery 10 Years after the 2008 Financial Crisis." Documento de trabalho N.º 2019/083, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Clayton, S., e Karazsia, B. T. 2020. "Development and Validation of a Measure of Climate Change Anxiety." *Journal of Environmental Psychology* 69: 101434.
- Cohen, J. 2023. "Polio Eradication Effort Struggles with End Game." *Science* 381(6664): 1271–1272.
- Conceição, P., e Mendoza, R. U. 2006. "Identifying High-Return Investments." Em Kaul, I., e Conceição, P., (eds.), *The New Public Finance: Responding to Global Challenges*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Daly, M., e Macchia, L. 2023. "Global Trends in Emotional Distress." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 120(14): e2216207120.
- De Vries, C. E., Hobolt, S. B., e Walter, S. 2021. "Politicizing International Cooperation: The Mass Public, Political Entrepreneurs, and Political Opportunity Structures." *International Organization* 75(2): 306–332.
- Deitelhoff, N. 2020. "What's in a Name? Contestation and Backlash against International Norms and Institutions." *The British Journal of Politics and International Relations* 22(4): 715–727.
- Dellmuth, L. M., e Tallberg, J. 2015. "The Social Legitimacy of International Organisations: Interest Representation, Institutional Performance, and Confidence Extrapolation in the United Nations." *Review of International Studies* 41(3): 451–475.
- Demeritt, A., e Hoff, K. 2023. "Using Behavioral Economics to Reduce Poverty and Oppression." *Social Philosophy and Policy* 40(1): 185–209.
- Druehl, L. C., Minssen, T., e Price, W. N. 2021. "Collaboration in Times of Crisis: A Study on Covid-19 Vaccine R&D Partnerships." *Vaccine* 39(42): 6291–6295.
- Engel, J., Kokas, D., Lopez-Acevedo, G., e Maliszewska, M. 2021. *The Distributional Impacts of Trade: Empirical Innovations, Analytical Tools, and Policy Responses*. Washington, DC: Banco Mundial.
- Engler, P., Honjo, K., MacDonald, M., Piazza, R., e Sher, G. 2020. "The Macroeconomic Effects of Global Migration." Em *World Economic Outlook: The Great Lockdown*. Washington, DC: Fundo Monetário Internacional.
- Fernbach, P. M., e Van Boven, L. 2022. "False Polarization: Cognitive Mechanisms and Potential Solutions." *Current Opinion in Psychology* 43: 1-6.
- Frankel, J. A., e Romer, D. 2017. "Does Trade Cause Growth?" Em *Global Trade*. Milton Park, UK: Routledge.
- Funke, M., Schularick, M., e Trebesch, C. 2016. "Going to Extremes: Politics after Financial Crises, 1870–2014." *European Economic Review* 88: 227–260.
- Funke, M., Schularick, M., e Trebesch, C. 2023. "Populist Leaders and the Economy." *American Economic Review* 113(12): 3249–3288.
- Gallup. 2023. Gallup World Poll Database. Acedido em 7 de setembro de 2023.
- Ganapati, S., e Wong, W. F. 2023. "How Far Goods Travel: Global Transport and Supply Chains from 1965–2020." Documento de trabalho NBER 31167, Agência Nacional de Investigação Económica, Cambridge, MA.
- Gleeson, D., Townsend, B., Tenni, B. F., e Phillips, T. 2023. "Global Inequities in Access to Covid-19 Health Products and Technologies: A Political Economy Analysis." *Health & Place*: 103051.
- Graeber, T., Roth, C., e Zimmermann, F. 2023. "Stories, Statistics, and Memory." Documento de trabalho CESifo 10107, Munique, Alemanha.
- Guiso, L., Herrera, H., Morelli, M., e Sonno, T. 2019. "Global Crises and Populism: The Role of Eurozone Institutions." *Economic Policy* 34(97): 95–139.
- Gur, T., Ayal, S., e Halperin, E. 2021. "A Bright Side of Sadness: The Depolarizing Role of Sadness in Inter-group Conflicts." *European Journal of Social Psychology* 51(1): 68–83.
- Gyöngyösi, G., e Verner, E. 2022. "Financial Crisis, Creditor-Debtor Conflict, and Populism." *The Journal of Finance* 77(4): 2471–2523.

- Henkel, L., Sprengholz, P., Korn, L., Betsch, C., e Böhm, R. 2023.** "The Association between Vaccination Status Identification and Societal Polarization." *Nature Human Behaviour* 7(2): 231–239.
- Hickman, C., Marks, E., Pihkala, P., Clayton, S., Lewandowski, R. E., Mayall, E. E., Wray, B., Mellor, C., e van Susteren, L. 2021.** "Climate Anxiety in Children and Young People and Their Beliefs About Government Responses to Climate Change: A Global Survey." *The Lancet Planetary Health* 5(12): e863–e873.
- Hobolt, S. B., Leeper, T. J., e Tilley, J. 2021.** "Divided by the Vote: Affective Polarization in the Wake of the Brexit Referendum." *British Journal of Political Science* 51(4): 1476–1493.
- Holland, A., e Pazarbasioglu, C. 2024.** "How to Ease Rising External Debt-Service Pressures in Low-Income Countries." <https://www.imf.org/en/Blogs/Articles/2024/01/24/how-to-ease-rising-external-debt-service-pressures-in-low-income-countries>.
- Ibrahim, S. S. 2006.** "From Individual to Collective Capabilities: The Capability Approach as a Conceptual Framework for Self-Help." *Journal of Human Development and Capabilities* 7(3): 397–416.
- OIT (Organização Internacional do Trabalho). 2023.** Base de dados ILOSTAT. <https://ilostat.ilo.org/data/>. Acedido em 22 de novembro de 2023.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2001.** "Global Trade Liberalization and the Developing Countries." Washington DC: FMI.
- FMI (Fundo Monetário Internacional). 2023.** World Economic Outlook database. Edição de outubro de 2023. Washington, DC. <https://www.imf.org/en/Publications/WEO/weo-database/2023/outubro>. Acedido em 15 de novembro de 2023.
- Inglehart, R., Haerpfer, C., Moreno, A., Welzel, C., Kizilova, K., Diez-Medrano, J., Lagos, M. e outros. 2022.** "World Values Survey." Madrid: JD Systems Institute e Vienna: WWSA Secretariat.
- OIM (Organização Internacional para as Migrações). 2022.** *The World Migration Report 2022*. Genebra: OIM.
- UIP (União Interparlamentar). 2023.** Base de dados Parline: Percentagem mensal de mulheres nos parlamentos nacionais. <https://data.ipu.org/women-ranking>. Acedido em 1 de agosto de 2023.
- IRC (Comité Internacional de Resgate). 2023.** "World Refugee Day: 110 Million People Displaced around the World: Get the Facts." IRC, 13 de junho.
- UIT (União Internacional das Telecomunicações). 2022.** *Global Connectivity Report 2022*. Genebra: UIT.
- Iyengar, S., Sood, G., e Lelkes, Y. 2012.** "Affect, Not Ideology: A Social Identity Perspective on Polarization." *Public Opinion Quarterly* 76(3): 405–431.
- Kanbur, S. R., Sandler, T., e Morrison, K. M. 1999.** *The Future of Development Assistance: Common Pools and International Public Goods*. Washington, DC: Overseas Development Council.
- Kaul, I., e Conceição, P. 2006.** *The New Public Finance: Responding to Global Challenges*. Nova Iorque: Oxford University Press.
- Kaul, I., Conceição, P., Le Goulven, K. e Mendoza, R. U. 2003.** *Providing Global Public Goods: Managing Globalization*. Oxford University Press.
- Kaul, I., Grunberg, I., e Stern, M. 1999.** *Global Public Goods*. Nova Iorque, NY: Oxford University Press.
- Koczan, Z., Peri, G., Pinat, M., e Rozhkov, D. 2021.** "The Impact of International Migration on Inclusive Growth: A Review." Documento de trabalho FMI 2021/088, Fundo Monetário Internacional, Washington, DC.
- Kumar, A., Blum, J., Le, T. T., Havelange, N., Magini, D., e Yoon, I.-K. 2022.** "The mRNA Vaccine Development Landscape for Infectious Diseases." *National Reviews Drug Discovery* 21(5): 333–334.
- Kurlantzick, J. 2022.** *The Revival of Military Rule in South and Southeast Asia: Dangers to the Region's Democratic Future*. Washington, DC: Conselho das Relações Externas.
- Lane, P. R., e Milesi-Ferretti, G. M. 2018.** "The External Wealth of Nations Revisited: International Financial Integration in the Aftermath of the Global Financial Crisis." *IMF Economic Review* 66: 189–222.
- Lenton, T. M., Boulton, C. A., e Scheffer, M. 2022.** "Resilience of Countries to Covid-19 Correlated with Trust." *Scientific Reports* 12(1): 75.
- Leßmann, O. 2022.** "Collectivity and the Capability Approach: Survey and Discussion." *Review of Social Economy* 80(4): 461–490.
- Levin, S. A., Milner, H. V., e Perrings, C. 2021.** "The Dynamics of Political Polarization." *Proceedings of the National Academy of Sciences* 118(50): e2116950118.
- McCoy, J., e Somer, M. 2019.** "Toward a Theory of Pernicious Polarization and How It Harms Democracies: Comparative Evidence and Possible Remedies." *The Annals of the American Academy of Political and Social Science* 681(1): 234–271.
- Mian, A., Sufi, A., e Trebbi, F. 2014.** "Resolving Debt Overhang: Political Constraints in the Aftermath of Financial Crises." *American Economic Journal: Macroeconomics* 6(2): 1–28.
- Msemburi, W., Karlinsky, A., Knutson, V., Aleshin-Guendel, S., Chatterji, S., e Wakefield, J. 2023.** "The WHO Estimates of Excess Mortality Associated with the Covid-19 Pandemic." *Nature* 613(7942): 130–137.
- NASA (Administração Nacional da Aeronáutica e do Espaço dos EUA). 2023.** "NASA Announces Summer 2023 Hottest on Record." Comunicado de imprensa, 14 de setembro. <https://www.nasa.gov/press-release/nasa-announces-summer-2023-hottest-on-record>.
- Neill, R., Neel, A. H., Cardona, C., Bishai, D., Gupta, S., Mohan, D., Jain, N., Basu, S., e Closser, S. 2023.** "Everyday Capabilities Were a Path to Resilience During Covid-19: A Case Study of Five Countries." *Health Policy and Planning* 38(2): 192–204.
- Nichols, M. 2021.** "An Epidemic of Coups, U.N. Chief Laments, Urging Security Council to Act." *Reuters*, 26 de outubro. <https://www.reuters.com/world/an-epidemic-coups-un-chief-laments-urging-security-council-act-2021-10-26/>. Acedido em 16 de novembro de 2023.
- Nye Jr, J. S. 2001.** "Globalization's Democratic Deficit: How to Make International Institutions More Accountable." *Foreign Affairs* 80: 2.
- O'Madagain, C., e Tomasello, M. 2022.** "Shared Intentionality, Reason-Giving and the Evolution of Human Culture." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 377(1843): 20200320.
- OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico). 2023.** OECD.Stat. <https://stats.oecd.org>. Acedido em 20 de setembro de 2023.
- OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico). 2024.** "Global Forum on Transparency and Exchange of Information for Tax Purposes." OCDE, Paris.
- Pelenc, J., Bazile, D., e Ceruti, C. 2015.** "Collective Capability and Collective Agency for Sustainability: A Case Study." *Ecological Economics* 118: 226–239.
- Persson, Å., e Bennich, T. 2023.** *Relatório Global de Desenvolvimento Sustentável 2023*. Nova Iorque: Organização das Nações Unidas.
- Prados de la Escosura, L. 2022.** *Human Development and the Path to Freedom: 1870 to the Present*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Rauschmayer, F., Polzin, C., Mock, M., e Omann, I. 2018.** "Examining Collective Action through the Capability Approach: The Example of Community Currencies." *Journal of Human Development and Capabilities* 19(3): 345–364.
- Sandler, T. 1997.** *Global Challenges: An Approach to Environmental, Political, and Economic Problems*. Cambridge, Reino Unido: Cambridge University Press.
- Schimmelpfennig, R., Razek, L., Schnell, E., e Muthukrishna, M. 2022.** "Paradox of Diversity in the Collective Brain." *Philosophical Transactions of the Royal Society B: Biological Sciences* 377(1843): 20200316.
- Schneider, C. J. 2018.** "The Domestic Politics of International Cooperation." *Oxford Research Encyclopedia of Politics*. Oxford, Reino Unido: Oxford University Press.
- Sen, A. 1999.** *Development as Freedom*. Nova Iorque, NY: Anchor Books.
- Sen, A. 2013.** "The Ends and Means of Sustainability." *Journal of Human Development and Capabilities* 14(1): 6–20.
- Seong, J., White, O., Woetzel, J., Smit, S., Devesa, T., Birshan, M., e Samandari, H. 2022.** "Global Flows: The Ties That Bind in an Interconnected World." Documento de discussão do McKinsey Global Institute (novembro).
- Sparkman, G., Geiger, N., e Weber, E. U. 2022.** "Americans Experience a False Social Reality by Underestimating Popular Climate Policy Support by Nearly Half." *Nature Communications* 13(1): 4779.
- Stanley, S. K., Hogg, T. L., Leviston, Z., e Walker, I. 2021.** "From Anger to Action: Differential Impacts of Eco-Anxiety, Eco-Depression, and Eco-Anger on Climate Action and Wellbeing." *The Journal of Climate Change and Health* 1: 100003.

- Comissão Stiglitz. 2009.** "Report of the Commission of Experts of the President of the United Nations General Assembly on Reforms of the International Monetary and Financial System." Nações Unidas, Nova Iorque.
- Stiglitz, J. 1998.** "Distinguished Lecture on Economics in Government: The Private Uses of Public Interests: Incentives and Institutions." *Journal of Economic Perspectives* 12(2): 3–22.
- Tomasello, M. 2022.** *The Evolution of Agency*. Cambridge, MA: MIT Press.
- ONU (Organização das Nações Unidas). 2023.** "Valuing What Counts: Framework to Progress Beyond Gross Domestic Product." Our Common Agenda Policy Brief 4. Nova Iorque: ONU.
- DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2022.** *World Population Prospects: The 2022 Revision*. Nova Iorque. <https://population.un.org/wpp/>. Acedido em 1 de agosto de 2023.
- DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas). 2023.** *World Economic Situation and Prospects 2023*. <https://www.un.org/development/desa/dpad/publication/world-economic-situation-and-prospects-2023/>. Acedido em 15 de novembro de 2023.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2009.** *Relatório do Desenvolvimento Humano 2009: Overcoming Barriers: Human Mobility and Development*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2020.** *Relatório do Desenvolvimento Humano 2020. A Próxima Fronteira: O desenvolvimento humano e o Antropoceno*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2022a.** *Relatório do Desenvolvimento Humano 2021/2022. Uncertain Times, Unsettled Lives: Shaping Our Future in a World in Transformation*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2022b.** *New Threats to Human Security in the Anthropocene: Demanding Greater Solidarity*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2023a.** *O Índice das Normas Sociais de Género 2023 Breaking Down Gender Biases: Shifting Social Norms Towards Gender Equality*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). 2023b.** *Soldiers and Citizens: Military Coups and the Need for Democratic Renewal in Africa*. Nova Iorque: PNUD.
- PNUA (Programa das Nações Unidas para o Ambiente). 2023.** Base de dados de fluxos de materiais globais do Painel Internacional de Recursos. <https://www.resourcepanel.org/global-material-flows-database>. Acedido em 18 de dezembro de 2023.
- Instituto de Estatística da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura). 2023.** UIS Developer Portal, Bulk Data Download Service. <https://apiportal.uis.unesco.org/bdds>. Acedido em 19 de setembro de 2023.
- ACNUR (Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados). 2023.** Refugee Data Finder. <https://www.unhcr.org/refugee-statistics/download/>.
- Secretário-Geral das Nações Unidas. 2023.** "Note to Correspondents – on a United Nations Framework Convention on International Tax Cooperation." 30 de novembro. <https://www.un.org/sg/en/content/sg/note-correspondents/2023-11-30/note-correspondents-%E2%80%93-united-nations-framework-convention-international-tax-cooperation>.
- Divisão de Estatística das Nações Unidas. 2023.** National Accounts Main Aggregates Database. <http://unsstats.un.org/unsd/snaama>. Acedido em 15 de novembro de 2023.
- Vaidyanathan, G. 2024.** "A Giant Fund for Climate Disasters Will Soon Open. Who Should Be Paid First?" *Nature*, 29 de janeiro. <https://www.nature.com/articles/d41586-024-00149-x>.
- Van Bavel, J. J., Pretus, C., Rathje, S., Pärnamets, P., Vlasceanu, M., e Knowles, E. D. Forthcoming.** "The Costs of Polarizing a Pandemic: Antecedents, Consequences, and Lessons." *Perspectives on Psychological Science*: 17456916231190395.
- Vogt, S., Mohammed Zaid, N. A., El Fadil Ahmed, H., Fehr, E., e Efferson, C. 2016.** "Changing Cultural Attitudes Towards Female Genital Cutting." *Nature* 538(7626): 506–509.
- Wagner, M. 2021.** "Affective Polarization in Multiparty Systems." *Electoral Studies* 69: 102199.
- Walter, S. 2021.** "The Backlash against Globalization." *Annual Review of Political Science* 24: 421–442.
- Wang, H., Paulson, K. R., Pease, S. A., Watson, S., Comfort, H., Zheng, P., Aravkin, A. Y., e outros. 2022.** "Estimating Excess Mortality Due to the Covid-19 Pandemic: A Systematic Analysis of Covid-19-Related Mortality, 2020–21." *The Lancet* 399(10334): 1513–1536.
- Watson, O. J., Barnsley, G., Toor, J., Hogan, A. B., Winskill, P., e Ghani, A. C. 2022.** "Global Impact of the First Year of Covid-19 Vaccination: A Mathematical Modelling Study." *The Lancet Infectious Diseases* 22(9): 1293–1302.
- White, J. 2023.** *In the Long Run: The Future as a Political Idea*. Londres: Profile Books.
- White, O., Woetzel, J., Smit, S., Seong, J., e Devesa, T. 2023.** "The Complication of Concentration in Global Trade." McKinsey Global Institute, 12 de janeiro.
- Organização Mundial da Saúde (OMS), Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Fundo das Nações Unidas para a População (FNUAP), Grupo do Banco Mundial e DAESNU (Departamento de Assuntos Económicos e Sociais das Nações Unidas)/ Divisão da População. 2023.** *Trends in Maternal Mortality 2000 to 2020: Estimativas da OMS, UNICEF, FNUAP, Grupo do Banco Mundial e DAESNU/ Divisão de População*. Genebra: Organização Mundial da Saúde. <https://www.who.int/publications/item/9789240068759>. Acedido em 1 de agosto de 2023.
- Banco Mundial. 2023.** Base de dados de Indicadores de Desenvolvimento Mundial. Washington, DC. <http://data.worldbank.org>. Acedido em 7 de novembro de 2023.
- OMC (Organização Mundial do Comércio). 2023.** *Global Trade Outlook and Statistics*. Genebra: OMC.
- Wullenkord, M. C., Tröger, J., Hamann, K. R. S., Loy, L. S., e Reese, G. 2021.** "Anxiety and Climate Change: A Validation of the Climate Anxiety Scale in a German-Speaking Quota Sample and an Investigation of Psychological Correlates." *Climatic Change* 168(3): 20.
- Xing, Y., Gentile, E., e Dollar, D. 2021.** *Global Value Chain Development Report 2021: Beyond Production*. Manila: Banco Asiático de Desenvolvimento, Pequim: Instituto de Investigação para as Cadeias Globais de Valor da University of International Business and Economics; Genebra: Organização Mundial do Comércio; Chiba, Japão: Instituto das Economias em Desenvolvimento - Organização de Comércio Externo do Japão; e Pequim: Fundação de Investigação para o Desenvolvimento da China.
- Zedillo, E., Thiam, T., Amoako, K., Andersson, G.-B., Bergsten, C. F., Dervis, K., El-Ashry, M. T., e outros. 2006.** *Meeting Global Challenges: International Cooperation in the National Interest*. Relatório da Task Force Internacional sobre Bens Públicos Mundiais.

CHAVE PARA AS CLASSIFICAÇÕES DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO, 2022

Afeganistão	182	República Dominicana	82	Libéria	177	São Vicente e Granadinas	81
Albânia	74	Equador	83	Libia	92	Samoa	116
Argélia	93	Egito	105	Listenstaine	12	São Marino	43
Andorra	35	El Salvador	127	Lituânia	37	São Tomé e Príncipe	141
Angola	150	Guiné Equatorial	133	Luxemburgo	20	Arábia Saudita	40
Antígua e Barbuda	54	Eritreia	175	Madagáscar	177	Senegal	169
Argentina	48	Estónia	31	Maláui	172	Sérvia	65
Arménia	76	Essuatíni (Reino de)	142	Malásia	63	Seicheles	67
Austrália	10	Etiópia	176	Maldivas	87	Serra Leoa	184
Áustria	22	Ilhas Fiji	104	Mali	188	Singapura	9
Azerbaijão	89	Finlândia	12	Malta	25	Eslováquia	45
Bahamas	57	França	28	Ilhas Marshall	102	Eslovénia	22
Barém	34	Gabão	123	Mauritânia	164	Ilhas Salomão	156
Bangladeche	129	Gâmbia	174	Maurícia	72	Somália	193
Barbados	62	Geórgia	60	México	77	África do Sul	110
Bielorrússia	69	Alemanha	7	Micronésia (Estados Federados da)	135	Sudão do Sul	192
Bélgica	12	Gana	145	Moldávia (República da)	86	Espanha	27
Belize	118	Grécia	33	Mónaco		Sri Lanca	78
Benim	173	Granada	73	Mongólia	96	Sudão	170
Butão	125	Guatemala	136	Montenegro	50	Suriname	124
Bolívia (Estado Plurinacional da)	120	Guiné	181	Marrocos	120	Suécia	5
Bósnia-Herzegovina	80	Guiné-Bissau	179	Moçambique	183	Suíça	1
Botsuana	114	Guiana	95	Mianmar	144	República Árabe da Síria	157
Brasil	89	Haiti	158	Namíbia	142	Tajiquistão	126
Brunei Darussalá	55	Honduras	138	Nauru	122	Tanzânia (República Unida da)	167
Bulgária	70	Hong Kong, China (RAE)	4	Nepal	146	Tailândia	66
Burquina Fasso	185	Hungria	47	Países Baixos	10	Timor-Leste	155
Burundi	187	Islândia	3	Nova Zelândia	16	Togo	163
Cabo Verde	131	Índia	134	Nicarágua	130	Tonga	98
Camboja	148	Indonésia	112	Níger	189	Trindade e Tobago	60
Camarões	151	Irão (República Islâmica do)	78	Nigéria	161	Tunísia	101
Canadá	18	Iraque	128	Macedónia do Norte	83	Turquia	45
República Centro-Africana	191	Irlanda	7	Noruega	2	Turquemenistão	94
Chade	189	Israel	25	Omã	59	Tuvalu	132
Chile	44	Itália	30	Paquistão	164	Uganda	159
China	75	Jamaica	115	Palau	71	Ucrânia	100
Colômbia	91	Japão	24	Palestina (Estado da)	111	Emirados Árabes Unidos	17
Comores	152	Jordânia	99	Panamá	57	Reino Unido	15
Congo	149	Cazaquistão	67	Papua-Nova Guiné	154	Estados Unidos	20
Congo (República Democrática do)	180	Quénia	146	Paraguai	102	Uruguai	52
Costa Rica	64	Quiribáti	137	Peru	87	Usbequistão	106
Costa do Marfim	166	Coreia (República Popular Democrática da)		Filipinas	113	Vanuatu	140
Croácia	39	Coreia (República da)	19	Polónia	36	Venezuela (República Bolivariana da)	119
Cuba	85	Koweit	49	Portugal	42	Vietname	107
Chipre	29	Quirguizistão	117	Catar	40	Iémen	186
Chéquia	32	República Democrática Popular do Laos	139	Roménia	53	Zâmbia	153
Dinamarca	5	Letónia	37	Federação Russa	56	Zimbabué	159
Jibuti	171	Libano	109	Ruanda	161		
Dominica	97	Lesoto	168	São Cristóvão e Neves	51		
				Santa Lúcia	108		



Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
One United Nations Plaza
New York, NY 10017
www.undp.org

